

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA  
ANO 65 - NÚMERO 1 - JANEIRO / FEVEREIRO / MARÇO DE 2013

# Ciência & Cultura

TEMAS E TENDÊNCIAS

# FRONT

# EIRAS

# S U M Á R I O

## 3 EDITORIAL

## 4 TENDÊNCIAS

ATUAL SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA –  
CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA  
EM SÃO PAULO?

Nancy Cardia

## BRASIL

## 6 CONHECIMENTO TRADICIONAL E AS GARANTIAS SOBRE OS DIREITOS

## 8 AGRICULTURA FAMILIAR E BIOTECNOLOGIA

## 11 PESQUISADORES INVESTIGAM O GRUPO ANONYMOUS, OS ATIVISTAS HACKERS DO NOVO SÉCULO

## 12 OBESIDADE EXIGE AÇÕES E CONTROLE PARA DETER INCIDÊNCIA EM CRIANÇAS E JOVENS

## 14 TOXOPLASMOSE CRÔNICA PODE MANIPULAR COMPORTAMENTO

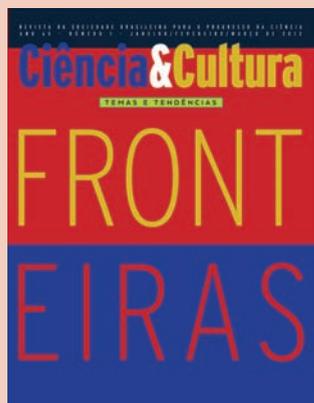
## MUNDO

## 16 PROJETO CHILENO LEVA ESTUDANTES PARA CONTINENTE GELADO

## 18 TEORIA DA EMERGÊNCIA E A POSSIBILIDADE DE ENTENDER O SURGIMENTO DE NOVAS PROPRIEDADES

## NÚCLEO TEMÁTICO: FRONTEIRAS

### ARTIGOS



22

### Apresentação

Alfredo Wagner Berno  
de Almeida

24

### Algumas observações sobre fronteiras e migrações

Marcia Anita Sprandel

27

### Entre a fronteira Venezuela-Brasil, os territórios de povos indígenas e de comunidades tradicionais

Rosa Acevedo Marin

31

### A fronteira dos isolados

Terri Valle de Aquino

34

### Conflitos por terra e água no Alto Solimões envolvendo povos e comunidades tradicionais.

Reginaldo Conceição da Silva

36

### Territórios quilombolas em linhas de fronteira: quilombolas do Forte Príncipe da Beira

Emmanuel de Almeida Farias Jr.

40

### Povos indígenas na fronteira Brasil-Guiana e os megaprojetos de integração econômica

Stephen G. Baines,

42

### Matérias em tramitação no Congresso Nacional, sob o tema "faixa de fronteira"

Marcia Anita Sprandel

NOTÍCIAS ..... 48

PESQUISAS ..... 50

## A & E

- 52 O TEMPO BIOLÓGICO E  
A DEFESA DO ORGANISMO:  
UMA CONVERSA BIDIRECIONAL  
ENTRE A GLÂNDULA PINEAL E  
O SISTEMA IMUNOLÓGICO  
Regina P. Markus  
Erika Cecon

## CULTURA

- 56 **FOTOGRAFIA**  
Obra de Horacio Coppola  
evidencia o diálogo entre  
o modernismo brasileiro e  
o argentino
- 58 **TEATRO**  
O efêmero eternizado  
pelos novos registros  
eletrônicos

Clestone Teixeira/Cennarium



### Filmando o teatro

- 60 **CINEMA**  
Quando a realidade parece  
ficção, é hora de fazer  
"mockumentário"
- 63 **PATRIMÔNIO**  
Acervo brasileiro  
permanece esquecido pelo  
governo e pela população
- 66 **POESIA**  
RÉGIS BONVICINO
- 68 **PROSA**  
ANTONIO GERALDO  
FIGUEIREDO FERREIRA

E X P E D I E N T E

**Ciência&Cultura**  
<http://cienciaecultura.bvs.br>

**CONSELHO EDITORIAL**

Ana Maria Fernandes, André Tosi Furtado, Carlos Vogt, Celso Pinto de Melo, Dora Fix Ventura, Francisco Cesar de Sá Barreto, Gilberto Cardoso Alves Velho, Hernan Chaimovich Guralnik, Ima Célia Guimarães Vieira, Isaac Roitman, João Lucas Marques Barbosa, Luiz Eugênio de Mello, Marcelo Marcos Morales, Phillippe Navaux, Regina Pekelman Markus

**EDITOR CHEFE**  
Marcelo Knobel

**EDITORA EXECUTIVA**  
Wanda Jorge

**EDITORA ASSISTENTE**  
Germana Barata

**EQUIPE DE REPORTAGEM**  
Alfredo Suppia, Chris Bueno,  
Daniel Blassioli Dentillo,  
Enio Rodrigo Barbosa, Lídia Rogatto,  
Luciano Migliaccio, Marta Avancini, Meghie  
Rodrigues, Patrícia Mariuzzo, Rafael Evangelista,  
Ricardo Manini

**CAPA**  
João Baptista da Costa Aguiar

**DIAGRAMAÇÃO**  
Carla Castilho | Estúdio  
Luís Paulo Silva (tratamento de imagens)

**REVISÃO**  
Daisy Silva de Lara

**CONSULTORES**  
**Literatura**  
Alcir Pécora, Carlos Vogt, Paulo Franchetti

**CONTATOS**  
Redação: [cienciaecultura@sbpcnet.org.br](mailto:cienciaecultura@sbpcnet.org.br)

**DIRETORIA DA SBPC**

**PRESIDENTE**  
Helena Bonciani Nader

**VICE-PRESIDENTES**  
Ennio Candotti  
Dora Fix Ventura

**SECRETÁRIO-GERAL**  
Rute Maria Gonçalves Andrade

**SECRETÁRIOS**  
Edna Maria Ramos de Castro  
Maria Lucia Maciel  
José Antônio Aleixo da Silva

**PRIMEIRO TESOUREIRO**  
Regina Pekelmann Markus

**SEGUNDO TESOUREIRO**  
Walter Coli

Revista *Ciência e Cultura*  
ISSN 0009-6725

O conceito de fronteira é abrangente e inclui diferentes áreas do conhecimento científico. Neste Núcleo Temático tratamos de fronteiras como uma nova cartografia social para o país, frente a transformações sociais e econômicas das últimas décadas. Sob a coordenação de Alfredo Wagner de Almeida, da Universidade Federal do Amazonas, os artigos analisam a situação de usurpação de direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais e investigam a realidade de novas populações.

Nancy Cardia, do Núcleo de Estudos da Violência, da USP, trata em “Tendências” dos embates entre policiais e bandidos que ocorreram em São Paulo e que expuseram a população a uma sensação mais evidente de fragilidade e temor.

Em “Mundo”, a entrevista com o físico e neurocientista francês Rémy Lestienne debate a ideia de emergência para buscar entender a organização espontânea dos grandes sistemas e de que maneira adquirem propriedades novas, não previstas pelo estudo dos elementos que os compõem.

A obesidade infantil preocupa e motiva ações públicas; toxoplasmose e seu impacto no comportamento animal; a necessidade de empoderamento das comunidades tradicionais; a falta de incentivos para a agricultura familiar deslanchar em bases tecnológicas. São assuntos abordados em nossas páginas de “Brasil”.

Na seção “Cultura”, em destaque a obra do fotógrafo argentino Horacio Coppola, que mostra o diálogo entre o modernismo brasileiro e argentino. E um novo gênero de cinema que cresce: o “mockumentário”, que mistura ficção e realidade.

Boa leitura!

MARCELO KNOBEL  
*Janeiro de 2013*

# ATUAL SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA - CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA EM SÃO PAULO?

*Nancy Cardia*

O que está acontecendo com a segurança pública no estado de São Paulo? Teríamos perdido os ganhos conquistados ao longo da última década ou estamos vivendo uma crise aguda, porém episódica? É difícil dar respostas precisas em meio ao tumulto das notícias, porém é também necessário fazer uma reflexão sobre os dados disponíveis. O Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) tem trabalhado com dados sobre a violência na cidade e no estado de São Paulo oriundos da Secretaria de Segurança Pública e que são utilizados em vários estudos que buscam identificar as causas da queda dos homicídios. Os dados sobre homicídio na cidade são comparados com os de mortalidade por agressão do Ministério da Saúde (Datasus) e com os que provêm de atestados de óbito na cidade do banco de dados do Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade. Essas fontes subsidiárias permitem algum controle sobre a qualidade da informação. Além desses dados, realizamos a cada dois anos um *survey* na cidade de São Paulo sobre o contato (exposição) que as pessoas têm com a violência, com a particularidade de ser realizada uma amostra suplementar em três distritos onde as taxas de homicídio, nos anos 1980 e 1990, foram

muito altas: Jd. Ângela, Jd. São Luís e Capão Redondo. De certo modo os dados do *survey* permitem balizar os dados oficiais sobre ocorrências criminais, pois expressam uma experiência da população enquanto vítima de delitos que podem, ou não, ter sido registrados pela polícia. Uma revisão dos dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, de 1996 até outubro de 2012, revela informações que contradizem a imagem de crise na segurança pública, se por “crise na segurança pública” estivermos nos referindo a um aumento generalizado de ocorrências criminais. Como nem todas as ocorrências criminais têm a mesma probabilidade de serem registradas, selecionamos os tipos de delitos com menor risco de subnotificação: homicídios dolosos, tentativas de homicídios, latrocínios, roubos e furtos de carros, roubos a bancos, roubos de carga e um delito que é passível de sub-representação, o tráfico de entorpecentes. O número de homicídios dolosos **caiu no estado** de São Paulo, desde o início dos anos 2000, passando de uma taxa de 30,3 (por 100 mil habitantes), em 1996, para 10,6 (por 100 mil) em 2011. Na cidade de São Paulo, a queda foi ainda maior: de 46,6 homicídios (por 100 mil), em 1996, para 8,9 em 2011, tendo atingido em 1999 o pico de 52,4 homicídios (por 100 mil).

Essa queda se deu em todos os delitos selecionados, exceto em relação ao tráfico de entorpecentes que cresceu continuamente. Aumento que ocorreu principalmente no interior do estado, onde saltou de 25,5 para 109,4 (por 100 mil) assim como na região metropolitana, que foi de 12,6 para 57,2 (por 100 mil). Como esses dados se referem ao período anterior à crise é possível que em 2012 tenha ocorrido uma reversão nesta tendência. Porém, a análise dos dados disponíveis até outubro de 2012, não corrobora essa hipótese; os números continuam em queda ou estão semelhantes aos de 2011.

**QUEDA DA VITIMIZAÇÃO** Uma primeira questão que se levanta é sobre a qualidade desses dados em termos de representarem efetivamente a experiência das pessoas. Os *surveys* realizados pelo NEV permitem, ao menos, identificar se os dados oficiais são ou não congruentes com a vitimização relatada pelos entrevistados. Os dados, tanto da cidade como os dos três distritos, revelam queda na vitimização entre 2000 e 2010. Cai também a prevalência de vitimização. De modo geral, a queda na vitimização foi constante ao longo do período, no que se refere aos delitos mais graves: ser ferido por arma de fogo, vítima de roubo à mão armada e ter perdido parente pró-

ximo assassinado. Caíram também as agressões e extorsões por policiais ainda que esta queda tenha flutuado e que nos três distritos tenha sido inferior ao observado na cidade. Os *surveys* registram ainda uma melhoria na imagem das instituições do sistema de justiça criminal, exceto a do sistema prisional que continua tendo baixa credibilidade.

Quais os indicadores de crise na segurança pública e por que os dados oficiais não refletem esta crise? Os indicadores de que há algo errado são os assassinatos de policiais e de pessoas que apresentam indícios de execução, acompanhados de notícias sobre existência de ordens, por parte de grupos de organizações criminosas, de: execuções de policiais, toques de recolher em comunidades e de atos de violência como queima de ônibus.

Por lei de 1995 a Secretaria de Segurança Pública deve tornar público a cada três meses os dados de ocorrências criminais no estado incluindo o número de pessoas mortas e feridas em ocorrências envolvendo cada uma das polícias, militar e civil. Nesses dados deve estar discriminada a situação do policial, se em serviço ou de folga. Os dados trazem informação sobre ferimentos e morte de policiais civis e militares em ação. Assim, os dados para os três primeiros trimestres de 2012 nos revelam que 13 policiais militares foram mortos e 163 feridos em ocorrências criminais até o fim de setembro de 2012. Revelam ainda que foram mortas pela polícia militar, em serviço, 379 pessoas no mesmo período. Esses números seguem a tendência de anos anteriores. Após um pico de 868 mortes pela polícia militar, em 2003, essas mortes vinham caindo tendo, em 2011, atingido 437

pessoas, número ainda excessivamente alto quando comparado ao de outros países. Os dados da secretaria indicam que os policiais que foram mortos nos últimos meses provavelmente o foram **fora de serviço** e/ou eram policiais aposentados, em casos que seriam computados como “homicídios dolosos”. Quando pouco mais de 100 policiais são mortos em curto espaço de tempo há algo errado na segurança pública, ainda mais quando esse número representa mais do que o total de policiais militares mortos em serviço ao longo dos últimos cinco anos.

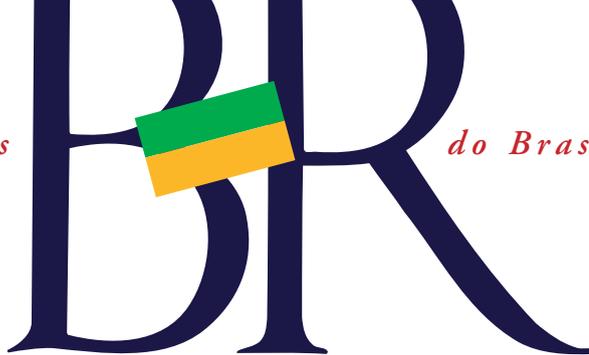
**MAS O QUE ESTÁ EM CURSO?** Não há indícios que conquistas obtidas na redução da violência na última década estejam em risco de se perder, mas há sinais de que há algo errado na atuação das polícias e, possivelmente, na abordagem dada ao problema do crime organizado.

Os casos de execução descritos pelos jornais nos quais dois indivíduos mascarados (com frequência em uma moto) matam a tiros pessoa(s) estão sendo classificados, de novo, como “homicídio doloso”. Sem mais informações sobre essas ocorrências, como a identidade das vítimas, contexto ou sobre as investigações é difícil extrair conclusões sobre o que está em curso. As mortes de policiais foram provocadas por ações violentas da polícia contra grupos acusados de pertencer ao PCC? São as mortes de jovens nas periferias ações de vingança, intimidação ou retaliação, ou não têm nenhuma conexão com as mortes de policiais? Tampouco podemos responder a estas questões. Chama a atenção, porém, o fato de que o crime de tráfico de entorpecentes, considerados uma das principais atividades

do crime organizado e uma das mais lucrativas, seja o delito cujo registro cresceu de modo substancial nas últimas décadas (de 21,7 para 85,4 por 100 mil). Esse crescimento pode decorrer tanto de maior ação da polícia ou de uma maior presença do delito na sociedade, ou ambos. De qualquer modo os dados revelam uma forte resistência desse delito às iniciativas de coibi-lo.

Os dados do *survey* do NEV-USP revelam que aumentou, ao longo da década, a visibilidade das transações e do uso de drogas no espaço público, na percepção dos entrevistados, e isso não ocorreu só em São Paulo, pois dados do mesmo *survey* aplicado em 11 capitais brasileiras mostram que entre 1999 e 2010 essa visibilidade do uso e venda de drogas se generalizou no país. Além disso, o maior crescimento de ocorrências relacionadas com o tráfico de drogas tem se dado no interior do estado de São Paulo e não na capital ou região metropolitana. No passado as polícias atribuíam ao tráfico de drogas a responsabilidade pelo crescimento dos homicídios. Os homicídios despençaram e o tráfico parece ter florescido. Há alguma relação entre esse crescimento e a crise atual? Será que a crise atual desvenda para o público que certo tipo de trégua foi rompido? Como dito anteriormente não temos condição de responder a esta pergunta; o tempo nos dirá, e quão mais abertas à sociedade forem as autoridades maior será a probabilidade que possam contar com o apoio desta para ações que visem garantir a segurança pública dentro do respeito às leis.

**Nancy Cardia** é coordenadora adjunta do NEV-USP.



## CONHECIMENTO TRADICIONAL

## Legislação ainda não garante a repartição dos benefícios

A Fazenda Chapada está localizada em Barra do Corda ou “Terra dos Índios”, uma pequena cidade a 350 quilômetros de São Luiz, no Maranhão. Na Chapada a colheita não é de frutos, as folhas é que recebem todos os cuidados. A árvore de jaborandi (*Pilocarpus spp.*) detém a pilocarpina, princípio ativo de uma das drogas mais usadas em oftalmologia, cuja patente foi registrada em 1991 pela Merck, multinacional alemã do ramo farmacêutico. A entrada do jaborandi na lista de espécies ameaçadas de extinção, a mecanização da colheita em larga escala pela empresa, e a possível substituição pela pilocarpina sintética enfatiza a importância do debate sobre o uso do conhecimento tradicional versus os benefícios das comunidades detentoras. Para Fernanda Kaingang, advogada e diretora executiva e financeira do Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual (Inbrapi), o Estado precisa ser mais atuante no empoderamento das comunidades tradicionais.

“A questão do acesso a esses saberes tradicionais é problemática, mas não é a principal. O fundamental é saber se os benefícios dessa apro-

priação estão sendo repartidos com a comunidade”, afirma Fernanda.

Quando a Merck chegou à região, no final da década de 1960, comprava as folhas de jaborandi colhidas pela população local. Entretanto, “desde o início estava claro para a empresa que o estoque natural de folhas de *Pilocarpus* poderia acabar”, conta Claudio Urbano Pinheiro, pesquisador do Departamento de Oceanografia e Limnologia, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). “Eles concluíram que a única solução seria a domesticação do recurso natural, um processo que avançou com a aquisição, em 1989, de 2.250 hectares de uma propriedade rural no município de Barra do Corda”, explica. No sistema extrativista de retirada das folhas de jaborandi, os coletores entram nas matas durante a estação seca (julho a dezembro). Eles afirmam que as plantas toleram esse procedimento e que novas folhas rebrotam depois da colheita, quando do início da estação chuvosa. Entretanto, segundo Pinheiro, a coleta excessiva e frequente de folhas da mesma planta ou grupo de plantas resultou em danos ecológicos para as populações naturais de jaborandi, “com redução ou mesmo desaparecimento das árvores em muitas partes do estado do Maranhão”, afirma o pesquisador. Desde 1992, o jaborandi está na Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção, publicada

pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

“A relação entre a companhia farmacêutica e as comunidades que foram levadas à coleta de folhas de jaborandi não parece ter sido uma relação bilateral em termos de benefícios diretos”, acredita Pinheiro. Para ele, o benefício pecuniário resultante da coleta e venda de folhas foi temporário (enquanto duraram as populações naturais da planta). Não houve melhorias socioeconômicas relevantes e duradouras trazidas pela exploração para as comunidades envolvidas. Mesmo na área de influência da fazenda da Merck, não aconteceram melhorias sociais diretas como, por exemplo, a geração de um número expressivo de empregos. “A expectativa de emprego foi maior apenas no início da implantação da plantação, a qual se tornou, mais tarde, quase totalmente mecanizada, dispensando grande parte da necessidade da mão de obra local”, completa.

**REPARTINDO BENEFÍCIOS** No aspecto legal, o acesso ao conhecimento tradicional é permitido e, muitas vezes, estimulado. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD, ou Rio 92), realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, ratificado pelo Brasil em 1994, tem três



objetivos: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes do uso dos recursos genéticos, conforme explica Fernanda, do Inbrapi. Portanto, já existe um respaldo legal para proteção do conhecimento tradicional, ainda que disperso em vários instrumentos. Além disso, também aumentou a participação dos povos indígenas e das comunidades tradicionais nas discussões para elaboração e aperfeiçoamento dessa legislação. “Como acontece no Brasil, de forma geral, a legislação não é conhecida pelos próprios beneficiários. Isso é ainda mais grave com relação aos povos indígenas porque são populações de tradição oral, com altos índices de analfabetismo. Eles têm mais dificuldade de compreender um ordenamento jurídico complexo e segmentado e de colocar isso em prática”, acredita a advogada.

De acordo com Claudio Pinheiro, hoje pouco pode ser feito para as comunidades envolvidas. “Se a Merck tivesse tido interesse poderia ter estimulado pe-

quenos plantios de jaborandi, fornecendo os insumos, assistência e garantindo a compra das folhas”, diz. Porém, a plantação em grande escala torna essa prática pouco interessante para a empresa. Além disso, o pesquisador da UFMA afirma que a Merck já considera substituir

a produção de pilocarpina natural pela sintética. “Como consequência, certamente, restarão apenas os danos ecológicos irreversíveis, com a destruição das populações naturais de *Pilocarpus* no Maranhão e o mau exemplo do uso exaustivo desse recurso vegetal, sua privatização e fi-

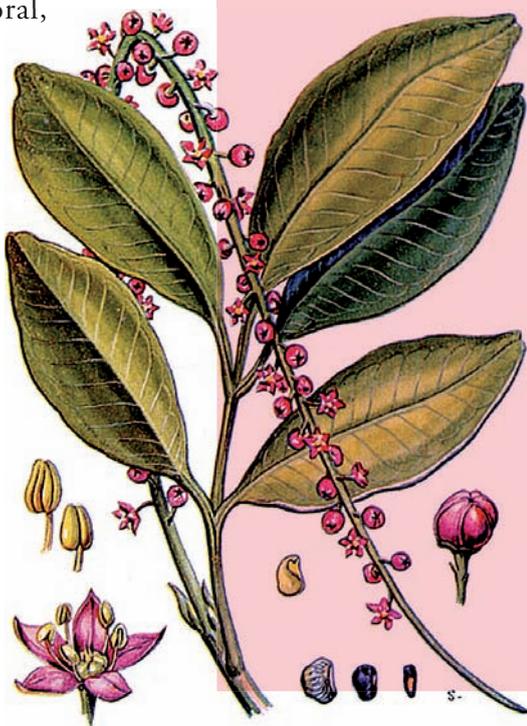
## JABORANDI NÃO É ENDÊMICA DO BRASIL

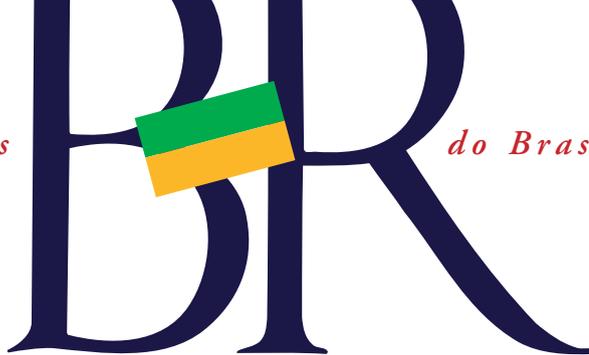
O conhecimento de que as folhas do jaborandi fazem aumentar a produção de suor e a salivação, pertence, há séculos, aos índios Tupi-Guarani, que batizaram a espécie de *yaborã-di* ou planta que faz babar. O conhecimento dos índios sobre as folhas dessa árvore de pequeno porte chamou a atenção de viajantes e naturalistas europeus que visitaram o Brasil ainda no século XIX. Eles levaram as folhas para serem estudadas no Velho Continente. As folhas são a

única fonte natural da pilocarpina, substância usada para contração da pupila, necessária em procedimentos cirúrgicos nos olhos. A substância é também usada no tratamento de glaucoma e para aliviar a sensação de boca seca em pacientes com câncer de cabeça e pescoço.

O jaborandi ocorre de norte a sul do Brasil, sendo que apenas no Maranhão são descritas três espécies, dentre elas a *Pilocarpus microphyllus*, detentora do maior nível de concentração de pilocarpina em suas folhas. Segundo Pinheiro, o jaborandi, se tornou, nas últimas três décadas, uma das espécies mais importantes da flora brasileira e o Maranhão o maior produtor de folhas de jaborandi do país.

Prancha XVIII: jaborandi de Dennis Jackson, *The experimental pharmacology and materia medica*, 1939





nalmente, seu abandono”, conclui. Do ponto de vista legal, no entanto, Fernanda lembra que, mesmo no caso da produção da pilocarpina sintética, a comunidade teria direito de receber benefícios porque foi o seu conhecimento sobre a planta que originou o produto sintético. “O que acontece, na prática, é que o conhecimento tradicional não é valorado da mesma forma que o conhecimento científico. “No entanto, essa sabedoria tem um valor por si mesma e é um desperdício que sejam abandonadas as tentativas de acessar esse conhecimento para não repartir os benefícios gerados por ele”, lamenta Fernanda.

**FONTE DE LUCRO, FONTE DA VIDA** Visões diferentes sobre os recursos naturais estão na base de conflitos como este. Enquanto a Merck vê a biodiversidade como fonte de lucro, para as comunidades tradicionais ela é fonte da vida. “Considerando que existe um arcabouço de proteção jurídica, espera-se que esse arcabouço seja considerado um princípio na relação das empresas e do Estado com os povos indígenas e com as comunidades tradicionais”, afirma Fernanda. “Áreas de elevada importância biológica são ocupadas por povos indígenas e por comunidades tradicionais. Se os países fossem calcular a compensação por serviços ambientais mantidos nessas áreas conservadas, esses povos teriam a receber. Quem mantém floresta em pé no mundo são as comuni-

dades locais, eles são atores principais desse processo, mas quase nunca são considerados dessa forma em acordos, convenções etc”, conclui.

A tendência do mercado de recursos genéticos, regulado por patentes e royalties, é valorar o conhecimento e não tanto o insumo, a biodiversidade. São diversos os exemplos de medicamentos originados a partir do patrimônio genético brasileiro e boa parte dessas patentes são de empresas estrangeiras, já que a informação sobre a biodiversidade brasileira pode ser facilmente encontrada. “Quem precisa de instrumentos apropriados para conhecer e entender o valor do patrimônio genético são as comunidades locais e os povos indígenas. São eles que utilizam de forma sustentável e conservam os recursos naturais, por isso precisam de mais iniciativas de empoderamento, de formação de capacidades”, defende a advogada.

Nesse sentido um Estado mais atuante é fundamental, seja local ou nacionalmente. “Precisamos de iniciativas de conscientização do Estado, das universidades e também do setor privado, para criar uma atmosfera, não de desconfiança, como percebemos hoje, mas que favoreça a proteção dos conhecimentos tradicionais e garanta a repartição justa dos benefícios gerados por ele”, finaliza Fernanda Kaingang.

*Patrícia Mariuzzo*

## **AGRICULTURA FAMILIAR**

### Faltam incentivos para que a biotecnologia germine no campo

A agricultura familiar é responsável por mais de 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira. No entanto, apesar de representar 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país, segundo os dados mais atuais (Censo Agropecuário de 2006 - veja box), apenas os grandes latifundiários têm o capital necessário para o investimento em produtos biotecnológicos de ponta. Dessa forma, “ao passo que as grandes propriedades possuem cada vez mais subsídios do governo para o cultivo das principais commodities - como a cana-de-açúcar e a soja -, a agricultura familiar passa por dificuldades de ordem tanto técnica quanto política e econômica”, destaca o engenheiro agrônomo Piero Oliveira da Embrapa Meio Ambiente. Muitos dos esforços feitos para estimular o avanço da agricultura no Brasil têm secundarizado a posição do chamado “pequeno agricultor” e valorizado o setor de biotecnologia, sobretudo a entrada de produtos em uma rede de importantes parceiros comerciais

Ministério do Desenvolvimento Agrário



Comparado ao latifundiário, o agricultor familiar é responsável pela maior parcela da produção de alimentos nacionais, mas a ocupação por hectares ainda revela concentração de grandes proprietários com estabelecimentos não familiares

## QUEM É O AGRICULTOR FAMILIAR NO BRASIL?

Segundo a Lei nº 11.326 (de 2006), agricultor familiar - também chamado de empreendedor familiar rural - é o produtor que não detém, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais (área que pode variar de 5 a 110 hectares) e que utiliza mão de obra da própria família nas atividades de seu estabelecimento. São também beneficiários da Lei os silvicultores, aquicultores, extrativistas e os pescadores que atendam aos requisitos acima. Segundo os últimos dados agropecuários (Censo 2006), foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar - aproximadamente 85% do total no país. Até a data da pesquisa, o contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, representando 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos brasileiros. Os estabelecimentos não familiares (latifúndios), por sua vez, ocupavam 75,7% da área, apesar de conceberem 15,6% do total dos estabelecimentos. Além disso, a área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares *versus* os 309,18 da área de não familiares.

e mercados competitivos. Neste cenário, o pequeno agricultor não só encontra dificuldade para pagar produtos protegidos por patentes (sementes e insumos agrícolas, por exemplo), como também vê encarecidos seus custos e diminuídas suas margens de lucro.

**BIOTECNOLOGIA NO CAMPO** São tantos os entraves de ordem político-econômica para a liberação e popularização de produtos da engenharia genética - atualmente, são 53 as variedades de organismos geneticamente modificados (OGMs) liberados pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) - que há quem defenda mudança de nomenclatura da área. "A área poderia ser renomeada de bioeconomia, afinal a prioridade agora é desenvolver produtos com aplicabilidade comercial e estabelecer parcerias prévias com indústrias. Só assim é possível gerar negócio", enfatiza Maria Sueli Soares Felipe, docente do curso de ciências genômicas e biotecnologia da Universidade Católica de Brasília (UCB). Trazendo à baila o agricultor familiar, o contrassenso da situação é de uma complexidade alarmante. Muito da sua incoerência se deve à falta de estímulo governamental destinado ao trabalhador rural de pequena produção. O reflexo

de tal limitação se reflete não só no círculo desse trabalhador, como em toda a comunidade que desfruta do produto cultivado por ele. Embora os profissionais de biotecnologia desenvolvam com maestria genes tolerantes à seca e a outros agravantes, a propriedade intelectual e o controle corporativo dificultam que os benefícios científicos e tecnológicos cheguem àqueles que não são latifundiários.

Políticas públicas estruturadas com o uso da engenharia genética têm crescido e obtido entusiasmo por uma parcela dos produtores – um exemplo é o recente Projeto Algodão de Minas Gerais, que tem o apoio da Secretaria do Estado de Agricultura para o fortalecimento do cultivo sustentável do algodão

no norte de Minas Gerais. Apesar de movimentos sociais lutarem contra a utilização de transgênicos, estes já vêm tomando parte do mercado e, especificamente no que concerne a agricultura familiar, já atingiu a produção de milho e quase que inteiramente a de soja.

**INCENTIVOS A CAMINHO** Um prospecto menos alarmante para o agronegócio familiar está se delineando aos poucos.

Em novembro de 2012, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) firmou um acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), objetivando destinar R\$ 23 milhões para a criação de um programa de incentivo à agricultura familiar. Um mês depois, por sua vez, foi aprovado o Regulamento



O cultivo de soja transgênica no Brasil está nas mãos de grandes produtores

do Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul (FAF), que financiará projetos de estímulos ao setor – com isso, o Brasil aportará US\$225 mil anuais com políticas públicas para a agricultura familiar. Ainda nessa rota, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que 2014 será o Ano Internacional da Agricultura Familiar. O panorama competitivo da economia rural também intenciona beneficiar o setor ao instituir o

Sistema Nacional de Certificação da Produção da Agricultura Familiar. Aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, o Projeto de Lei 52/11 do deputado Assis do Couto (PT-PR) propõe que os produtos dos agricultores familiares sejam identificados por selos, potencializando as chances de um tratamento mais adequado em relação ao crédito rural, aumentando a demanda e a qualidade de seus produtos. Com a certificação, o trabalhador também poderá ter acesso privilegiado a recursos do crédito rural – financiamento para ajudar no custeio da produção e comercialização de itens agropecuários – e outros programas governamentais. Apesar de tais ações no setor, a agricultura familiar segue marginalizada.

Para a mudança deste quadro, enfatiza Oliveira, “é imprescindível reiterar a necessidade de um maior entendimento social e político sobre a falta de estrutura disponível para os chamados “pequenos produtores” de nosso país, buscando apoiar o cultivo de alimentos que garantam a segurança alimentar da população”.

Lídia Rogatto



## SOCIOLOGIA

## Pesquisadores investigam o grupo Anonymous, os ativistas hackers do novo século

Muito falado desde que promoveu ataques de negação de serviço (em que uma ação coletiva provoca a queda de um site) a grandes companhias financeiras como a Mastercard e a Visa, o grupo Anonymous se notabiliza por ser difícil de ser classificado ou rotulado. Buscando entender esse grupo de forma ampla, mas também comparativamente com sua versão brasileira, os pesquisadores Sergio Amadeu, Murilo Machado e Rodrigo Savazoni, da Universidade Federal do ABC, escreveram o artigo “As múltiplas faces dos Anonymous: ativismo político nas redes digitais”, apresentado na 36ª reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). Segundo eles, os ativistas brasileiros que se reivindicam como Anonymous são mais diversos ideologicamente e têm maior dificuldade em organizar ações conjuntas, enquanto os norte-americanos têm maior capacidade de ação política e realizam ações visando principalmente o governo federal dos EUA e a indústria

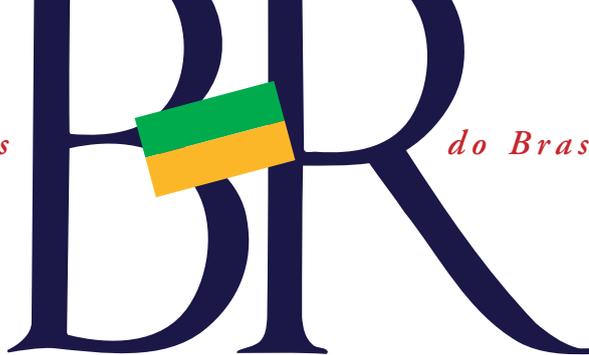
do copyright (estúdios, gravadoras, editoras). Por serem perseguidos pelo governo dos Estados Unidos, que os classifica como grupo terrorista, os norte-americanos são também mais preocupados com questões de segurança, com garantir tecnologicamente seu anonimato.

A pesquisa que deu base ao artigo investigou duas datas específicas: a véspera de aprovação dos projetos Sopa e Pipa, dia 17 de janeiro, e o dia seguinte ao fechamento do site Megaupload, dia 20 do mesmo mês. Sopa (Stop Online Piracy Act) e Pipa (Protect IP Act) foram propostas legislativas de enrijecimento da punição a violações de direito autoral apresentadas ao Congresso dos EUA. Vistas pelos ativistas como limitadoras das liberdades e dos direitos de expressão, enfrentaram um duro protesto na rede, em que diversos sites importantes ficaram fora do ar em um movimento coordenado. Já o Megaupload era um site de compartilhamento de arquivos que foi fechado sob acusação de violação de direitos autorais. O encerramento das atividades do Megaupload foi acompanhado por uma ação espetacular de prisão de seu fundador, Kim Dotcom, residente na Nova Zelândia, que foi contestada em sua legalidade por muitos juristas. Para Amadeu, ela aconteceu para satisfazer os interesses da indústria, já que o Sopa foi retirado após a oposição popular.

Os pesquisadores investigaram a ação de quatro perfis de Twitter do grupo, dois dos EUA, @YourAnonNews e @anonops, e dois do Brasil, @AnonBRNews e @PlanoAnonBr. A análise foi qualitativa, os autores buscaram “entender o significado político, ideológico e cultural do que é dito e não dito, comparando possíveis diferenças de visão, discurso e postura diante dos mesmos fatos que animaram intensamente as redes”. Os perfis investigados são os que reúnem maior número de seguidores nos Estados Unidos e no Brasil. A manifestação do grupo chegou a derrubar os sites da Casa Branca e do FBI em janeiro deste ano.

“O ativismo político em rede encontra no hacktivismismo uma de suas mais marcantes expressões”, afirmam os autores. Eles entendem os hacktivistas como um novo tipo de hackers, “não apenas peritos em computação, mas indivíduos motivados por preocupações éticas e que creem que seus atos devem ser considerados uma forma legítima de desobediência civil”. Eles apontam que o ativismo político em rede encontra no hacktivismismo uma de suas mais marcantes expressões. “Compreendê-lo é fundamental para lançar interpretações aos novos movimentos sociais que ganharam força na aurora do século XXI”, alertam.

*Rafael Evangelista*

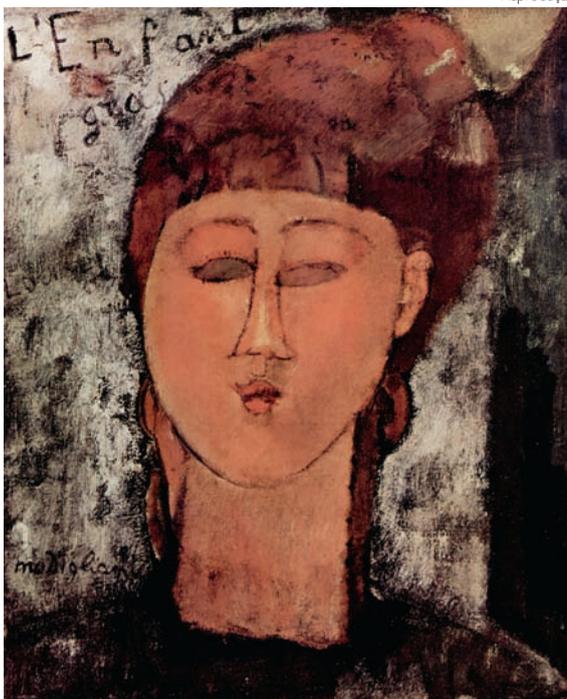


## OBESIDADE

Problema exige ações de educação e controle da publicidade para deter incidência em crianças e jovens

*L'enfant gras (A criança gorda)*, escrito em preto sobre um fundo cinza fosco rarefeito: em primeiro plano, um rosto infantil, arredondado, com certa expressão de felicidade pueril. Trata-se do quadro do italiano Amedeo Modigliani, feito em 1915, quando a gordura na criança era um sinal de vitalidade e força. Desde meados da década de 1980, contudo, a obesidade infantil vem sendo considerada um sério problema pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Ao trazer imagens de bebês que bebem refrigerantes todos os dias, crianças com exames médicos com resultados semelhantes aos de idosos enfermos, alunos de escolas públicas e privadas que não sabem diferenciar uma batata de uma cebola, a documentarista Estela Renner mostra, em *Muito além do peso*, a seriedade do problema no Brasil. Quase um século após o quadro de Modigliani, um médico entrevistado no documentário vaticina ser a obesidade infantil



Reprodução

*L'enfant gras* (1915) de Amedeo Modigliani

uma pandemia mundial. *Muito além do peso* foi um dos finalistas da última Mostra Internacional de Cinema de São Paulo. O cenário que o filme traça é preocupante, para crianças, pais e sociedade. De acordo com o documentário, no Brasil, 33% das crianças são obesas. Quatro de cada cinco delas deverão manter-se assim até o fim da vida. “Nos últimos anos, tem havido um crescimento exponencial da obesidade infantil no Brasil e no mundo”, afirma Durval Damiani, endocrinologista do Instituto da Criança, ligado ao Hospital das

Clínicas da Universidade de São Paulo (USP). “O Brasil saltou do problema da desnutrição para o outro oposto, o da obesidade”, afirma. Para a professora Elza de Mello, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que é chefe do serviço de nutrologia do Hospital das Clínicas de Porto Alegre, as consequências desse problema são sérias. “Hoje já temos crianças que, em função da obesidade, apresentam pressão alta, diabetes e problemas ortopédicos”, explica. “Além disso, a criança obesa tem

dificuldades sociais e muitas são vítimas de *bullying*”, aponta. Some-se a esse contexto a dificuldade com o próprio corpo, de praticar esportes e de se sentir bem em grupo. A pressão que a própria sociedade exerce sobre o indivíduo, tendo como padrão a magreza, é outro fator a complicar a situação.

### FALÊNCIA NO SISTEMA PÚBLICO

De acordo com Damiani, as consequências não se resumem, porém, a impactos na vida de crianças, mas trazem preocupações adicionais para a

sociedade. “Se a obesidade infantil não for controlada, vai onerar muito o sistema de saúde. No limite, pode levar esse sistema à falência”, adverte.

“As doenças relacionadas à obesidade levam a um maior gasto em relação à saúde pública”, concorda Mello. “Além disso, é preciso um esforço da sociedade para se adaptar ao obeso, tendo em vista que essas crianças apresentam necessidades próprias”, acredita.

Esforço esse que, muitas vezes, é pouco visto no Brasil. “Existe uma crença arraigada na sociedade de que o obeso tem mais peso porque não tem força de vontade”, acredita a professora Mariana Zambon, da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Para ela, “parte da sociedade ainda não acredita que a obesidade seja um problema sério e não sabe como tratar o problema”.

**PREOCUPAÇÃO GERAL** O combate à obesidade infantil é uma questão discutida atualmente por governos do mundo inteiro e alguns já formulam políticas públicas para combater o problema. Entre as principais ideias estão a regulação de propagandas televisivas sobre comidas gordurosas voltadas para o público infantil, a criação de impostos sobre comidas que não

fazem bem à saúde e a colocação de etiquetas que alertem o quanto de gordura existe em cada alimento.

Em 2011, após longos debates, a Dinamarca impôs uma “fat tax” (“imposto sobre gordura”), de modo a onerar os alimentos mais gordurosos. Após sofrer diversas críticas na imprensa local, o governo dinamarquês se viu obrigado a derrubar o imposto ao final de 2012, como parte de um pacote de medidas negociado com a oposição.

Damiani diz que políticas restritivas como impostos não são a melhor forma de combater a obesidade. “Muitos alimentos que não fazem bem à saúde, como bolachas e biscoitos de polvilho, são muito baratos, diferente dos alimentos que são mais saudáveis”, diz ele. “Um imposto vai aumentar o preço, mas se a pessoa quiser consumir o alimento gorduroso vai consumir de qualquer modo, mesmo porque o preço depois do imposto não será tão diferente assim”, argumenta.

**BARATEAR O SAUDÁVEL** Para Mello, o que poderia ser feito seria baratear a alimentação saudável. “Talvez o ideal fosse tirar os impostos sobre frutas e verduras”, sugere. “Hoje o que o ocorre é que o alimento saudável é mais caro. Reduzir impostos sobre essas

comidas poderia contribuir para que as pessoas se alimentassem melhor”. Para Zambon, “a tentativa de criar impostos é válida, mas nenhuma ação sozinha resolve o problema”.

Já o controle de propagandas dirigidas à população infantil foi implementado como política pública em regiões do Canadá e na Suécia. Na província de Quebec foi instituído, no início da década de 1980, o Quebec Consumer Protection Act, que proíbe a veiculação de propagandas de alimentos nos horários em que crianças costumam assistir mais à televisão. A Suécia adotou normas ainda mais rígidas: proíbe qualquer propaganda televisiva com apelo comercial dirigida ao público infantil.

As primeiras pesquisas sobre os efeitos da lei em Quebec, surgidas na última década, mostram que houve progressos no combate à obesidade infantil. Contudo, não há evidências conclusivas que permitam afirmar que a redução do número de crianças obesas se deve somente à lei ou a uma conjunção de fatores, que inclui o alto grau de educação dos canadenses. Medidas como essa dividem os especialistas brasileiros. “O apelo de propagandas sobre alimentos é de fato muito explorado, mas nunca fui a favor da proibição pura e simples”, diz Damiani. Para

o médico da USP, a questão tem muito mais a ver com educação do que com o que é veiculado na televisão. “As escolas em geral não educam para a alimentação. Se educassem, as crianças e os pais saberiam o que é uma alimentação saudável e os números de obesidade infantil não seriam tão significativos”, defende.

Elza Mello vê a questão de um modo diferente. Para ela, as pessoas que assistem muito TV já têm propensão a ser sedentárias. Por isso, “criar regulação que proíba propaganda em um horário determinado ou a associação de desenhos com alimentos seria um modo de controle eficaz”, afirma.

**ETIQUETAGEM** A colocação de etiquetas em alimentos para indicar o quanto de gordura eles têm é outra política pública sobre a qual não há consenso. Em países como a Inglaterra, é comum que os alimentos recebam uma etiqueta, na qual o consumidor pode se informar a respeito da quantidade de gordura presente. Etiquetas verdes, amarelas e vermelhas, cores tradicionais de sinais de trânsito, são colocadas para indicar o quanto de gordura o alimento carrega.

Damiani afirma que essa política é educativa e que, em vez de proibir, informa o consumidor sobre as consequências da escolha que

ele está fazendo ao comprar o alimento. “As pessoas não têm que ser proibidas de comer, têm que ser educadas e a etiquetagem traz informações muito relevantes”, defende Elza.

Para ela, “embora colocar etiquetas seja importante, talvez não seja tão eficaz porque é difícil para parte da população raciocinar com números. “A pessoa sabe o quanto de gordura está consumindo quando come um determinado alimento, mas é um pouco ilusório acreditar que ao fim do dia ela irá saber o quanto de gordura ingeriu”, argumenta. Damiani considera que a obesidade infantil não é mais um problema localizado. “Existem crianças obesas em todas as classes sociais”, indica. Em meio a números alarmantes, o debate sobre políticas públicas que combatam o que é visto como uma doença crônica, embora distante de um consenso, tem aumentado nas universidades.

Mariana Zambon ressalta ser necessário mudar a alimentação que é oferecida na rede pública de ensino. “A merenda escolar foi instituída em um período no qual o principal problema era a desnutrição. Hoje, estamos em uma situação bastante diferente”, explica a profissional da Unicamp.

Ricardo Manini

## NEUROCIÊNCIA

### Toxoplasmose crônica pode manipular comportamento

A província japonesa de Fukuoka ficou conhecida, recentemente, como um paraíso para os gatos: centenas deles podem ser vistos pelas ruas e praias, onde moradores os alimentam e os mantêm vivendo à vontade. O que parece uma simples afeição pelos felinos pode esconder uma relação de manipulação voltada para a sua preservação.

Há pouco mais de uma década pesquisas têm demonstrado que os gatos podem influenciar o comportamento de outros animais, especialmente roedores, sua principal presa, atraindo-os para si. Esse feito, porém, é involuntário aos felinos — quem estaria no comando da atração é o protozoário *Toxoplasma gondii*, causador da toxoplasmose.

Normalmente, esse parasita vive no intestino de gatos sem causar nenhum dano. As formas infectantes, cujos precursores são eliminados junto com as fezes felinas, podem contaminar água e vegetação, sendo sua ingestão responsável pelo desenvolvimento da toxoplasmose (doença que também pode ser contraída pelo consumo de carnes mal passadas), principalmente em mamíferos. O ciclo da doença se completa quan-

## UM PARASITA FREQUENTE

Antonio Pereira Jr. afirma que no Brasil a prevalência da toxoplasmose é assustadoramente alta: “em média 70% dos brasileiros possuem o parasita; em geral países localizados em latitudes mais baixas, em que as condições climáticas e higiênicas propiciam a transmissão do parasita, são mais afetados”. Ao contrário, em países como os Estados Unidos a porcentagem é de 22,5% na população a partir dos 12 anos de idade, de acordo com os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), de Atlanta. Apesar da alta incidência nos trópicos, o que de certa forma tranquiliza é saber que o sistema de defesa do organismo mantém o protozoário latente, ou seja, sem atividade. Apenas pessoas com o sistema imunológico debilitado, como pacientes HIV-positivos, apresentam sintomas que vão de encefalite (inflamação do tecido cerebral) a cegueira (quando o parasita se hospeda no globo ocular). A conduta com gestantes também é delicada: a forma infectante do protozoário pode passar pela placenta atingindo o feto, trazendo danos que podem chegar até à morte do feto. A transmissão da doença pode ocorrer também entre pessoas, no caso de doação de órgão e/ou sangue de indivíduo contaminado.

do roedores consomem alimentos infectados, levando ao aparecimento de cistos de *T. gondii*, sobretudo nos tecidos muscular e cerebral. Ao alimentar-se de uma presa infectada, o gato passará a portar o parasita.

**MANIPULAÇÃO** A descoberta, retratada em 2000 por pesquisadores da Universidade de Oxford, do Reino Unido (*Proc. Biol. Sci.*, Vol.267, no.1452), revela que, uma vez alcançando o cérebro, o parasita se instala em regiões específicas e “altera a atividade neuronal em áreas conhecidas como hipotálamo e amígdala, associadas ao

comportamento animal de defesa”, explica Antônio Pereira Jr., professor do Instituto do Cérebro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O roedor, assim, perde o senso de perigo e acaba tornando-se alvo fácil para seu predador. “Além disso, o parasita modifica a atividade de áreas associadas com a atração sexual”, conta. A via neural responsável pelo interesse quanto ao sexo oposto também passa pela amígdala e hipotálamo, gerando sinais de odor que incitam aproximação para a cópula, confundindo os roedores. Para Pereira, isso explica um mecanismo

evolutivo importante por parte do parasita, permitindo sua reprodução contínua no intestino de felinos.

O que vem intrigando os pesquisadores, diz Pereira, é que apesar de existirem “evidências conclusivas de manipulação comportamental apenas em roedores, únicos a serem testados de maneira rigorosa até agora, o *T. gondii* tem capacidade de modular circuitos cerebrais que usam dopamina (comum em mamíferos) como neurotransmissor”. Assim, os humanos seriam passíveis de sofrer algum tipo de alteração neural que influenciaria seu comportamento.

Estudos recentes corroboram essa hipótese sugerindo haver relação entre a presença do parasita no cérebro de humanos e maiores chances destes viverem a cometer suicídio, homicídio e até desenvolverem esquizofrenia.

Uma das frentes de pesquisa de Pereira também chama a atenção: efeitos culturais relacionados a populações com a alta prevalência do *Toxoplasma*. “Quem sabe se o comportamento peculiar dos protetores e amantes de gatos, que chegam a ter vários animais em casa, como acontece em várias cidades brasileiras, não pode ser explicado dessa maneira (manipulação comportamental)? Afinal, é de interesse do parasita que seu hospedeiro seja preservado”.

Fukuoka certamente seria um bom estudo de caso para investigação.

Daniel Blassioli Dentillo

# MUN

## **JOVENS CIENTISTAS**

### Projeto chileno leva estudantes para continente gelado

“Procuram-se jovens cientistas para expedição antártica: frio extremo, dias longos, lugares inexplorados. Em caso de êxito: honra e conhecimento”, esse é texto no cartaz que divulga a Feira Antártica Escolar (FAE), principal programa de divulgação da ciência antártica no sistema educacional do Chile, organizado pelo Instituto Antártico Chileno (Inach), juntamente com a Força Aérea do Chile. Por meio do programa, alunos do ensino médio de todo o país elaboram projetos científicos para concorrer a uma das vagas na expedição que, desde 2004, leva estudantes e professores para a Antártida. O objetivo da Feira Antártica Escolar é estimular o interesse pela ciência polar em jovens e, assim, reforçar o capital humano nessa área. Também busca desenvolver habilidades no uso do método científico para encontrar respostas para os enigmas do “Continente Branco”. De acordo com Jorge Gallardo Turiel, da assessoria de comunicação do Inach, a Antártida e a ciência polar não fazem parte dos conteúdos das



Fotos: Inach

Atividades de divulgação do território antártico chileno aproximam ciência e sociedade

escolas chilenas. Além disso, o país tem paisagens contrastantes, é cortado pelos Andes, possui desertos, praias e neve. “Nesse sentido, o programa possibilita uma aproximação dos estudantes e professores de todo país com conhecimento antártico”, diz.

**ESTUDO E AVENTURA** O programa tem três fases que ocupam cinco meses. Na primeira os alunos, individualmente ou em grupo, escolhem o tema com que vão trabalhar e desenvolvem projetos de pesquisa. O tema deve estar associado a uma das linhas de pesquisa do Inach: as relações

entre a América do Sul e Antártida; adaptação ao meio antártico e seus biorecursos; abundância e diversidade de organismos antárticos; o aquecimento global e as mudanças climáticas. Os projetos podem participar em duas categorias: trabalho experimental ou revisão de literatura. Na primeira fase, além de ter a ajuda de seus professores, os estudantes contam com palestras de pesquisadores do Inach. Para os professores são oferecidos workshops sobre o método científico e apoio na elaboração dos projetos de pesquisa. Os 25 melhores projetos seguem

# D



## *Notícias do Mundo*

para a segunda etapa do programa, uma feira de ciências onde os projetos são apresentados para a comunidade. A edição de 2012, IX FAE, aconteceu na cidade de Puerto Natales. “Foi a primeira vez que organizamos o evento fora de Punta Arenas onde fica a sede do Inach. A programação incluiu atividades para os jovens, professores e também para a comunidade”, conta Jorge Turiel. Os ganhadores foram estudantes de Antofagasta (norte do Chile), de Santiago e de Punta Arenas (ao sul do país), que somam um total de seis alunos, com idades entre 14 e 17 anos, e quatro professores que vão para a Expedição Antártica Escolar que deve ocorrer entre fevereiro e março deste ano.

Omayra Belén Toro e Naomi Estay, de Santiago, foram as primeiras colocadas na categoria "trabalho experimental" com uma pesquisa sobre microrganismos capazes de degradar compostos químicos em solos contaminados. Na categoria "revisão de literatura" venceu um projeto sobre os efeitos das mudanças climáticas nos hábitos alimentares de duas espécies de pinguins, de Pilar Bonilla e Sofia Castillo, de Antofagasta, cidade que fica no deserto de Atacama, o mais árido do mundo.

Na base de pesquisa chilena, alunos e professores recebem instruções

sobre como se comportar em um ambiente extremo. “Além das regras de segurança, eles aprendem que têm que otimizar o uso dos recursos. Embora seja um lugar com a maior reserva de água doce do mundo, na Antártida, a água é um recurso escasso”, explica Jorge Turiel, que acompanha o grupo. A expedição dura de três a quatro dias, dependendo das condições climáticas. “Nesse período eles desenvolvem um intenso programa de atividades educativas e científicas, com coleta de material e medições em campo, compartilhando pesquisas com cientistas chilenos e de outras nacionalidades que vivem no

Continente Branco”, descreve. Em uma das visitas do grupo à ilha Ardley, um dos poucos lugares onde convivem três espécies de pinguins (o pinguim-de-adália, uma das únicas espécies que constroem ninhos; o pinguim-de-barbicha, que cresce até 70 cm de altura e o pinguim-gentoo, uma das aves mais rápidas debaixo da água) compartilhando a mesma área. A flora da ilha mostra grande variedade de espécies com líquens, musgos e plantas vasculares, ou seja, muito mais do que gelo. Segundo ele, o programa tem um forte componente educativo e científico, que estimula a aprendizagem baseada na



Apesar de parte da Antártida pertencer ao Chile, o território gelado não entra no currículo escolar chileno, realidade que o Inach tenta mudar

# MUN

## INSTITUTO ANTÁRTICO CHILENO

Criado em 1963, o Instituto Antártico Chileno (Inach) é um órgão técnico ligado ao Ministério das Relações Exteriores do Chile responsável pela criação, coordenação e execução de todas as atividades realizadas no Território Antártico Chileno. Desde 2003 a sede do Inach está na cidade de Punta Arenas, que serve como uma porta de entrada do Chile para o Continente Branco. O Inach também é responsável pela realização de atividades de divulgação e avaliação do conhecimento sobre a Antártida na comunidade nacional, e a Feira Antártica Escolar é uma delas.

experiência. “A Feira Antártica Escolar é uma oportunidade para a formação de uma cultura científica no Chile porque as experiências dos estudantes e professores têm efeito multiplicador. Com isso é possível criar espaços para o diálogo entre cientistas e cidadãos”, acredita.

*Patrícia Mariuzzo*

Arquivo pessoal



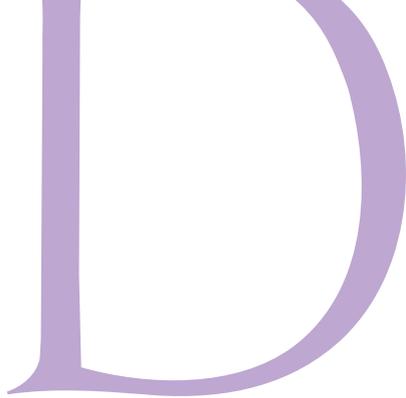
“Só os humanos têm uma sensibilidade tão aguda para o tempo que os tornam capazes de se deslocar em pensamento no tempo – até pensar em sua própria morte”, afirma Rémy Lestienne

ENTREVISTA RÉMY LESTIENNE

## A possibilidade da emergência para entender o surgimento de novas propriedades

Como funcionam a consciência e o livre arbítrio? E a vida na Terra, como surgiu? São questões como essas, ainda não respondidas pela ciência, que o conceito de emergência se propõe a abordar. “A ideia da emergência pretende oferecer um caminho para entender como esses ‘milagres’ são possíveis, sem recorrer a causas transcendentais”, propõe o físico e neurocientista francês Rémy Lestienne, diretor de pesquisa no Centro Nacional de Pesquisa Científica da França (CNRS). Ele é autor de vários artigos e livros sobre o tema. O mais recente, *Dialogues sur l'émergence*, lançado em 2012 na França pela editora Le Pommier,

ainda não tem versão em português. Nesta entrevista Lestienne explica que a ideia de emergência se contrapõe ao reducionismo científico, que busca apreender os fenômenos por meio do estudo dos elementos que compõem um sistema. Diferentemente, a proposta é compreender a organização espontânea de grandes sistemas e de que maneira eles adquirem propriedades novas, não antecipadas pelo estudo dos elementos que os integram. E descreve um exemplo de emergência na revoada de um bando de estorninhos: “no início eles voam em desordem, mas logo a colônia se organiza espontaneamente para tomar uma direção”.



## *Notícias do Mundo*

*Em seu último livro o senhor diz que, tradicionalmente, a ciência procura desvendar os fenômenos buscando compreender o mais simples, a partícula elementar. Mas há exemplos na natureza de que o todo não se reduz às partes que o integram, mas é composto pelos processos e dinâmicas que o constituem. Isso quer dizer que a ciência, tal como o cidadão comum a conhece, está errada?*

Não diria que a ciência, tal como ela é ensinada nas escolas e praticada pelos pesquisadores, esteja *errada*, mas sim que ela parece incompleta. O reducionismo científico – o método de buscar explicações para os fenômenos observados no estudo dos elementos que compõem o sistema – é muito poderoso e, sem dúvida, permitiu desenvolver a nossa civilização tecnológica. Mas ele não esclarece como a vida emergiu há mais de 3 bilhões anos na Terra, nem como a consciência – isto é, a representação de si mesmo e dos outros na cena do mundo e a faculdade de interferir no seu desenrolar –, apareceu nos sistemas nervosos dos animais superiores. A ideia da emergência nas ciências pretende oferecer um caminho para entender como esses “milagres” são possíveis, sem recorrer a causas transcendentais. Mais que uma descoberta, ele aponta fatos que são bem conhecidos, mas geralmente negligenciados pela ciência reducionista. O fato, por exemplo, de que muitas

propriedades do mundo onde vivemos não podem ser atribuídas a unidades elementares, como os átomos ou as partículas elementares, mas somente a conjuntos enormes de tais elementos. A forma estável das moléculas e de cristais, de modo geral, não pode ser definida por apenas uma molécula, mas por edifícios grandes e complexos. A ideia tão poderosa na física contemporânea de “quebra espontânea de simetria” para explicar a aparição de propriedades novas, tal como o ferromagnetismo, não está distante da ideia de emergência.

*O conceito de emergência influi na vida cotidiana ou implica numa mudança da maneira como percebemos e nos relacionamos com o mundo?*

A emergência é, em primeiro lugar, outra visão do mundo, uma filosofia que se opõe à filosofia do reducionismo. Aristóteles já pensava assim, quando escreveu que “a totalidade é mais do que a soma das suas partes”. Os emergentistas acreditam que, para explicar o que ainda resta a descobrir no mundo, é preciso compreender melhor como a organização espontânea de grandes sistemas é possível, e como eles podem adquirir, às vezes, propriedades novas que não podiam ser antecipadas pelo estudo de seus componentes e dos intercâmbios entre eles. Certamente, não encontramos situações desse tipo todos os dias em nossa

vida – ao menos nas nossas práticas tecnológicas. Para entender como funciona um forno de micro-ondas, basta utilizar as prescrições do reducionismo científico. Pois a superveniência (1) de propriedades novas diz respeito a sistemas muito complexos, e de modo geral requer muito tempo e intercâmbios com o meio ambiente, como, por exemplo, a aparição de novas espécies ao longo da evolução. A possibilidade, então, está restrita aos sistemas que chamamos de sistemas termodinâmicos abertos.

Nós, humanos, somos sistemas abertos em constante interação com o mundo. A nossa liberdade, o chamado livre arbítrio, parece ser um exemplo constante de exercício de emergentismo. A criação artística também o é: como a criação poderia livrar-se dos caminhos deterministas do funcionamento do sistema nervoso central se o cérebro não tivesse a possibilidade, pelo menos, de provocar bifurcações entre vários caminhos possíveis das atividades nervosas?

*O que significa dizer que a natureza é organizada em níveis, patamares? De que modo esta visão modifica a visão de origem – geralmente associada à visão de uma partícula elementar?*

A natureza é obviamente organizada em patamares. Conhecemos, por exemplo, o nível dos quarks, das partículas elementares, dos átomos, das moléculas. No campo dos sistemas



vivos, há os níveis das células procariontes, das células eucariontes, dos seres pluricelulares, dos órgãos, dos indivíduos, das sociedades.

A observação de que a natureza está organizada em patamares e não se apresenta como uma substância não diferenciada é muito importante para abrir a possibilidade da emergência de propriedades novas – ao menos em alguns desses patamares. Ao caos radioativo inicial sucedeu um mundo em que partículas elementares apareceram, átomos se constituíram, galáxias se formaram. Cada um desses patamares pode ser entendido como um exemplo de emergência. Mas estamos longe de compreender tudo o que concerne ao Universo. Cosmólogos descobriram, há algum tempo, que quase 95% da matéria e da energia que compõem o Universo são de natureza completamente desconhecida.

### ***O tempo à luz do conceito de emergência pode ser aplicado em áreas do conhecimento além da física?***

O tempo é uma entidade muito complexa. Sua complexidade fica muito longe da imagem simplista que a teoria física, até agora, oferece desta noção. A complexidade começa com a observação de que, para nós, a propriedade essencial do tempo é sua flecha, o fato de que tudo passa e, como Heráclito costumava



Carlos Alberto Tiago

**Revoada de estorninhos na Ilha do Beleal, Penache, Portugal, é, para Lestienne, exemplo de emergência**

dizer, “nunca nos banhamos duas vezes no mesmo rio”. Ela também se manifesta, por contraste, na percepção de que, para medir o tempo, precisamos de fenômenos que se reproduzem de maneira igual – como as oscilações de um pêndulo ou as oscilações de certa luz emitida pelo césio excitado. A complexidade aumenta quando se procura dar conta da evidência de que o tempo não é somente um fluxo. Entre o passado e o futuro, o presente possui de fato uma propriedade particular – aquela que só podemos atribuir à propriedade de ser real.

Físicos da relatividade geralmente defendem uma visão relacionalista do tempo: o tempo (como o espaço) seria somente um meio de dar conta da maneira como objetos podem ou não reagir entre eles. Outros, como eu, pensam que o tempo é mais do que isso. Vemos que o tempo não afeta da mesma maneira todos os objetos, nem todos os seres vivos. Um fóton, que sempre voa à velocidade

da luz, não conhece a propriedade de tempo próprio. Uma partícula elementar, mesmo que seja radioativa, não serve para construir um relógio, pois sempre existe a probabilidade de ela se desintegrar no segundo seguinte (precisamos de um pedaço de matéria radioativa para construir um relógio desse tipo, e quanto maior for o pedaço melhor será a precisão do relógio).

Somente os sistemas abertos e, particularmente, os seres vivos, possibilitam saber o que é o presente. E só os humanos têm uma sensibilidade tão aguda para o tempo que os tornam capazes de se deslocar em pensamento no tempo – até pensar na sua própria morte.

Essa estrutura em patamares nos leva a perguntar: será que a ideia de emergência não deveria se aplicar particularmente ao estudo do tempo? Parece ter chegado o tempo de responder à pergunta de Ilya Prigogine [prêmio Nobel de Química em 1977]: “Não seria o tempo uma propriedade emergente? Mas então devemos descobrir as suas raízes...”.

*Marta Avancini*

#### **NOTA**

1. Superveniência se refere à relação de dependência existente entre uma propriedade de um sistema global e as propriedades dos seus componentes.

# FRONT

# EIRAS

Coordenador  
Alfredo Wagner Berno de Almeida

Marcia Anita Sprandel  
Rosa Acevedo Marin  
Terri Valle de Aquino  
Reginaldo Conceição da Silva  
Emmanuel de Almeida Farias Júnior  
Stephen G. Baines

# APRESENTAÇÃO

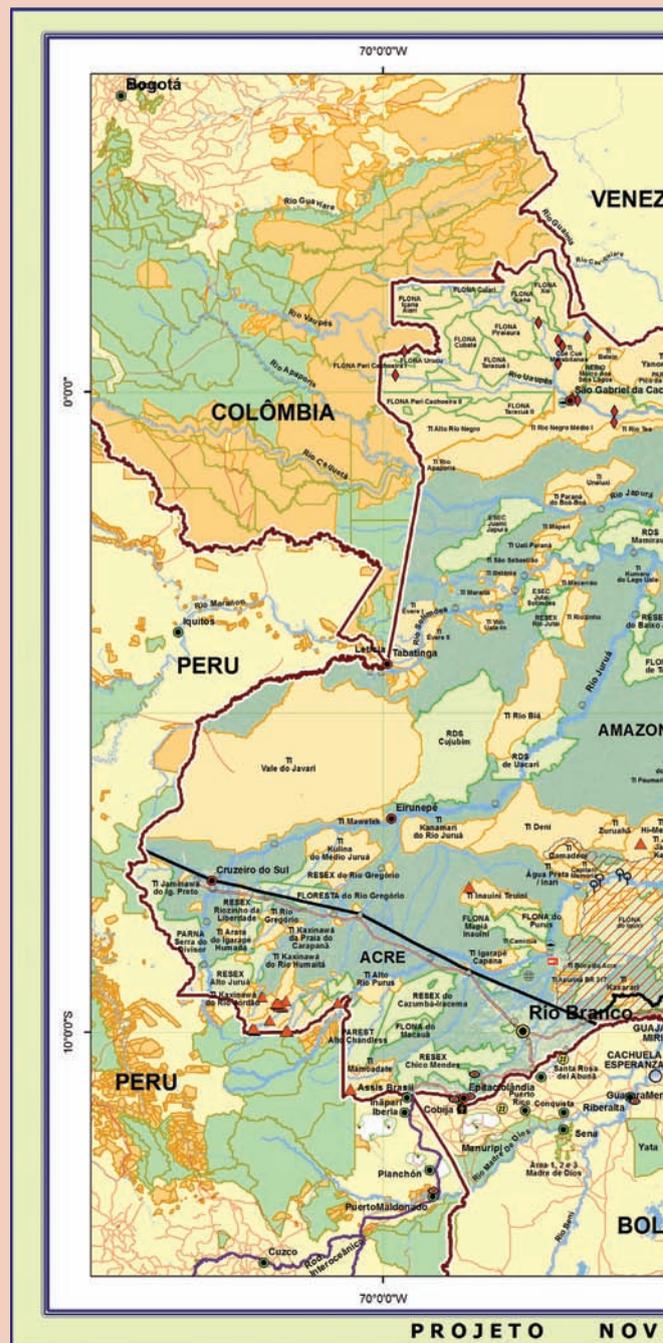
Alfredo Wagner Berno de Almeida

**N**osso propósito neste dossiê foi propiciar uma visão mais detida de situações sociais conflitivas em regiões de fronteira. As transformações sociais e econômicas nesta primeira década do século XXI refletem políticas de reorganização de espaços e territórios que afetam, sobretudo, as delimitações das fronteiras internacionais e de suas respectivas faixas de segurança. Os interesses industriais responsáveis pela expansão dos agronegócios pressionam no sentido de uma reestruturação formal do mercado de terras, incorporando novas extensões seja pela alteração de dispositivos jurídicos, que delimitam a chamada “faixa de fronteira”, seja pela usurpação de direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais.

Desmatamentos, queimadas, devastações de florestas por atividades madeireiras ilegais, atividades de empresas mineradoras e políticas energéticas com barramentos de inúmeros rios têm produzido conflitos e tensões. O resultado mais evidente concerne a um deslocamento constante de populações, tais como “povos indígenas isolados”, “brasiguaios”, seringueiros brasileiros na Bolívia e garimpeiros brasileiros na Venezuela.

Paralelamente a estes conflitos por terra, as elevadas taxas de desemprego provocam deslocamentos de expressivos contingentes de força de trabalho por postos fronteiriços tanto nos limites com a Guiana Francesa, quanto nos limites com a Colômbia e o Peru que, inclusive, durante 2010 e 2011 envolveram também os “haitianos”. As relações entre a reestruturação do mercado de terras e o fenômeno das migrações colocam em questão novas modalidades de percepção das linhas de fronteira, que passaremos a examinar a partir do prisma de diferentes formações acadêmicas referidas à geografia, à antropologia e à história. As estratégias empresariais impulsionam na direção de “fronteiras abertas”, atendendo a demandas progressivas de um crescimento baseado principalmente em *commodities* minerais e agrícolas, refletindo uma dúbia combinação entre fatores ambientais e econômicos. Ao mesmo tempo pleiteiam incentivos fiscais, abalando preceitos neoliberais, e objetivam flexibilizar normas jurídicas relativas a direitos territoriais indígenas. Os múltiplos debates em torno deste significado social das fronteiras, marcado por uma profunda reconceituação, impõem novas indagações que os textos a seguir tentam responder tendo como referência empírica as fronteiras internacionais do Brasil.

*Alfredo Wagner Berno de Almeida é antropólogo, professor visitante dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social e em Sociedade e Cultura da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). É pesquisador da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e do CNPq.*





## ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE FRONTEIRAS E MIGRAÇÕES

Marcia Anita Sprandel

**E**m “Breve genealogia sobre os estudos de fronteiras & limites no Brasil”, publicado no livro *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*, (UnB, 2005) organizado por Roberto C. de Oliveira e Stephen Baines, analisei historicamente as concepções classificatórias e teóricas sobre a fronteira brasileira. No artigo, o pensamento geopolítico no Brasil é compreendido como saber do Estado, dentro de uma perspectiva de contribuição a uma “antropologia do Estado nacional”.

No presente texto, tento trazer para o debate a forma diversa com que a antropologia trata um tema diretamente referido às fronteiras político-administrativas: os deslocamentos populacionais ou as migrações. Importante registrar que não existem “migrantólogos” na antropologia. O que antropologia faz é analisar a construção de categorias sociais em seus significados, a partir de circunstâncias históricas específicas e de relações de poder. Nesse sentido, estudamos a construção do sujeito “migrante” e das “migrações”.

Esta construção pode ser observada de perto no caso dos camponeses brasileiros que vivem no Paraguai, que estudei no começo dos anos 1990. De objeto de tensão em conflitos nacionais e pela posse da terra, estes passaram a ser percebidos pelo Estado brasileiro, no decorrer daquela década, como parte do universo maior de “brasileiros no exterior”, ou seja, como emigrantes. Isto se deu em função da saída significativa de brasileiros para o Hemisfério Norte naquele período, o que demandou do Estado brasileiro uma reorganização em termos de atendimento a suas demandas.

Esse fenômeno passou a ser acompanhado de perto pela antropologia brasileira que precisou, a partir desse momento, incorporar a suas pesquisas o significado da construção desse sujeito “migrante” e a percepção de seus deslocamentos espaciais como “migrações”.

Existem algumas perspectivas teóricas que fundamentam a pesquisa antropológica e que permanecem essenciais para a análise de indivíduos e grupos em deslocamento espacial, tais como a noção de *estrangeiro*, os conceitos de *eticidade*, *identidade étnica* e *fronteiras étnicas*, a noção de *estratégias* e de *planos de organização social*.

Começemos com um autor que marca os estudos sociológicos sobre deslocamentos, analisando brevemente o pequeno texto “O estrangeiro”, de Georg Simmel. O texto “O estrangeiro” começa assim:

*Se o mover for o contraste conceitual do fixar-se, com a liberdade em relação a cada ponto dado do espaço, então, a forma sociológica do “estrangeiro” representa, não obstante, e até certo ponto, a unidade de ambas as disposições. Revela também, certamente, que as relações concernentes ao espaço são, por um lado, apenas, a condição e, por outro, o símbolo das relações entre os seres humanos (1).*

Em seu artigo, Simmel diferencia o viajante (aquele que passa) do estrangeiro que permanece. Este, embora possa ser valorizado por suas histórias, sua cultura, segue sempre como um objeto de constante desconfiança.

Conclui Simmel:

*O estrangeiro, o estranho ao grupo, é considerado e visto, enfim, como um não pertencente, mesmo que este indivíduo seja um membro orgânico do grupo, cuja vida uniforme compreenda todos os condicionamentos particulares deste social (2).*

Outro estudo clássico na área é *O camponês polonês na Europa e na América* (1918-1920), de Thomas e Znanieck. Neste livro, os autores analisaram as facilidades e escalas de adaptação de camponeses poloneses na Alemanha e na América a partir de correspondência daqueles camponeses com familiares que permaneciam na Polônia. Sua abordagem biográfica e da etnicidade (embora não com esse nome) estava, em muitos aspectos, à frente de seu tempo e foi reatualizada no contexto de estudos contemporâneos de migração.

Enquanto os estudos sobre campesinato tomaram rumos próprios, a etnicidade seria retomada de forma renovada por Barth, antropólogo norueguês nascido em 1928. Após trabalho de campo no Paquistão, Sudão, Bali e Nova Guiné, Barth editou o livro *Grupos étnicos e fronteiras* (1969).

No mesmo ano, Abner Cohen nascido no Iraque em 1921 (tendo estudado em Manchester, com Gluckman e se tornado professor da Universidade de Londres) publicaria *Custom and politics in urban Africa*, seu trabalho sobre o ajuste de grupos étnicos a novas realidades sociais, a partir de trabalho de campo entre os Hausa, comerciantes de longa distância da África Ocidental.

Notem que estávamos diante de um processo de urbanização de grupos tribais e/ou camponeses, o que se reflete na produção antropológica da época. Os trabalhos de Barth e Cohen marcaram uma diferença com os estudos até então feitos, que tratavam os grupos étnicos como unidades fechadas de análise, com características culturais rígidas e imutáveis.

Por quê? Estes dois autores enfatizaram o sentido político da etnicidade. Uma das principais contribuições de Barth foi a negação do pressuposto que a divisão de uma cultura comum seria característica básica de um grupo étnico. O autor reverte esta visão senso comum à época para propor que a existência de uma cultura comum é antes o resultado da existência daqueles grupos. Criticou também a versão tradicional de que a manutenção de diversidades culturais estaria ligada ao isolamento social e geográfico.

Direcionou os estudos de etnicidade para a análise da organização do que chamou de fronteiras étnicas. Para Barth, é apenas na interação entre grupos que o indivíduo desenvolve consciência étnica de seu próprio grupo e de sua distintividade. Nestes contatos ou interdependências étnicas, as diferenças culturais tendem a persistir, ou mesmo a serem realçadas.

Cohen, em seu livro, reflete sobre o ajuste de grupos étnicos a novas realidades sociais. Ele chamou de *retribalização* o processo pelo qual indivíduos pertencentes a grupos tribais que se transferem para as cidades, enfatizam e exageram a sua identidade e exclusividade cultural, com objetivos políticos e econômicos. Para Cohen, dentro de um sistema político formal, como o Estado-Nação, uma categoria étnica pode manipular costumes, valores, mitos, símbolos e cerimônias de sua tradição cultural no sentido de articular uma organização política informal.

Outro autor fundamental para as reflexões antropológicas sobre sujeitos em mobilidade espacial é Pierre Bourdieu. A sociedade kabila, na Argélia, foi o palco das suas primeiras pesquisas. Também trabalhou com sociedades de imigrantes na França. Neste sentido, recomenda-se a leitura do livro *A miséria do mundo*, editado pela Editora Vozes em 2003, na qual ele e sua equipe de pesquisadores entrevistam estas famílias nos subúrbios de Paris. O mundo social, para Bourdieu, deve ser compreendido à luz de três conceitos fundamentais: campo, *habitus* e capital.

No que concerne à pesquisa de campo realizada entre camponeses brasileiros que viviam no Paraguai, foi muito útil a noção de *habitus*. Por quê? Após um ano de mobilização pela terra, os chamados *brasiguaios* assentados no Mato Grosso do Sul, começaram a retornar ao Paraguai ou a procurar novas áreas no Mato Grosso e em Rondônia, consoante um cálculo econômico que incorporava o preço mais baixo ou a fertilidade do solo de áreas de arrendamento em regiões nas quais, com vantagens consideráveis, poderiam lograr a colocação de seus filhos e descendentes.

Semelhante solução funcionava como medida resolutive em face de possíveis regras de sucessão que privilegiam a indivisibilidade das áreas do assentamento. Na época, tais estratégias eram percebidas por alguns mediadores como processos de individualização e alienação política, a partir de cálculos supostamente racionais e conscientes.

Ora, as histórias familiares registradas, o trabalho de campo realizado no assentamento e no Paraguai, tudo isto apontava para outra resposta. Para confirmá-la, o exercício inicial realizado foi estudar o projeto de assentamento a partir da proposta metodológica de Clifford Geertz.

No artigo “Forma e variação na estrutura da aldeia balinesa”, publicado em 1959 na *American Anthropologist*, Geertz parte da crítica às totalidades que ainda eram objeto da antropologia, como “a aldeia x” ou “a cultura y”. Para desfazer tais pressupostas unidades, Geertz trabalha com o conceito de “planos de organização social”, cada plano sendo constituído por um conjunto de instituições sociais baseadas em formas totalmente diferentes de agrupar indivíduos ou mantê-los separados.

Em seu artigo, Geertz identifica, sobretudo, as diferenças entre a cultura de Bali e as convenções de pensamento ocidentais. Ele demonstra como a organização social é importante para o povo de Bali e como sua própria organização difere de aldeia para aldeia e de pessoa para pessoa.

Identificar alguns planos de organização social no projeto de assentamento foi a forma que encontrei para romper as fronteiras do seu espaço e criar novas, que se interseccionavam com aquelas e redimensionavam totalmente a concepção administrativa e territorial do projeto como unidade de análise.

Um destes planos refere-se à organização em **grupos por localidade**, feita ainda em território paraguaio e mantida no acampamento de Mundo Novo (MS). No *grupo* eram atualizadas redes de vizinhança em localidade paraguaia ou ainda redes de parentesco em mais de um local, naquele país. O pertencimento aos *grupos*, indicativo do domicílio anterior, era um plano fundamental de organização social do assentamento. É um plano que se sobrepõe à divisão em lotes, influencia nas formas de organização voluntárias e nas denominações informais de localidades ou “linhas”.

Outro plano de organização social identificado foi a **naturalidade**. Aparentemente não muito eficaz no Paraguai e no acampamento, reaparece com força no momento de individualização. É um plano que se sobrepõe ao dos grupos e aos próprios limites do assentamento, ligando os indivíduos que assumem estas identidades regionais aos seus estados de origem.

Um outro plano de organização social importante é aquele das redes de **parentesco**. Viviam, na época do trabalho de campo, mais de 1,6 mil famílias nos lote rurais do assentamento. A residência em determinado lote, delimitado pelo órgão fundiário, foi relativizada momentos após o sorteio dos mesmos. Aqueles assentados que pertencem à mesma família extensa e não receberam lotes contíguos, trocaram de lote com seus companheiros, para que isso acontecesse.

Através de vínculos de parentesco, o assentamento interseccionava-se com o Paraguai. Existia um intercâmbio constante de notícias, negócios e visitas. Diariamente saía do assentamento um ônibus para Novo Mundo, na fronteira. Na rodoviária desse município existiam vários horários de viagem para Salto del Guairá, capital do Departamento Canindeyú, que fica a apenas 15 quilômetros. De Mundo Novo também se alcança o oeste do Paraná e todo o sul do país.

Antes de *migrantes*, *brasiguaios*, *brasileiros*, *estrangeiros*, eu estava estudando indivíduos que buscavam manter sua condição de pequenos produtores rurais cruzando uma fronteira político administrativa que pouco significado jurídico tinha em termos imediatos. Mesmo para aqueles que obtiveram um lote em um assentamento criado teoricamente para fixá-los em território brasileiro, tal fato não possibilitou propriamente a conquista da “terra prometida”.

Muitas das famílias, na época de minha pesquisa, desenvolviam uma estratégia de contratos de arrendamento para os filhos em propriedades paraguaias, ou “porque lá o milho tá com preço bom” ou pela qualidade e escassez de terras nos arredores do assentamento. Os agricultores, desta forma, manipulavam o princípio de nacionalidade de cá pra lá na fronteira internacional. No seu cálculo econômico de mercado, eram sempre levadas em conta as variações de preço nos dois países.

**UM OUTRO  
PLANO DE  
ORGANIZAÇÃO  
SOCIAL  
IMPORTANTE É  
AQUELE DAS  
REDES DE  
PARENTESCO**

O que os mediadores tradicionais não entenderam é que, enquanto agentes sociais, estes grupos familiares sabem desenvolver rituais políticos e sociais que podem ser entendidos como produto do *senso prático* ou *habitus*, definido por Bourdieu como “necessidade tornada virtude”. Ao fazê-lo, “antecipam a necessidade imanente ao fluxo do mundo”.

“E, no entanto, os agentes fazem com muito mais frequência do que se agissem ao acaso, 'a única coisa a fazer'. Isso porque, abandonando-se às intuições de um 'senso prático' que é produto da exposição continuada a condições semelhantes àquelas em que estão colocados, eles antecipam a necessidade imanente ao fluxo do mundo” (3).

Ora, é esse antecipar-se à necessidade imanente ao fluxo do mundo que fundamenta o que Bourdieu chama de *estratégias*. Estas objetivam a reprodução social e biológica do grupo familiar. Se possível, também a reprodução de sua condição de pequenos produtores rurais, evitando dessa forma a inviabilidade da produção, a expoliação total e a marginalização. As estratégias seriam “produto do *senso prático* como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido”. Pensar assim permite uma compreensão mais totalizante das realidades e das decisões de sair do lugar que se costuma chamar simplesmente de “migração” ou de “movimentos migratórios”.

Lembrando que foi a partir dos anos 1990 que o tema das “migrações” – até então restrito aos demógrafos, geógrafos ou religiosos – retornou com força à pauta política internacional e, consequentemente, à pauta dos Estados nacionais. Estava na agenda dos organismos internacionais, das instituições financeiras multilaterais e das cúpulas governamentais. Discutia-se, sobretudo, “migração e desenvolvimento”, com ênfase nos seus aspectos econômicos remessas) e de segurança internacional (tráfico de pessoas e de migrantes).

Uma leitura detalhada de documentos oficiais sobre a “questão migratória” e sua “governança” identifica imediatamente a utilização de conceitos, categorias e modelos interpretativos onde o sujeito parece desaparecer, obscurecido por fluxos, correntes e tendências migratórias. Existe, pode-se dizer, um “migrante” genérico, algo como uma subespécie do “pobre” genérico, também objeto de convenções, tratados, relatórios e avaliações internacionais.

A ausência da perspectiva do sujeito é uma das chaves para a crítica da antropologia brasileira aos chamados *estudos migratórios*, traduzida na já clássica proposição de Moacir Palmeira e Alfredo Wagner no trabalho intitulado *A invenção da migração* (4), que tem como tema emprego e mudança socioeconômica do Nordeste dos anos 1970. Os autores alertam para o risco de reunirmos como um conjunto de fenômenos da mesma natureza (no caso as *migrações*) situações que são pensadas, vividas e narradas de forma diversa pelas pessoas que são o suporte dos conceitos construídos (no caso, os *migrantes*).

Isto não significa que a antropologia brasileira não tenha se voltado para o assunto, sempre com um olhar diverso. Destacam-se os trabalhos de Giralda Seyferth, que a partir das linhas de pesquisa “minorias nacionais”, “relações interétnicas” e “estudos camponeses”, produziu uma sólida análise das políticas de imigração do Estado brasileiro iniciadas no final do século XIX, fortemente influenciadas por ideais de branqueamento da população brasileira e, posterior-

mente, de *abrasileiramento* da população imigrante. Consoante suas pesquisas, a chamada “questão migratória” sempre foi, em todos os tempos, um assunto controverso, tendo em vista que a imigração (a sua dimensão mais manifesta) produziu, entre outras coisas, conflitos políticos e sociais, negociações, racismos, diversidades culturais, minorias e identidades contrastantes no interior do Estado-nação.

**CONCLUSÃO** Temos então duas tarefas, dois *approachs* teóricos e metodológicos realizados pela antropologia: com os grupos que estuda e com as categorias construídas sobre estes mesmos grupos. A importância das categorias atribuídas são de importância fundamental para a antropologia, uma vez que, como bem afirma Bourdieu, necessitamos de uma sociologia da percepção do mundo social. O que seria uma sociologia da percepção do mundo social para Bourdieu? A sociologia da construção das visões de mundo, uma vez que estas visões de mundo contribuem para a construção desse mundo. Em outras palavras, é necessário entender tanto a realidade objetiva quanto os diferentes significados dados pelos diferentes protagonistas com visões do mundo e posicionamentos distintos nesse espaço social.

A travessia de fronteiras político-administrativas internacionais é detonadora de uma série de circunstâncias para o sujeito em deslocamento, especialmente em função do controle dos Estados nacionais, gerador de tipologias, identidades e, muitas vezes, criminalizações. Daí a importância de etnografias que apreendam como grupos sociais narram a sua história e a história de vida de seus membros, a partir de categorias próprias. Pensar estes grupos sociais com a categoria “migrantes” e seus deslocamentos como “migração” tem, historicamente e politicamente, obscurecido situações e trajetórias de vida diversas, negando o papel fundamental das estratégias de reprodução social na tomada de decisão para mudanças espaciais e adaptações a novos cenários.

*Marcia Anita Sprandel é antropóloga, assessora técnica do Senado Federal. Integra o Comitê de Migrações Internacionais da Associação Brasileira de Antropologia.*

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. RBSE • Vol. 4 • nº 12 • dezembro de 2005 • ISSN 1676-8965 • 265
2. *Idem*
3. Bourdieu, P. no artigo “Das regras à estratégia”, publicado no Brasil em *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.p 23)
4. Palmeira, M. e Almeida, A. W. B. *A invenção da migração. Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ -1977.

## ENTRE A FRONTEIRA VENEZUELA-BRASIL, OS TERRITÓRIOS DE POVOS INDÍGENAS E DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Rosa Acevedo Marin

**A**ssiste-se, entre os países da Pan-Amazônia, à retomada de sentimentos de nacionalidade e de segurança das fronteiras, reforçados, de um lado, pela visão de necessidade da presença militar para garantir a soberania nacional e o desenvolvimento; de outro, pela identificação de “novas ameaças” como o narcotráfico e a biopirataria. Nas respectivas regiões amazônicas tais ideias convivem com o esquema interpretativo do vazio demográfico que orienta a elaboração de políticas e planos de desenvolvimento para garantir a ocupação e a integração.

Desde a década de 1960, a Venezuela desenvolve políticas dirigidas para a sua região sul, políticas essas que têm, acintosamente, interferido nos modos de vida e nas formas de existir e viver de povos indígenas e comunidades tradicionais. O marco das políticas de integração na Venezuela é o denominado Programa de Desarrollo del Sur, conhecido como “La Conquista del Sur” e orientado para a região de Guayana (1), desde o primeiro governo do presidente Rafael Caldera (1969-1974), que elaborou o Plan de Ordenación Territorial, com ênfase na “soberania nacional”. As ações mais conhecidas foram a criação de centros cívicos militares (como os de Solano e de San Simon del Cocuy – situado na tripla fronteira – Venezuela, Colômbia e Brasil), a construção de aeroportos e estradas e, ainda, a prospecção de “recursos para o desenvolvimento” utilizando o sistema de radares. Uma das instituições com mais peso na continuidade desse processo foi a Corporación Venezolana de Guayana (CVG).

Pesquisas realizadas em relação aos impactos territoriais dos processos de reestruturação econômica e política que ocorreram nessa região, na qual se implantaram várias empresas do setor de alumínio, descrevem diversos conflitos territoriais. Carrillo e Jungemann apontaram, no caso concreto de Los Pijiguaos, os problemas de regularização da terra “causados por diferentes lógicas de ocupação e de uso da terra, em vez de uma interação e integração harmônica entre os diferentes usos do solo que dominam a dinâmica social. Outro problema significativo é a degradação ambiental e da paisagem, e a dominância de padrões de produção e de consumo que causam danos (2). Nos finais de 1990 houve a tentativa de privatizar a CVG -Bauxilum Operadora de Bauxita (3) implantada na década de 1980 em Los Pijiguaos, no município Cedeño, no estado Bolívar (4). A instalação do projeto significou a retirada dos povos indígenas dos seus territórios tradicionais e a ocupação por “población criolla” para realizar atividades agro-

pecuárias, deslocando-se os indígenas para os centros povoados e para as zonas de Serra e Sabana. O município Cedeño, sede do projeto de Los Pijiguaos (5) é ainda um dos “grandes municípios indígenas do estado Bolívar, somente precedido pelo município da Gran Sabana”.

A descrição dos conflitos territoriais mostra que comunidades camponesas e indígenas estão posicionados contra Los Pijiguaos y Bauxilum em função da sobreposição de terras outorgadas aos primeiros pelo Instituto Agrário Nacional. O mesmo ocorreu com a comunidade Mapoyo de Caripo que recebeu um título provisório, gratuito e coletivo, o mesmo que um ano depois a Procuradoria Geral da República outorgou à CVG. Os povos indígenas Piaroa e Panare, das comunidades Las Bateas e Punta Brava, estão instalados dentro das “tierras de Bauxilum”, na margem esquerda do rio Suapure. Outros conflitos se desenvolvem entre comunidades indígenas – como o observado entre os Panare da comunidade Quebrada Seca que recebeu um título provisório do Instituto Agrário Nacional – e o da comunidade Piaroa de Punta Brava. Esses povos estão afetados pela poluição ambiental provocada pela exploração mineira de bauxita. Problemas causados por questões de contaminação ambiental acabam gerando situações de conflito, como o gerado em decorrência do aterro sanitário construído na estrada Caicara del Orinoco-Puerto Ayacucho, na frente da comunidade indígena de Las Tururas.

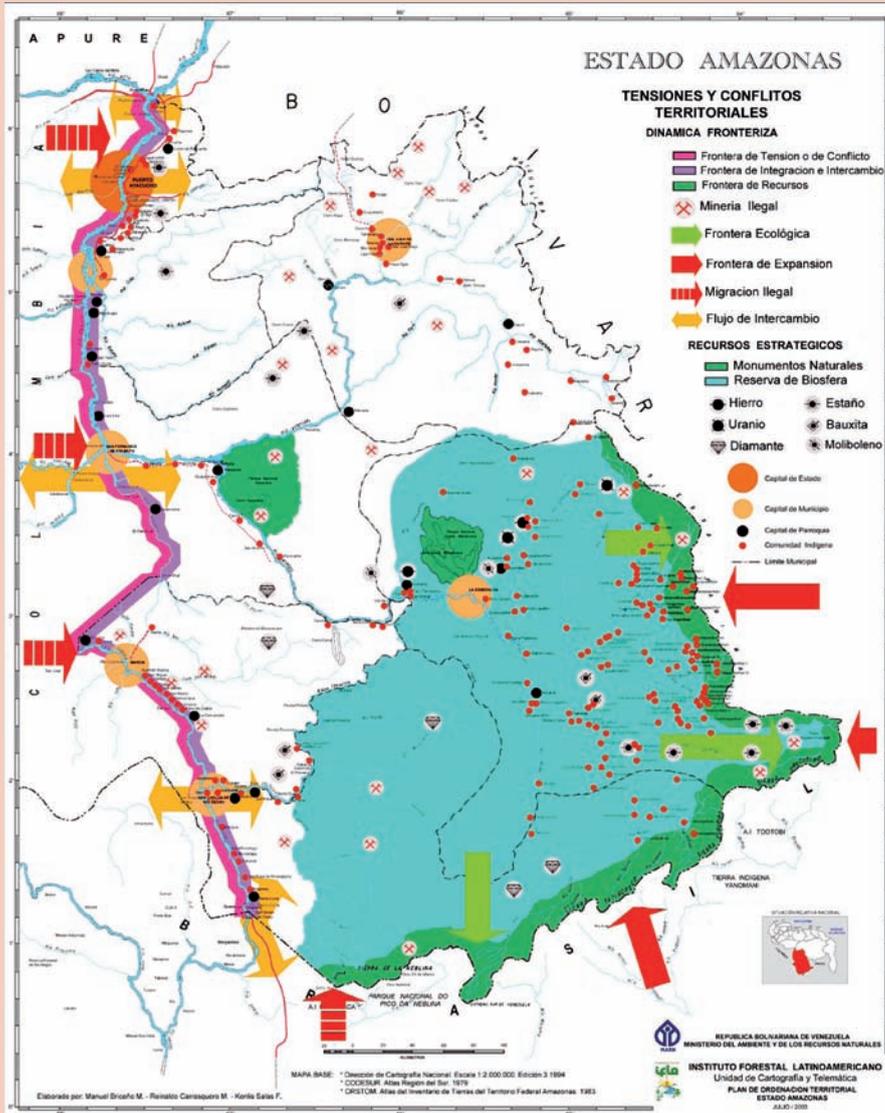
A identificação dos conflitos territoriais e socioambientais do Amazonas é apresentada em um mapa oficial de 2003, precisamente nessa unidade administrativa que não teve até 2011 nenhum território indígena titulado. Observe-se que o reconhecimento de tensões e conflitos territoriais não se coaduna com a garantia de direitos territoriais e de segurança física para os povos indígenas. As recentes denúncias – até agora não comprovadas de massacre de indígenas lanomami praticada por agentes da “mineração ilegal” – indica essa realidade.

O estado do Amazonas possui o maior número de povos indígenas, 45,8% da população identifica-se como indígena – Piaroa, Yanomami, Yekuana, Yabarana, Panare, Baré, Curripaco, Baniva, Jivi, Jodi.

Tanto no estado do Amazonas como no estado de Bolívar foram organizados movimentos indígenas com reivindicações territoriais que se esperava verem cumpridas desde 1999 quando se promulgou a Constituição. O Artigo 119 da Constituição da República Bolivariana de Venezuela assegura que o estado democrático e social de direito e de justiça é obrigado a reconhecer e respeitar os direitos territoriais aos povos indígenas.

No IV Pronunciamento das Organizações Indígenas do Estado do Amazonas (7), datada de outubro de 2011, destacaram:

Quase 12 anos após ser aprovada a Constituição da 1ª República Bolivariana da Venezuela, os avanços são realmente poucos e insignificantes em termos reais, seja de extensões de terras reconhecidas ou de povos beneficiados. De acordo com dados da própria Secretaria Técnica da Comissão Nacional de Demarcação, a situação para o ano de 2009 (últimos títulos),



é que havia sido entregue um total de 40 títulos de terras demarcadas para um extensão de cerca de um milhão de hectares (1.005.846,73 ha) incluindo 73 comunidades indígenas, de um total aproximado de 3 mil comunidades reconhecidas por órgãos oficiais. Da mesma forma, só se realizaram demarcações em seis entidades federais que beneficiaram seis povos indígenas, dos quase 40 existentes na Venezuela. Tampouco foram realizadas demarcações coletivas que correspondam ao espírito da Constituição. Isto significa que, depois de quase 12 anos de vigência da Constituição, só se demarcou aproximadamente 2,4% dos territórios indígenas do país, deixando pendente cerca de 97,6% das demarcações necessárias. Por tudo isso, o governo nacional, órgão que tem o dever constitucional de demarcar (Artigo 119 da Constituição) encontra-se em dívida com os povos indígenas da Venezuela. [Tradução livre feita pela editoria da revista, a partir do original em espanhol]

Do calendário apresentado em 2011, após as mobilizações indígenas que vinham em crescimento desde 2009 com diversas manifestações em nível regional e nacional, surge um cronograma de titulações sobre terras para comunidades, e não de territórios para povos indígenas. Os movimentos indígenas assinalam a incongruência e incompreensão das proposições do Estado venezuelano que ignora, no momento político presente, o significado dos territórios para os povos indígenas, para sua cultura e sobrevivência. Os cálculos inseridos na retórica desenvolvimentista nacionalista obliteram as reivindicações que se assentam sobre a proposta de territórios para fortalecer a segurança territorial dos povos e comunidades indígenas, a participação desses mesmos povos e comunidades na demarcação de terras, de acordo com suas concepções e organização social e política expressas na própria autodemarcação, entre eles 15 já iniciados.

No Quarto Pronunciamento das Organizações Indígenas do Estado do Amazonas enfatizava-se a necessidade de reimpulsionar com “vontade política o Processo Nacional de Demarcação do Habitat e Terras Indígenas”. Neste documento de 25 de outubro de 2004 as entidades: informavam a preocupação com a “paralisação informal do processo Nacional de Demarcação do Habitat e Terras Indígenas, desde o ano de 2009” e propunham a discussão de iniciativas sobre a retomada do processo de demarcação. Nesse pronunciamento reafirmavam: “estamos conscientes dos avanços normativos e legais na matéria dos direitos indígenas e no marco deste processo de mudanças. **Todavia, em termos gerais, estes direitos não se materializaram e a demarcação do habitat e das terras indígenas ainda**

**se encontra pendente.** A demarcação é a forma de implementar os direitos originais coletivos dos povos indígenas sobre seu habitat e terras, reconhecidos de forma ampla pela Constituição de 1999.

O processo nacional de demarcação é a principal política pública que permitiria concretizar o exercício dos direitos indígenas já reconhecidos. Nesse sentido, as organizações elaboraram como propostas:

1. Reativar a demarcação do habitat e das terras indígenas, priorizando a implementação e desenvolvimento do processo nacional de demarcação como a principal política pública do executivo nacional para garantir os direitos territoriais dos povos indígenas na Venezuela, mediante a articulação entre instituições do Estado e organizações indígenas, trabalhando com as demarcações coletivas pendentes demandadas por vários povos indígenas do país.
2. Fazer uma revisão da Comissão Nacional de Demarcação do Habitat



compreende Guaniamo, até El Callao, Tumeremo e Guasipati, no sul da Venezuela.

No mês de setembro passado, foram assinados convênios entre Venezuela e China para elaboração do mapa de mineração do país, assim como para a exploração de ouro e cobre em Las Cristinas, no estado de Bolívar (10). Recente discurso do presidente da Venezuela amalgama os paradoxos do desenvolvimento.

“A defesa do Amazonas é outra prioridade de nossa política exterior. Ali se compartilham interesses comuns entre os países, com o objetivo de proteger e desenvolver o pulmão vegetal maior do mundo. Os recursos ecológicos da área podem servir para o impulso de um desenvolvimento sustentável das nações que compartilham da Bacia Amazônica. Para isso, a Venezuela se compromete a proteger e defender o patrimônio histórico e cultural das comunidades indígenas que a habitam. A preservação e defesa do meio ambiente, assim como os direitos ecológicos, constituem políticas de Estado. Desta maneira, se cumpririam de forma transparente os compromissos internacionais adquiridos pela República.”

<http://www.analitica.com/bitlibro/hchavez/revolucion.asp>  
[em tradução livre, feita pela editoria da revista, a partir do espanhol]

Os povos indígenas do sul da Venezuela – comunidades camponesas e pescadores –, continuam em posição reivindicativa de direitos reconhecidos na Carta Constitucional.

*Rosa Acevedo Marin é professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – UFPA.*

## NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. A região Guayana foi criada pelo Congresso Nacional pelo Decreto nº 72 de Regionalização, em 11 de junho de 1969. Esta região administrativa é constituída pelo estado de Bolívar e pelo então território federal Delta Amacuro. Nela, inicialmente se excluiu o distrito Cedeño do estado de Bolívar e o território do Amazonas. O Decreto nº 1.331 de dezembro de 1975 agregou o distrito Cedeño e, em 1980, o novo Decreto de Regionalização nº 478 incorporou o território do Amazonas a essa região. A estratégia de ampliar a área de influência da CVG compreende atualmente os estados de Bolívar, do Amazonas e do Delta Amacuro, e parte sul dos estados Monagas e Anzoátegui. Essa corporação desenvolve atividades de planejamento, desenvolvimento industrial, tutela de empresas do Grupo CVG, exploração, prospecção e exploração mineral, assim como desenvolvimento urbano, serviços públicos, gestão social, cultural, esportiva e recreacional. (Carrillo, M., Jungemann, B., 2002, p. 21).
2. Carrillo, M.; Jungemann, B.. Los conflictos territoriales en Los Pijiguas. *Cendes, Temas para la discusión* nº 7. Caracas, 2002 65 páginas.
3. Este projeto é caracterizado como um “enclave industrial” construído pelo Estado mediante a Corporación Venezolana de Guayana a partir dos anos 1960.
4. O Projeto Minero da CVG instala-se no município de Cedeño que tem uma superfície de 46.120 Km. Trata-se de um projeto de elevado potencial mineral de exploração, desenvolve atividades utilizando tecnologia de ponta, grande interesse de investidores estrangeiros e uma cidade planejada fechada, mas também mostra situações de inequidade social e conflitividade. O município Cedeño detém 41% na situação de “pobreza extrema”. (Carrillo e Jungemann, 2002”, p. 26-27).
5. As minas de minério de ferro descobertas nas proximidades do rio Orinoco na década de 1940, no denominado cinturão ferrífero do Imataca, foram exploradas por empresas estadunidenses até a nacionalização em 1975; a partir desse ano, a empresa estatal Ferrominera do Orinoco, subsidiária da Corporación Venezolana de Guayana, passa a realizar a exploração no Cerro Bolívar, Cerro San Isidro y Cerro Los Barrancos. O processo industrial é realizado nas instalações da Siderúrgica del Orinoco, em Ciudad Guayana. A extração da bauxita de Los Pijiguas opera desde 1987. Esta é transformada pela empresa Interalúmina, empresa subsidiária da Corporación Venezolana de Guayana.
6. O detalhado estudo ainda assinala conflitos em La Solanera, com “comunidades” de trabalhadores organizados pela empresa Bauxiven (em Morichalito), nos assentamentos provisórios Guayabal, Rincón Andino localizados antes da entrada da empresa Bauxilum. Também os pescadores de El Jobal que realizam suas atividades no rio Orinoco são afetados pelo porto da mina de bauxita da empresa Bauxilum.
7. Na relação dessas organizações constam: Organización Regional de Pueblos Indígenas de Amazonas (Orpia), Organización Indígena Piaroa Unidos del Sipapo (Oipus), Organización Ye´kuana del Alto Ventuari (Kuyunu), Organización Indígena Yabarana del Parucito Medio (Oiyapam), Organización Indígena Jivi Kalievirrinae (Opijka), Comisión de la Organización Yanomami (Horonami), Organización Mujeres Indígenas de Amazonas (Omidá), Organización de Comunidades Indígenas Huóttuja del Sector Parhuaza (Ociuspa), Asociación de Maestros Piaroa (Madoya Huarijja), Organización Yekuana del Alto Orinoco (Kuyujani originário) e o Movimiento Político Pueblo Unido Multiétnico de Amazonas (Puama).
8. Vários desses documentos têm sido elaborados pelas próprias organizações indígenas e por grupos de trabalho como o GTAI - Grupo de Trabajo sobre Assuntos Indígenas de la Universidad de Los Andes, de la ONG. Ver também: Bello, L. J. (Ed.) “El Estado ante la sociedad multiétnica y pluricultural”. *Políticas públicas y derechos de los pueblos indígenas en Venezuela. 1999-2010*. Caracas, IWGIA, Série Derechos Indígenas, 2011.
9. A abundância de minerais de ouro nos estados de Bolívar e do Amazonas, tanto em minas (vetas) como em aluviões, representa, um potencial aproximadamente de 12% das reservas conhecidas no mundo. A empresa Minerven, subsidiária da Corporación Venezolana de Guayana, realiza a exploração do mineral aurífero proveniente da Veta Colômbia y El Callao. Foi ainda fundada a Compañía Venezolana de Oro C.A. (Venorca) formada pelo Sindicato de Patronos Mineros, que reúne produtores de livre aproveitamento e de pequenos concessionários.
10. A reunião e assinatura de convênio foi realizada com representantes da empresa Citic Group, da China. Agência Venezolana de Notícias. 21 de setembro de 2012.

## A FRONTEIRA DOS ISOLADOS

Terri Valle de Aquino

**D**esde o início do século XX, quando parcelas significativas das populações Kaxinawá, Ashaninka, Madijá, Puyanawa, Shanenawa, Yawanawá e Manchineri, entre outras, foram incorporadas ao mundo dos seringais acreanos, diversos povos indígenas vêm resistindo ao contato interétnico, preferindo viver em locais mais distantes e de difícil acesso, no interior da floresta, inicialmente em áreas onde não havia seringa nem caucho, decidindo permanecer até os dias de hoje em situação de isolamento voluntário, notadamente nas regiões correspondentes às fronteiras internacionais. Decisão que decorre, em grande parte, da memória ainda viva das “correrias” e massacres, bem como de epidemias infecciosas para as quais não dispunham de imunidades, que vitimaram muitos de seus antepassados.

São conhecidos atualmente como **povos indígenas isolados**, integrantes das mesmas famílias linguísticas Pano e Aruak, que optaram ou foram forçados, devido a experiências traumáticas anteriores, a isolar-se em locais mais remotos da floresta amazônica, distantes de segmentos da sociedade nacional, inclusive de outras comunidades indígenas já contatadas, para garantir a sua sobrevivência física e cultural. São também chamados “povos autônomos”, “não contatados”, “arredios”, “hostis”, “selvagens”, ou “resistentes”. No Acre, são denominados por seus vizinhos indígenas e regionais como “índios brabos”, “parentes brabos” ou simplesmente “brabos”.

Os Kaxinawás do rio Jordão os chamam, em hátxa kuí (sua “língua verdadeira”), de “Yaminawa” (“povo do machado de pedra”). Já os Kaxinawá do Humaitá falam que são “Nixinawa” (“povo da envira”), quando se referem aos grupos de índios isolados que habitam as nascentes de seu rio. Os Ashaninka, por sua vez, costumam chamá-los de “Amiwaka”, provavelmente uma corruptela de Amahuaca, nome de um antigo povo isolado no vale do Alto Juruá que habitava, no início do século passado, ambos os lados da fronteira brasileiro-peruana. Atualmente, há comunidades Amahuaca nos vales dos altos rios Juruá e Purus peruanos. Também há referências a grupos isolados Amahuaca na Reserva Territorial Madre de Dios, destinada aos “pueblos indígenas en aislamiento voluntario” nos altos rios Madre de Dios, Tahuamanu, los Amigos e las Piedras.

Por sua vez, os Manchineri e Jaminawa, da Terra Indígena (TI) Mamoadate, falam da existência de grupos isolados nômades, por eles denominados “Mashco” ou “Mashco-Piro”, que compartilham sazonalmente a sua terra indígena nos meses de verão amazônico. Oriundos do lado peruano da fronteira, os Mashco-Piro transitam por áreas colinosas de florestas banhadas pelos formadores das bacias dos altos rios Madre de Dios, Purus, Juruá e Ucayali. Seus extensos grupos familiares nômades circulam ainda por terras indígenas

acreanas (TI Mamoadate e TI Kampa e Isolados do Rio Envira) e pelo Parque Estadual Chandless, descendo pelas cabeceiras do Iaco, Envira e Chandless, que são rios binacionais.

No estado do Acre, nas proximidades da fronteira internacional Brasil-Peru, diferentes grupos isolados ocupam permanente e/ou sazonalmente um conjunto contínuo formado por treze terras reservadas pelos governos federal e estadual com distintas finalidades, constituído por doze terras indígenas já regularizadas e um parque estadual, em processo de regularização.

Situado em seis municípios fronteiriços, esse conjunto contínuo de treze terras reservadas, com extensão agregada de pouco mais de dois milhões de hectares, é ocupado por cinco diferentes povos isolados, com uma população agregada estimada entre 600 e mil habitantes pela Frente de Proteção Etnoambiental Envira (FPPE), da Funai.

Nos últimos 25 anos, três dessas doze terras indígenas, com superfície agregada de 636.384,15 hectares, foram reconhecidas oficialmente com a presença de índios isolados. Dentre elas, destacam-se a TI Kampa e Isolados do Rio Envira (232.795,04 ha) e a TI Riozinho do Alto Envira (260.970 ha), ambas compartilhadas por grupos isolados com comunidades Ashaninka nas cabeceiras do Envira, e a

TI Alto Tarauacá (142.619,11 ha), a única terra destinada exclusivamente aos grupos isolados.

Por sua vez, a TI Igarapé Taboca do Alto Tarauacá constitui tão somente uma pequena extensão interdita de 287 hectares a ser anexada à TI Alto Tarauacá. Enquanto as outras oito terras restantes, embora sejam também compartilhadas sazonalmente por grupos de índios isolados, foram destinadas tão somente às comunidades Kaxinawá, Ashaninka e Madijá, no vale do Alto Juruá, e Manchineri e Jaminawa, no vale do Alto Purus, com uma população agregada estimada em

5.400 habitantes. Tais informações estão melhor sistematizadas no quadro na página 32.

Convém ainda esclarecer que grupos de índios isolados já são encontrados fora e a jusante desse conjunto contínuo de terras reservadas, compartilhando territórios e/ou áreas de uso com moradores não indígenas de seu entorno. O mapa apresentado na página 33 visualiza bem esse conjunto contínuo constituído por doze terras indígenas (em cores alaranjadas) e um parque estadual (em cor verde), que são compartilhadas atualmente por distintos grupos isolados.

Esse conjunto contínuo de terras reservadas integra, por sua vez, um mosaico mais amplo de áreas protegidas, também contínuas, formado por 43 terras reservadas com distintas finalidades.

Esse “mosaico acreano”, como então passou a ser conhecido, é constituído atualmente por 27 terras indígenas, 14 unidades de conservação, sendo onze de uso sustentável e três de proteção integral, e ainda por dois projetos de assentamento extrativistas. Com extensão agregada de pouco mais de 7,8 milhões de hectares, o referido mosaico corresponde a 48,5% da extensão atual do estado.

Desse total de 43 terras reservadas, oito terras indígenas e quatro unidades de conservação, com extensão agregada de pouco mais de 3,3 milhões de hectares, estão situadas na linha de fronteira com o Peru.

**ÍNDIOS ISOLADOS  
JÁ SÃO  
ENCONTRADOS  
FORA E A JUSANTE  
DESSE CONJUNTO  
CONTÍNUO  
DE TERRAS  
RESERVADAS**

## Conjunto contínuo de áreas protegidas habitadas permanente e sazonalmente por povos isolados no Acre

Municípios	Terras Indígenas e Unidades de Conservação	Povos	População	Extensão (ha)	Situação jurídica
Santa Rosa do Purus e Feijó	Riozinho do Alto Envira	Isolados	-	260970	Declarada e em homologação
Feijó	Jaminauá-Envira	Ashaninka	15	80618,18	Regularizada
		Isolados	-		
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Isolados	-	232795,04	Regularizada
		Ashaninka	358		
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Isolados	-	127383,56	Regularizada
		Kaxinawá	541		
Kulina do Rio Envira	Isolados	-	84364,61	Regularizada	
	Madijá	281			
Feijó e Jordão	Alto Tarauacá	Isolados	-	142619,11	Regularizada
Jordão	Igarapé Taboca do Alto Tarauacá	Isolados	-	287	Restrição de uso
		Isolados	-		
	Kaxinawá do Rio Jordão	Isolados	-	87293,8	Regularizada
		Kaxinawá	1249		
Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Isolados	Isolados	-	8726,5	Regularizada
		Kaxinawá	521		
	Kaxinawá do Seringal Independência	Isolados	-	11584,13	Registrada como Dominial
		Kaxinawá	221		
Jordão e Marechal Thaumaturgo	Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu	Isolados	-	31277,86	Regularizada
		Kaxinawá	695		
		Ashaninka	70		
Assis Brasil e Sena Madureira	Mamoodate	Isolados	-	313646,87	Regularizada
		Manchineri	937		
		Jaminawa	304		
Sena Madureira e Santa Rosa	Parque Estadual Rio Chandless	Isolados	-	695.303	Decreto Estadual de 02/09/2004
		Branco	20		
<b>Totais 6</b>	<b>13 terras reservadas</b>	<b>06 + Isolados</b>	<b>5446</b>	<b>2076869,66</b>	

Fonte: Sistema de Terras Indígenas – STI/DPT/Funai – 28/06/2011

Distribuído por 17 dos 22 municípios acreanos, o mencionado mosaico é habitado por pouco mais de 30 mil habitantes, entre indígenas e regionais, que representam quase 5% da população acreana atual, estimada em 650 mil habitantes. E cerca de 15% de sua população rural.

Constituído por distintas territorialidades, o mosaico contempla diversas variedades de paisagens naturais e de faixas colinosas de florestas, onde nascem as águas de rios e igarapés acreanos, numa das regiões tida como de maior diversidade biológica e sociocultural da Amazônia brasileira.

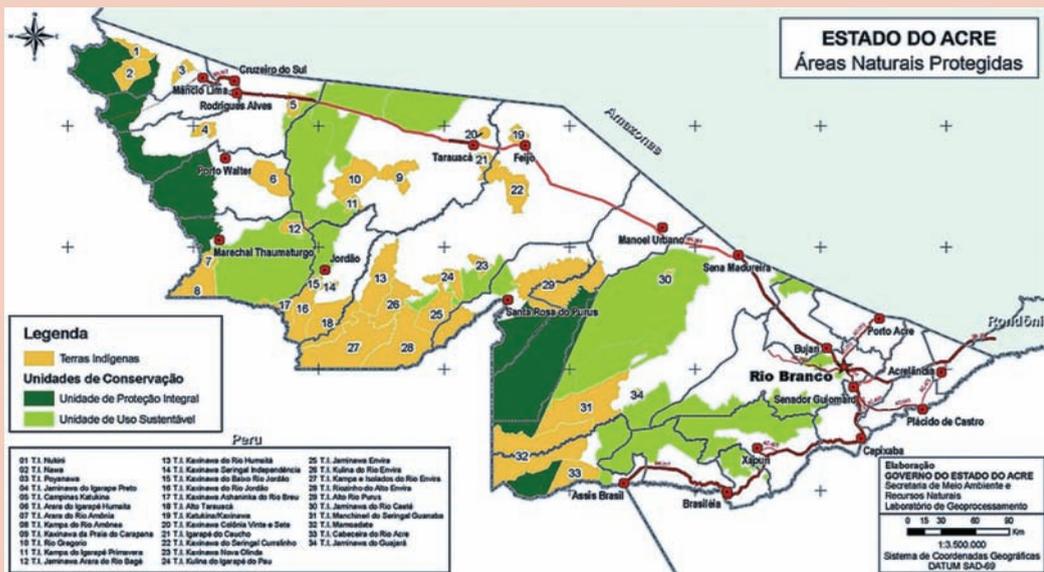
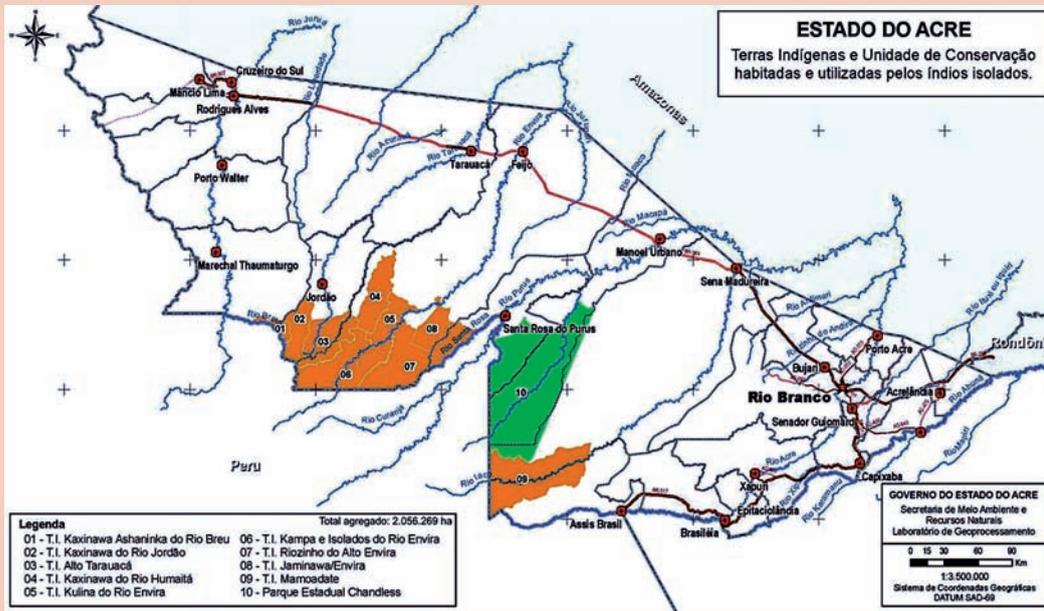
A baixa densidade demográfica e o uso de tecnologias de baixo impacto ambiental permitiram que apenas 5% de sua extensão fossem desmatados até agora. Majoritariamente situadas ao longo da fronteira brasileiro-peruana e de suas proximidades, apenas três das 43 terras reservadas são atravessadas pela BR-364: a TI Campinas/Katukina, a Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade e a Floresta Estadual Liberdade. O asfaltamento e a pavimentação dessa rodovia federal, que atravessa todo o estado no sentido leste a oeste, é uma importante obra do PAC, recentemente implementada no Acre pelos governos federal e estadual. O mapa apresentado a

seguir visualiza bem o “mosaico acreano” contínuo formado por essas 43 terras reservadas.

As 27 terras indígenas (em cores alaranjadas) abrangem 33,5% da área agregada do “mosaico acreano”, enquanto as 11 unidades de conservação de uso sustentável (em cores verdes claras) ocupam 45,1% de sua superfície total e as outras três unidades de conservação de proteção integral (em cores verdes escuras) representam 20,3% de sua extensão. Já os dois projetos extrativistas (também em cores verdes claras) correspondem a apenas 1,09% de sua área total.

Para finalizar este texto, que compõe o primeiro capítulo de um relatório mais amplo, destacamos a seguir as principais propostas formuladas pelas lideranças e representantes Kaxinawá nas “oficinas de discussão e consulta” realizadas em suas terras indígenas. Vejamos algumas delas:

1. Conceder partes das TIs Kaxinawá do Rio Humaitá (acima dos igarapés Boa Esperança e Maronal) e Kaxinawá do Rio Jordão (acima dos igarapés Papavô e Seringueira) para uso preferencial dos isolados.
2. Fortalecer as parcerias entre a coordenação da FPPE e os Kaxinawá na implementação da política de proteção aos isolados, por meio de: a) reuniões e encontros periódicos; b) participação nos sobrevoos



às áreas dos isolados nas nascentes do Humaitá e nas cabeceiras dos igarapés Riozinho e Xinane.

**3.** Elaborar um relatório preliminar à Diretoria de Proteção Territorial (DPT), da Funai, propondo o início do processo de regularização (restrição de uso e identificação e delimitação) de uma nova terra indígena destinada aos isolados nos altos rios Muru e Tarauacá.

**4.** Implantar uma nova unidade de proteção e vigilância da FPEE no alto rio Muru, de forma a impedir a continuidade das invasões promovidas por caçadores e pescadores profissionais, oriundos da cidade de Jordão e de seus arredores, nos fundos da TI Alto Tarauacá. Essa proposta deveria ser uma prioridade da CGIIRC e da FPEE para 2012.

**5.** Contribuir para estruturação de dois subpostos de observação de grupos isolados na TI Kaxinawá do Rio Humaitá (na foz do igarapé Boa Esperança) e na TI Kaxinawá do Rio Jordão (na foz do igarapé Papavô), justamente nos limites por eles propostos para “uso preferencial dos isolados”, com os seguintes objetivos: a) monitorar a movimentação dos grupos de índios isolados nos altos rios Humaitá e Jordão; b) disponibilizar ferramentas e outros utensílios saqueados pelos isolados nas casas dos Huni Kuí e de moradores brancos do entorno, como forma de pacificar as relações entre eles; c) realizar a vigilância e fiscalização das invasões promovidas por madeireiros e caçadores/pescadores comerciais nas terras compartilhadas pelos isolados; d) indenizar as famílias Kaxinawá e não indígenas que tiverem suas casas comprovadamente saqueadas pelos isolados.

**6.** Dotar as últimas aldeias das terras Kaxinawá, Ashaninka e Madijá dos meios de comunicação efetivos e confiáveis, tais como, telefones, telefonia e internet.

**7.** Incluir a questão dos isolados como prioritária nas discussões e decisões sobre a fronteira e a integração regional Acre/Brasil-Ucayali/Peru.

**8.** E, finalmente, dar continuidade às “oficinas de informação e sensibilização sobre índios isola-

dos” nas comunidades Kaxinawá, Ashaninka e Madijá, que compartilham suas terras com grupos isolados, bem como nas comunidades de moradores brancos do entorno.

Tais recomendações, sugestões e propostas constam nos documentos finais das oficinas que realizamos, em maio de 2009, na TI Kaxinawá do Rio Humaitá e, em abril 2010, nas TIs Kaxinawá do Rio Jordão e Kaxinawá do Seringal Independência.

*Terri Valle de Aquino é antropóloga da Fundação Nacional do Índio (Funai).*

## CONFLITOS POR TERRA E ÁGUA NO ALTO SOLIMÕES ENVOLVENDO POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.

Reginaldo Conceição da Silva

**O**s múltiplos usos dos recursos florestais e hídricos e a variedade de agentes sociais evidenciam a complexidade dos fenômenos associados à sociodiversidade amazônica e as estratégias diferenciadas de povos tradicionais face a seus direitos territoriais.

As oposições a estes usos, por interesses que pressionam o mercado de terras, evidenciam os inúmeros conflitos sociais por acesso a terras e água, que dispõem as comunidades tradicionais num cenário de incertezas face ao futuro.

Na mesorregião do Alto Solimões, na fronteira tríplice Brasil, Colômbia e Peru, as tensões sociais têm aumentado, devido à intensificação da ação ilegal de madeireiros, grileiros, garimpeiros, empresas mineradoras e pescadores comerciais envolvendo terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, ribeirinhos e comunidades agroextrativistas.

Este texto visa um breve mapeamento dos conflitos por terra e água, no Alto Solimões, no estado do Amazonas. Para tal, utilizamos dados secundários extraídos dos Informativos da Comissão Pastoral da Terra – CPT – 2011 (1), e de informações obtidas nos órgãos públicos, localizados na cidade de Tabatinga, como a Fundação Nacional do Índio (Funai), no período de 2009 a 2012, bem como de observações de campo.

Acerca da Amazônia Ocidental, escreve Becker (2): “é forte a presença de populações indígenas, caboclas e de forças militares”. A autora continua “A região é também marcada pela vulnerabilidade das fronteiras políticas com Colômbia, Peru e Bolívia”. Cabe-nos chamar a atenção para o fato de que a mesorregião do Alto Solimões, abrange terras tradicionalmente ocupadas justapostas aos territórios colombiano e peruano, cujas populações indígenas e ribeirinhas perpassam as jurisdições territoriais e políticas.

No tocante às características sociais e espaciais do Alto Solimões, Becker reitera que:

“Apresenta e maior diversidade cultural e étnica, decorrente da convivência de três nacionalidades na fronteira política com o Peru e a Colômbia, onde é forte a mobilidade espacial em torno de Tabatinga e Letícia. Ademais, as populações ribeirinhas e extrativistas são significativas e os núcleos urbanos relativamente mais numerosos” (2).

Quanto à sua composição, a mesorregião é composta dos municípios: Tabatinga, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença Atalaia do Norte, Santo Antônio do Iça, Amaturá, Tonantins, nos quais

convivem os seguintes povos indígenas: Tikuna, Kokama, Kambeba, Kulina, Kanamari, Katukina, Mayoruna, Miranha e Cayxana. Nesta configuração, percebe-se, pela quantidade de cidades e pela diversidade de grupos indígenas, que a divisão territorial aos moldes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE é pouco expressiva, quando se tenta entender a complexa relação socioespacial no contexto fronteiriço.

Importa destacar que a demarcação e criação de terras indígenas – TI, sob responsabilidade da Funai, nessas unidades espaciais, não foi suficiente para assegurar-lhes o direito de uso do território, enquanto espaço de uso tradicional. Há conflitos com interesses que pretendem usurpar as terras indígenas. Há conflitos que negam os direitos constitucionais e a ocupação tradicional, contrariando também o que estabelece o Decreto 6.040 de fevereiro de 2007, que determina a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. (3)

Uma datação desses conflitos pode ser registrada com a ocorrência do chamado “Massacre do Capacete”, perpetrado por madeireiros e registrado pelo Máguta-CDPAS (Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões) na publicação de 1988 intitulada “A lágrima Tikuna é uma só” (4):

“Viemos comunicar que hoje, 28 de março de 1988, às 12 horas do dia, nós reunidos entre 4 comunidades, na localidade Ticuna São Leopoldo no Amazonas, município de Benjamin Constant, na casa do Ticuna Aseliar Flores Salvador, aconteceu uma grande tristeza entre nós. Que 20 homens armados, homens civilizados armados com espingardas calibre 16, rifles, revólver e metralhadora ameaçaram nós.

Com esta ameaça, eles mataram em adultos e crianças 11 pessoas. E 22 ficaram feridas. As comunidades que estavam reunidas são: S. Leopoldo, Novo Porto Lima, Bom Pastor e

Porto Espiritual.” (Carta-relatório escrita na Aldeia de Novo Porto Lima, na noite do massacre, antes da chegada da Funai e da Polícia Federal, pelo professor Ticuna dessa localidade, Santo Cruz Mariano Clemente ou Pucuracu).

Uma outra ocorrência, que difere da anterior por estar referida a tensões entre comunidades tradicionais, foi registrada, dez anos depois, por Carvalho (5) (2010, p.47 – 48), na homologação de Terras Indígenas do Vale do Javari, em 1998, no município de Atalaia do Norte. Segundo o autor foi instituída “uma das maiores reservas da Amazônia, beneficiando várias etnias indígenas; entretanto, os agricultores ribeirinhos, remanescentes de antigos soldados da borracha, tiveram de deixar suas terras, casas e demais benfeitorias”, tal medida desencadeou uma tensão, que perdura até os dias de hoje. E, continua o autor, “apenas uma pequena parte dos ribeirinhos recebeu indenização do governo”.

Ao serem compelidos a deixarem essas terras, segundo Carvalho (5) (2010, p. 175) “um dos maiores deslocamentos humanos do estado do Amazonas”, aproximadamente seiscentos ribeirinhos foram fixar-se na cidade de Tabatinga, fronteira entre Brasil-Colômbia-Peru.

**HÁ  
CONFLITOS COM  
INTERESSES QUE  
PRETENDEM  
USURPAR AS  
TERRAS  
INDÍGENAS**

**Tabela 1:** Conflitos por terra e por água nos municípios do Alto Solimões - Amazonas

Municípios	Ano	Nome do lugar
Tonantins	2011	Comunidade do Caité, Comunidade Missão Velha, Comunidade da Prosperidade, Comunidade Baixa Verde, Comunidade Boa Esperança
Jutai/ Atalaia do Norte/ Benjamin Constant/ São Paulo de Olivença	2010	T. I. Vale do Javari
Santo Antônio do Içá	2010	Comunidade Vila Presidente Vargas /Índios Kaixana
Jutai/ Atalaia do Norte/ Benjamin Constant/ São Paulo de Olivença	2010	T.I. Vale do Javari
Santo Antônio do Içá	2010	Com. Vila Presidente Vargas/ Índios Kaixana.
Tabatinga	2010	Assentamento Urumutum
Tonantins	2010	Comunidade da Prosperidade, Comunidade Baixa Verde, Comunidade Boa Esperança.
Jutai/ Atalaia do Norte/ Benjamin Constant/ São Paulo de Olivença	2009	T.I. Vale do Javari
Tabatinga	2009	Assentamento Urumutum

Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Dados dos anos de 2009 a 2011. [www.cptnacional.org.br/](http://www.cptnacional.org.br/) acesso em 04 de agosto de 2012. Canuto, A.; Luz, C.R. da S. e Wichinieski, I. (Orgs.) Conflitos no Campo Brasil 2011. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012.

Mediante essas diferentes modalidades de conflito, as terras tradicionalmente ocupadas, entendidas aqui como “os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária”, como reza o Decreto 6.040 de fevereiro de 2007, Art. 3º, não estariam longe de serem transformadas em palco de disputas, sobretudo num momento em que os interesses dos agronegócios avançam sobre a faixa de fronteira.

A CPT, preocupada com tal recorrência, acompanha vários conflitos envolvendo o uso de terras e águas no Alto Solimões, senão vejamos:

Devido às suas características geográfica e étnica, essa mesorregião, envolvida historicamente em conflitos por terra e água, tem em comum entre os municípios impasses envolvendo, muitas vezes, os próprios poderes executivos. Alguns desses litígios se arrastam por anos e seu final não parece se descortinar a curto ou médio prazo. As atividades econômicas das populações indígenas encontram-se subordinadas aos interesses que controlam a comercialização dos produtos oriundos de práticas agrícolas, extrativistas e pesqueiras.

Uma simples visita às feiras livres e ruas centrais dessas cidades que sediam os municípios, reflete uma dúbia situação deveras conflituosa. Por um lado, a ausência de pequenos agricultores, produzindo numa escala que atenda ao fornecimento regular de alimentos à população, revelando pontos críticos das políticas agrícolas. De outro as iniciativas agrícolas voluntárias e absolutamente autônomas de indígenas e ribeirinhos, que lavram a terra de acordo com

**Tabela 2:** Denúncia de conflitos por terra e por água em terras indígenas do Alto Solimões – Amazonas

Município	Local	Ano	Tipo conflito
São Paulo de Olivença	Comunidade Indígena Nova Betânia	2010	Exploração mineral, Loteamento de terreno na área indígena
Fonte Boa	Comunidade Santa União	2010	Atritos com não indígenas
Juta	Rios Jutai e Copatana	2010	Pesca de peixes ornamentais,
Tonantins	Comunidade Nova União do Paraná	2011	Pesca predatória, caça e exploração de madeira
São Paulo de Olivença	Comunidade Nova União – Rio Jacurapá	2011	Pesca predatória e exploração de madeira.
São Paulo de Olivença	Com. Bibiano do Assacaio, Lago de Maguari, Eware II.	2011	Pesca predatória
Tabatinga	Comunidade Ourique e lago Torquato	2011	Pesca predatória e exploração de madeira. Tiroeio entre pescadores e indígenas
Benjamin Constant	Aldeia Bom Pastor e Comunidade São Leopoldo	2011	Exploração de madeira.
Tonantins	Áreas Indígenas	2012	Pesca predatória dentro de área de manejo. Permanência ilegal
Tonantins	Comunidade Prosperidade	2012	Pesca predatória.

Fonte: Funai e dados de pesquisa de campo. Acesso a dados de denúncias, agosto de 2012.

uma dinâmica sazonal e, assim, produzem alimentos frescos (frutas, verduras, legumes e pescados). Além disso, os centros urbanos não dispõem de locais apropriados para a comercialização e armazenamento dos produtos. Uma das dimensões dos antagonismos se configura na oposição entre uma camada de comerciantes, designada como *atravessadores*, e os produtores diretos. Outra dimensão se refere às tensões entre o poder público e os donos de empreendimentos comerciais fixos, que comercializam roupas, alimentos, bebidas e materiais permanentes, tais como os equipamentos de computação, mobiliário etc. Os interesses comerciais em flagrante expansão abrangem a pesca, a coleta de peixes ornamentais, a atividade madeireira, a exploração mineral e a propriedade da terra.

Na cidade de Tabatinga destaca-se também que o uso de força policial para dirimir litígios, envolvendo a disputa por recursos naturais, é recorrente.

Os tipos de conflitos mostrados acima, bem como os agentes envolvidos, possuem uma peculiaridade histórica, que revigoram no espaço-tempo sob as distintas políticas públicas no âmbito nacional, que são ineficazes quando se trata de assegurar os direitos constitucionais e aqueles preconizados por convenções internacionais, ratificadas pelo Brasil.

Longe de grandes empreendimentos estratégicos do ponto de vista governamental, o Alto Solimões, enquanto região de diversidade socio-cultural, dotada de um aparato institucional e militar, apresenta ocorrências de conflitos, sem perspectiva imediata de solução, envolvendo o direito ao uso das terras, águas e demais recursos florestais e minerais.

Reginaldo Conceição da Silva é professor de geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) – Tabatinga e membro do Grupo de Pesquisa Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia (IFRO). Email: reginho.obi@hotmail.com.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

1. Canuto, A.; Luz, C.R. da S. e Wichinieski, I. (Orgs.) *Conflitos no campo Brasil 2011*. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012.
2. Becker, B. K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
3. Brasil. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que “Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”.
4. Máguta-CDPAS- *A lágrima Ticuna é uma só*. Benjamin Constant. 1988
5. Carvalho, J.B. de. *Desmatamentos, grilagens e conflitos agrários no Amazonas*. Manaus: Editora Valer, 2010.

## TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS EM LINHAS DE FRONTEIRA: QUILOMBOLAS DO FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA

Emmanuel de Almeida Farias Júnior

**NEGROS DO GUAPORÉ** Os territórios negros do Guaporé, linha de fronteira entre Brasil e Bolívia, são constituídos a partir de distintos processos de territorialização, desde o século XVIII. Tais processos remetem à denominada “situação colonial” e à ação “bandeirante” nos confins do sertão na busca de riquezas: ouro e pedras preciosas.

Segundo Teixeira, “a posse portuguesa do Vale do Guaporé foi confirmada com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750. Entretanto, as páreas de exploração aurífera já vinham sendo trabalhadas desde a década de 1730 pelos mineiros de Cuiabá e São Paulo” (1)

As minas de ouro e diamantes do Mato Grosso e adjacências eram mantidas pela força de trabalho negra escravizada. Rebeldias, fugas, doenças e esgotamento das lavras de ouro constituem condições para a formação de quilombos no Guaporé.

Entre os quilombos mais renomados do Vale do Guaporé, está o do Piolho, localizado às margens do rio Galera. Segundo o Anal de Vila Bela de 1770, a primeira destruição deste quilombo ocorreu em 22 de julho do mesmo ano. Esse quilombo tinha rei e rainha, o rei tinha morrido, a rainha se chamava Thereza, do povo Benguela.

Os quilombolas que conseguiram fugir voltaram a se reagrupar. Uma nova expedição torna a destruir o quilombo formado pelos sobreviventes e seus descendentes. O *Diário da Diligência* foi reproduzido por Roquette-Pinto (1917). De acordo com o referido *Diário*, a fuga de escravos e a formação de quilombos preocupava o governo colonial, marcado pela decadência das minas de ouro (2).

Os quilombos foram duramente perseguidos pelo governo provincial de Mato Grosso. O aquilombamento do vale do Guaporé permitiu o espraiamento territorial e a formação de pequenos povoados, com diversificadas unidades residenciais.

As crônicas de expedições punitivas relatam os quilombos constituídos por negros e indígenas. O contato entre negros e indígenas do Vale do Guaporé possibilitou uma nova fisionomia étnica.

Com o esgotamento das lavras e as doenças, os senhores de escravos fugiram do Guaporé, abandonando a escravaria à própria sorte. Livres, os ex-escravos passaram também a ocupar efetivamente o Vale do Guaporé e a constituir unidades familiares autônomas.

**A LIBERDADE NÃO RECONHECE FRONTEIRAS** Os quilombos estavam localizados tanto do lado português, quanto do lado castelhano. São inúmeros os esforços dos administradores coloniais para que os representantes da Coroa de Castela restituíssem os escravos que se encontravam em território espanhol. Tais iniciativas administrativas estão explicitadas em ofício datado de 05 de setembro de 1754.

Segundo o levantamento de fontes documentais e arquivísticas pude coligir ofícios trocados entre agentes coloniais da Coroa Portuguesa, e também com espanhóis. Tais ofícios referem-se aos seguintes anos: 1769, 1773, 1777, 1778, 1781, 1782, 1789, 1791 e 1793. Tal levantamento foi realizado no banco de dados do *Projeto Resgate/Centro de Memória Digital-UNB*. Coligi uma dezena de relatos de fugas de escravos para os domínios espanhóis.

A fuga de escravos e a formação de quilombolas preocupavam os administradores coloniais de Vila Bela. A fuga para os domínios castelhanos dificultava a recaptura e impedia a realização de expedições punitivas. Desta forma em 20 de dezembro de 1777, oficiais da Câmara de Vila Bela à rainha D. Maria, solicitando que os escravos fugidos para os domínios castelhanos fossem presos e remetidos, ou então que os proprietários tivessem liberdade e passaporte para persegui-los.

**OS QUILMBOLAS DO FORTE** O avanço da colonização portuguesa e as iniciativas de militarização da fronteira resultaram na política de fortificação do Guaporé. A ocupação da porção mais a oeste no território foi conflitiva. Com registros de conflitos armados entre portugueses e espanhóis. Índios e negros eram utilizados para combater o inimigo.

Em meados do século XVIII, o governador Antônio Rolim de Moura Tavares, instala o Forte de Nossa Senhora da Conceição, no lado direito do rio Guaporé. Segundo Souza (3), em 1768, o Forte de Nossa Senhora da Conceição passa a se chamar Forte de Bragança e em 1776, já se encontrava em ruínas.

Com a necessidade de construção de um novo forte, Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres é instruído a procurar um novo lugar para a fortificação, protegido das intempéries da natureza.

No dia 20 de junho de 1776, o governador, Luiz d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, assentou a primeira pedra da fundação da nova fortaleza, denominada de Forte Príncipe da Beira, que ficou pronta em 1783.

Os Anais de Vila Bela, coligidos por Amado e Anzai (4), evidenciam a marcante presença de escravos negros e de indígenas, seja nas construções das fortificações, seja nas suas guarnições. Os anais referem-se a escravos negros que foram enviados para a construção, como mostra o Anal de Vila Bela de 1776. Vinte dos escravos enviados morreram na viagem pelo rio Amazonas.

O Anal de 1779, apresentado pelo Vereador Francisco de Bastos Ferreira, narra o seguinte: “chegou, em 13 de novembro do Rio de Janeiro, um soldado dragão desta praça, com seis escravos pedreiros, mandados comprar pela Fazenda Real para as obras do Forte Príncipe da Beira” (4).

A movimentação militar, a perseguição aos quilombos e o abandono da região pelos chamados “bandeirantes” devidos à decadência das minas, ocasionaram o espraiamento do domínio negro no Vale do Guaporé. Pode-se dizer que chegaram mesmo a aquilombar áreas circunvizinhas das fortificações militares, como com a notícia de

que nas proximidades do Forte Príncipe da Beira, havia quilombos e quilombolas, em 1778 foram trazidos a Vila Bela, alguns índios encontrados em um quilombo no distrito do referido forte.

O poder colonial impôs políticas de ocupação, trabalho escravo e militar que ocasionou o surgimento de “novas coletividades”. Cândido Mariano da Silva Rondon (Marechal Rondon), visitou as ruínas do Forte Príncipe da Beira, em 1914. Uma nova excursão ao forte pelo exército brasileiro só ocorreu em 1930.

Os militares se estabelecem no Forte Príncipe da Beira em 1932, ao lado da fortaleza com o mesmo nome, instalando o Contingente Especial de Fronteira de Forte Príncipe da Beira. Em 1954, mudaria para 7º Pelotão de Fronteira, e em 1977, para 3º Pelotão Especial de Fronteira, subordinado ao 6º Batalhão Especial de Fronteira. Atualmente, encontra-se no forte o 1º Pelotão de Fuzileiros de Selva Destacado, sob a jurisdição do 6º Batalhão de Infantaria de Selva, vinculado à 17ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada em Porto Velho.

No entanto, a área já estava habitada. As famílias que residiam eram descendentes dos escravos negros e indígenas que trabalharam na construção da fortaleza. A ocupação da área abrangia até a antiga Fortaleza de Conceição (Forte de Bragança), onde segundo dizem os quilombolas, “só existiam negros”.

Com a implantação das instalações militares, tanto as famílias que residiam no lugar do antigo Forte de Bragança, quanto as que residiam nas proximidades do Forte Príncipe da Beira, passaram a ser constringidas e pressionadas a deixarem suas terras tradicionalmente ocupadas. Como parte das instalações militares foi trazido gado bovino, que frequentemente destruíam as plantações e as áreas das chamadas roças. Com o passar dos anos, as famílias foram deslocadas da área do Forte de Bragança, conhecido pelos quilombolas ainda como

Forte de Conceição.

Muitas famílias que residiam na área do antigo Forte de Conceição passaram a residir no entorno do Forte Príncipe da Beira. E nas últimas décadas as famílias quilombolas têm sofrido constantes pressões para que saiam da área pretendida pelos militares, com mais de 20 mil hectares.

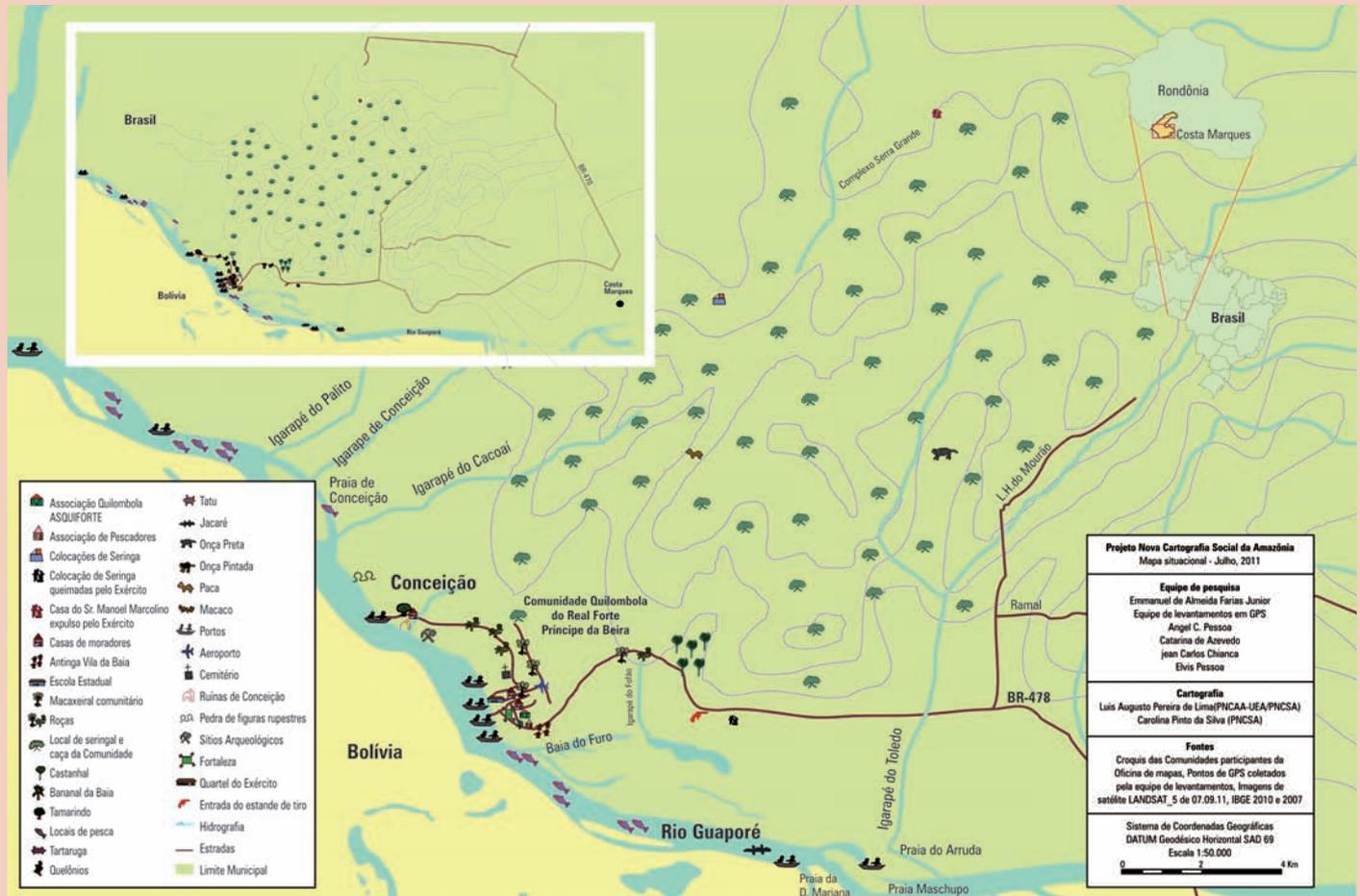
As territorialidades específicas objetivadas no mapa entrelaçam situações do presente com fatos históricos. Sejam as medidas institucionais da colonização portuguesa, seja o trabalho nos seringais durante as décadas de intensa produção da borracha, tais iniciativas ocasionaram a reorganização de novas coletividades.

Como podemos observar em Costa Marques (5) (1908), o período relacionado à exploração da borracha reorganizou os espaços e as unidades residenciais, movimentando as unidades familiares ao longo do rio Guaporé, ocasionando no surgimento de novos núcleos habitacionais.

As famílias quilombolas trabalhavam tanto no lado brasileiro, quanto do lado boliviano, tais práticas e relações remetem diretamente às relações estabelecidas ainda no período escravocrata colonial, quando o território espanhol representava a consolidação da ruptura com o sistema escravocrata.

**O PERÍODO  
RELACIONADO À  
EXPLORAÇÃO  
DA BORRACHA  
REORGANIZOU  
OS ESPAÇOS E  
UNIDADES  
RESIDENCIAIS**

## COMUNIDADE QUILOMBOLA DO REAL FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA COSTA MARQUES - RONDÔNIA



Nas últimas décadas, tem-se registrado o aumento das pressões e atos de violência contra a Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira. Tais pressões e atos de violência têm sido empregados pelo Exército brasileiro. Tais relatos foram obtidos a partir de depoimentos durante a **oficina de mapas** com os quilombolas, de entrevistas e de documentos emitidos pela Asqforte.

Durante a **oficina de mapas**, os quilombolas procederam à elaboração de croquis com a indicação de suas terras tradicionalmente ocupadas. A área pretendida pela Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira abrange a extensão de 20.108.8709 hectares.

Tal reivindicação territorial refere-se aos antigos sítios e colocações de seringa, áreas de roçado, pesca, entre outros sítios históricos. Como o próprio local da antiga Fortaleza de Conceição e o Forte Príncipe da Beira. Ambos, considerados patrimônios da comunidade. Desta forma, foi possível a confecção do **mapa situacional** referido ao território quilombola do Forte Príncipe da Beira.

Nos anos que se seguiram à instalação do aquartelamento do Exército e a intrusão das terras tradicionalmente ocupadas da Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira, podemos destacar, assim, uma série de atos de violência:

\* Na reunião realizada no dia 13 de outubro de 2012, fomos informados que as unidades familiares têm sido impedidas de praticarem as atividades agrícolas. Em 2008, os srs. Antonio e Raimundo foram presos por estarem fazendo roça. Em 2009, a partir de um acordo com a Emater, a Asqforte solicitou um trator para arar a terra, evitando queimá-la; no entanto o referido trator foi apreendido pelo Exército (Reunião realizada na Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira no dia 13 de outubro de 2010).

\* Na reunião realizada no dia 13 de outubro de 2012, fomos informados que a atividade de pesca tem sido exercida sob o rígido controle do Exército, que institui normas próprias de fiscalização, inclusive sobre o pescado obtido para consumo. O Exército pressiona os pescadores a passarem no Pelotão para avisarem que estão indo pescar, o que levam, para onde vão e quando vão voltar. O Exército tem proibido o embarque e desembarque utilizando veículos no porto utilizado pelas famílias quilombolas. Em 2006, os militares entraram na casa de um pescador e retiraram o peixe de dentro do freezer, prenderam o pescador e o levaram para o Ibama. Em 2007 aconteceram mais três casos semelhantes (Reunião realizada na Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira, no dia 13 de outubro de 2010).

\* Os militares passaram a exigir a apresentação de um documento com foto para que as pessoas tivessem acesso à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “General Sampaio”, inclusive os pais de alunos e professores. A escola foi cercada pelo aquartelamento, assim como a quadra da comunidade. Segundo a Ata da Reunião, realizada em 01 de março de 2012, com a comunidade e servidores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “General Sampaio”: “a comunidade e servidores estaduais que atuam na escola, bem como os alunos, vêm sofrendo constantes constrangimentos” (Ata da Reunião com a comunidade e servidores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “General Sampaio”. Costa Marques. Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira, 01 de março de 2011).

No dia 28 de fevereiro de 2011, o professor Carlos, foi retirado da sala de aula por militares armados diante dos estudantes. Segundo o próprio professor Carlos, o mesmo já havia se identificado, e não quis se identificar pela segunda vez, se dirigindo à sala de aula, de onde foi retirado pelos militares.

Em 27 de março de 2008, o sr. Manoel Marculino da Silva foi expulso pelos militares do 1º Pelotão de Fuzileiros de Selva Destacado. Em seguida sua casa foi incendiada. Segundo seu Manoel, ele estava organizando um puxirão, para tanto, por ser o “dono do trabalho”, ele seria o responsável por prover a alimentação, como forma de garantir “o dia”, ou seja, o trabalho realizado durante o dia de trabalho. Neste sentido, o sr. Manoel necessitou pescar e caçar, o suficiente para manter os trabalhadores.

Um dos argumentos utilizados pelos militares, para o deslocamento compulsório da família do sr. Manoel, é que estavam com caça ilegal em sua propriedade, segundo informou o próprio sr. Manoel. Contudo, como podemos explicar, tal carne seria utilizada na realização de um puxirão, forma simples de cooperação tradicionalmente utilizada para a execução de trabalhos coletivos.

Por fim, a intrusão das terras tradicionalmente ocupadas pelo Exército, as pressões e os atos de violência têm impedido a ocupação plena do território quilombola, como a realização das práticas agrícolas, da pesca, o acesso à educação e à saúde sem constrangimentos. Tal situação social de conflito ocasionou a judicialização da reivindicação territorial dos quilombolas, tal como analisa Santos (6)(2008).

*Emmanuel de Almeida Farias Júnior é cientista social, doutorando em antropologia social (PPGAS) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), e pesquisador do Projeto Novas Cartografias Antropológicas da Amazônia (PNCAA) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Teixeira, M. A. D.. "Campeinato negro de Santo Antônio do Guaporé: identidade e sustentabilidade". Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2008.
2. Roquette-Pinto, E. *Rondônia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.
3. Souza, A. F. de. "Fortificações no Brasil". In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Tomo XLVIII, Parte II, 1885, p. 5-140.
4. Amado, J.; Anzai, L. C.. *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá: Carlini e Caniato: EdUFMT, 2006.
5. Costa Marques, M. E.. *Região Ocidental de Matto Grosso. Viagem e estudos sobre o Valle do Baixo Guaporé da cidade de Matto Grosso ao Forte do Príncipe da Beira*. Rio de Janeiro: Typ. e Pap. Hildebrandt, 1908.
6. Santos, B. de S.. "Bifurcação da justiça". *Folha de S. Paulo*, 10 jun. 2008. Opinião, p. A3.

## DOCUMENTOS OBTIDOS E CITADOS DURANTE A OFICINA DE MAPAS

- Associação Quilombola do Forte (Asqforte). Ofício nº 023/Asqforte/2010. Costa Marques, 25 de outubro de 2010.
- Ata da Reunião com a comunidade e servidores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “General Sampaio”. Costa Marques. Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira, 01 de março de 2011.
- Federação das Associações Comunitárias e Quilombolas do Vale do Guaporé- Facqvale. Ofício nº 013/Facqvale/2011. Costa Marques, 30 de junho de 2011.
- Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. Certidão de Auto-Reconhecimento. Cadastro Geral nº 003, Registro nº 252, f. 58, 29 de junho de 2005.
- Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Departamento de Engenharia e Construção. Diretoria de Patrimônio. Ofício nº 04 “C D Patr-S1. Brasília, 21 de janeiro de 2011.
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rondônia. Ofício nº 201/2010/GAB/SPU/RO. Porto Velho, 23 de abril de 2010.
- Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Ji-Paraná- RO. Inquérito Civil Público - 1.31.001.00

## POVOS INDÍGENAS NA FRONTEIRA BRASIL-GUIANA E OS MEGAPROJETOS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Stephen G. Baines,

**INTRODUÇÃO** Reflete-se sobre a redefinição dos significados da fronteira entre o Brasil e a Guiana para os povos indígenas que vivem nela a partir da implantação de iniciativas de integração econômica, sobretudo a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que surgiu em 2000 de uma proposta apresentada em agosto daquele ano em Brasília, durante a reunião de presidentes da América do Sul, onde foi discutida a ideia de coordenar o planejamento para a construção de infraestrutura dos doze países do continente sul-americano. A fronteira Brasil-Guiana está inserida na IIRSA dentro do Eixo do Escudo Guianense, o que abarca os territórios tradicionais de vários povos indígenas, incluindo os Wapichana e os Makuxi, com quem realizamos pesquisas desde 2001 (1), que tiveram suas terras divididas entre os dois países a partir da definição da fronteira internacional em 1904. Atualmente esses povos vivem nos dois lados da fronteira, transitam entre os dois países, muitas pessoas tendo documentos de ambos os países, identificando-se como brasileiros e guianenses conforme o país em que se encontram. A IIRSA visa a promover a integração sul-americana através da integração física, com a modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações, mediante ações conjuntas.

Nas comunidades indígenas, em ambos os lados dessa fronteira, há uma preocupação com as consequências da construção da ponte sobre o rio Tacutu, que liga as cidades fronteiriças de Bonfim no Brasil e Lethem no lado guianense da fronteira, e o planejado asfaltamento da estrada que liga Lethem a Georgetown, visando o escoamento de produtos agrícolas como a soja, e minérios, pelo Atlântico, com a planejada ampliação do porto de Georgetown para receber embarcações de grande porte. Temem medidas governamentais que visam acelerar o crescimento econômico com aumento da produção de soja e mineração que ameaçam suas terras tradicionais. Com a internacionalização de políticas desenvolvimentistas, as perspectivas dos indígenas que vivem nessa fronteira revelam as contradições e as ambiguidades dos discursos governamentais dos respectivos Estados nacionais a respeito de nacionalidade e etnicidade, e a incógnita do futuro trazido pelo IIRSA.

**Projetos de integração regional e as fronteiras nacionais** Ao longo das últimas décadas, o governo brasileiro, junto com os governos dos demais países da América do Sul, tem acionado projetos de integração regional que apoiam a expansão capitalista. Na região amazônica essas iniciativas se configuram por meio de projetos como o Tratado de Cooperação Amazônica, assinado pelas Repúblicas da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, em 13 de julho de 1978, que tem como objetivo promover

o desenvolvimento dos seus territórios amazônicos, superado por projetos governamentais mais recentes como o Projeto Calha Norte (PCN), e o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), e atualmente o Plano de Aceleração do Crescimento, lançado em 28 de janeiro de 2007 pelo governo federal, que engloba um conjunto de políticas econômicas. O PAC 2, lançado em 29 de março de 2010 visa à continuação deste Plano.

O PCN foi criado em 1986 e implantado, desde então, a partir de um grupo de trabalho interministerial incumbido “com a tarefa de elaborar diretrizes e subsídios à ação governamental na ‘região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas’, e visa superar as ‘grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente ao desenvolvimento’, promovendo a ‘sua efetiva integração no contexto nacional’” (2). Para Oliveira, “trata-se da formulação de um conjunto coerente de orientações e metas com as quais devem vir a compatibilizar-se todas as iniciativas governamentais voltadas para aquela região” (2). O Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), concebido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, em conjunto com os Ministérios da Justiça e Aeronáutica, foi apresentado pelo governo brasileiro como tendo o propósito de implantar uma rede de coleta e processamento de informações em cinco anos, a partir de julho de 1997, capaz de permitir o controle seguro do tráfego aéreo, o conhecimento do subsolo, o monitoramento do clima e dos recursos hídricos, a proteção da biodiversidade e a fiscalização de queimadas e desmatamentos.

Oliveira mostra que no PCN, “os interesses militares/estratégicos são apenas uma parte das intenções originárias do Conselho de Segurança Nacional (Saden)” (2), que incluem “a ampliação da infraestrutura viária; a aceleração na produção de energia hidrelétrica; a interiorização de polos de desenvolvimento econômico; e a ampliação da oferta de recursos sociais básicos”, priorizando o potencial mineral como a principal riqueza da região. Oliveira revela a configuração de uma nova política indigenista de ampliação da infraestrutura da Funai na região seguindo um modelo falido de ação indigenista que visa criar “dependências, aliciar e corromper as lideranças indígenas, neutralizar os críticos e dividir os grupos” (1990: 23). Acrescenta que nessa nova política indigenista, “o CSN [Conselho de Segurança Nacional] desenvolveu intenso lobby na Constituinte e ação junto à Fundação Nacional do Índio (Funai) no que concerne ao assunto mineração em terras indígenas”, com pressões durante a elaboração do texto constitucional para “compatibilizar a delimitação de áreas indígenas com a utilização de suas riquezas naturais (do solo e subsolo) dentro de projetos de desenvolvimento regional”. Uma campanha, em 1987, contra o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) da Igreja Católica, por meio do jornal *O Estado de S. Paulo* (1990: 29), fazia parte das estratégias anti-indígenas patrocinadas principalmente pelo grupo empresarial Paranapanema, nessa época, em suas tentativas de inserir cláusula na Constituição de 1988 que permitiria mineração em terras indígenas com a anuência dos povos indígenas e aprovação do Congresso Nacional. Desde então, a política do governo brasileiro, junto com as grandes empresas mineradoras, tem sido de favorecer a demarcação e homologação de algumas terras indígenas e, ao mesmo tempo, estimular os povos indígenas a assinar

acordos e contratos com órgãos públicos ou com empresas privadas para pesquisa e lavra de minérios.

**O PAC e a IIRSA no Brasil** A Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), iniciativa, sobretudo, do governo brasileiro, surgiu em 2000, visando à promoção da integração sul-americana através da integração física, com a modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações, mediante ações conjuntas, com o objetivo de estimular a integração política, econômica e sociocultural da América do Sul. É uma iniciativa financiada, desde sua criação, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pela Corporação Andina de Fomento (CAF) e pelo Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata). Além destas agências, a IIRSA também recebe financiamentos oriundos do banco governamental brasileiro Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No Brasil, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, é uma espécie de contraparte nacional da IIRSA, da qual surgem pressões para alterar a legislação ambiental e limitar os direitos de populações localizadas nas áreas de influência dos projetos. Desde os anos da ditadura militar (1964-1985) o governo brasileiro vem adotando políticas desenvolvimentistas que incluem a implantação de obras de infraestrutura na região amazônica – rodovias, usinas hidrelétricas e mineração –, com desrespeito sistemático aos direitos indígenas. Esta situação não mudou com a eleição do Partido dos Trabalhadores, que vem assumindo a opção pelo desenvolvimentismo e a reprimarização da economia brasileira, com o avanço da agropecuária e da mineração nas gestões do presidente Lula (2003 a 2011), reforçada ainda mais na gestão da presidente Dilma Rousseff (a partir de 2011). Uma aliança no Congresso entre as bancadas ruralistas e evangélicas, constituídas de parlamentares de diferentes partidos, visa enfraquecer os direitos dos povos indígenas e quilombolas assegurados na Constituição Federal de 1988. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC 215/2000), aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, na Câmara dos Deputados, em 21/03/2012, que transfere para o Congresso Nacional a competência para demarcar terras ocupadas tradicionalmente pelos índios, quilombolas e destinadas a unidades de conservação, visa essa finalidade.

**A fronteira Brasil-Guiana e os povos indígenas Wapichana e Makuxi** A fronteira Brasil-Guiana está inserida no Eixo do Escudo Guianense, que abrange os territórios tradicionais de vários povos indígenas, como os Wapichana e os Makuxi, com quem realizamos pesquisas dentro da linha de investigação proposta pelo professor Roberto Cardoso de Oliveira (3). Na fronteira Brasil-Guiana, a construção da ponte sobre o Rio Tacutu, inaugurada em setembro de 2009, que liga as cidades gêmeas fronteiriças de Bonfim e Lethem, faz parte das obras de infraestrutura do Eixo do Escudo Guiano da IIRSA. Os povos indígenas dessa região fronteiriça revelam perspectivas diversas sobre essa ponte e sobre a IIRSA. Depoimentos indígenas de pessoas que moram nessa fronteira revelam uma admiração por parte de muitos indígenas guianenses pelo Brasil como um país que

**AS TENDÊNCIAS  
ATUAIS DOS  
GOVERNOS  
APONTAM PARA  
UM CRESCENTE  
DESAFIO PARA  
AS SOCIEDADES  
INDÍGENAS**

“deu certo”, quando comparado com a situação econômica crítica em que se encontra a Guiana, e a revolta com o socialismo da forma que as tentativas de efetivá-lo se processaram na Guiana. Ao mesmo tempo, revelam uma preocupação quanto às injustiças sociais e ao crescimento de violência no Brasil. Nas comunidades indígenas, em ambos os lados dessa fronteira, há uma preocupação com as consequências da construção da ponte e o planejado asfaltamento da estrada entre Lethem e Georgetown, visando o escoamento de produtos agrícolas como a soja e minérios pelo Atlântico. Preveem que as diretrizes do PAC e da IIRSA resultarão em uma rápida valorização das terras e um aumento de pressão de grandes empresas sobre as terras indígenas para a produção de soja e outros produtos agrícolas, além de atividades de mineração que ameaçam suas terras. Com a internacionalização de políticas desenvolvimentistas, as perspectivas dos indígenas que vivem nessa fronteira revelam as contradições e as ambiguidades dos discursos governamentais dos respectivos Estados nacionais quanto aos direitos indígenas, e uma incerteza quanto ao futuro trazida pela IIRSA. Desde a inauguração da ponte entre as cidades de Bonfim e Lethem, o controle de comércio entre a Guiana e o Brasil tem aumentado, e muitos indígenas temem perder a liberdade de livre trânsito pela fronteira, liberdade que sempre desfrutaram por serem moradores de um território que antecede a imposição de fronteiras nacionais. Junto com a inauguração da ponte, o governo guianense implantou uma zona de comércio livre em Lethem que aumentou o comércio da cidade e impulsionou seu crescimento em níveis sem precedentes. Os povos indígenas dessa região fronteiriça revelam perspectivas diversas sobre a construção e inauguração dessa ponte e sobre as consequências previsíveis e imprevisíveis da IIRSA.

No Brasil, o PAC e a IIRSA representam mais um desdobramento de uma longa história de expansão dos Estados nacionais, atualmente articulada em nível internacional, sobre os territórios indígenas. Das perspectivas dos indígenas que vivem na fronteira, o que se revelam são as contradições e as ambiguidades dos discursos governamentais dos respectivos Estados nacionais a respeito de nacionalidade e etnicidade, sobretudo em relação às terras indígenas. Apesar de algumas conquistas a nível local para aliviar as condições difíceis em que vive a maioria das populações indígenas, e de um fortalecimento do protagonismo indígena, as tendências atuais dos governos, de impor políticas neoliberais, apontam para um crescente desafio para as sociedades indígenas frente ao agravamento das desigualdades econômicas e sociais.

As organizações políticas indígenas, sobretudo o Conselho Indígena de Roraima (CIR) em Roraima e a Amerindian Peoples Association (APA) no lado guianense da fronteira, estão se mobilizando, recorrendo a legislações nacionais e internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (ratificada pelo governo brasileiro em 2003) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), para enfrentar os novos desafios trazidos pela implementação da IIRSA em seus territórios. Um caminho para enfrentar esses desafios, trazidos por políticas eco-

nômicas globalizadas e que estão transformando essa fronteira, é a procura de ensino superior por parte de jovens indígenas, visando à sua profissionalização.

Os indígenas que habitam a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, que faz fronteira com a Guiana e a Venezuela, exigem a garantia e proteção integral de suas terras e dos recursos naturais, onde invasores, produtores de arroz, até o início de 2009, exploravam indevidamente as terras e os rios. Pressões por parte de políticos e empresários de Roraima tentaram reverter a demarcação e homologação dessa terra indígena, concluída pelo governo federal em 2005, para que fosse “julgada” novamente a sua legitimidade. O caso foi enviado para o Supremo Tribunal Federal (STF), onde, após três sessões, manteve-se a decisão favorável à demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, beneficiando os indígenas e determinando a saída dos fazendeiros da região. Em 19 de março de 2009, a decisão, por dez votos a um dos ministros do STF, derrubou uma ação impetrada em 2005 por um senador de Roraima contra a criação dessa terra indígena, de 1.747.484 hectares, determinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no mesmo ano. A sua demarcação em área contínua foi ratificada pelo STF com dezenove restrições, dezoito propostas por um dos ministros em dezembro de 2008, e uma apresentada pelo presidente em março de 2009, que apresentam uma ameaça à demarcação de outras terras indígenas no Brasil ao contrariar os dispositivos da Constituição Federal de 1988. O objetivo dos políticos de Roraima foi de tentar desfazer a demarcação para fragmentar essa terra indígena e instalar corredores de desenvolvimento econômico. Em sessão do STF em 2009 para julgar a legitimidade da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, uma advogada wapichana do Conselho Indígena de Roraima desempenhou um papel crucial ao defender, junto aos ministros do Supremo Tribunal Federal, as reivindicações da maioria dos povos indígenas de Roraima para garantir a permanência da sua demarcação em área contínua. A crescente profissionalização do quadro das organizações indígenas marca uma nova estratégia para efetivar os direitos indígenas e enfrentar iniciativas de expansão capitalista como a IIRSA.

*Stephen G. Baines é professor associado 3 do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador 1A do CNPq. Email: stephen@unb.br.*

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Baines, S.G. 2006. “Entre dois Estados nacionais: perspectivas indígenas a respeito da fronteira entre Guiana e Brasil”. *Anuário Antropológico 2005*, pp 35-49, 2006.
2. Oliveira, J.P. de, “Segurança das fronteiras e o novo indigenismo: formas e linhagens do projeto Calha Norte”. In: Oliveira, J.P. de (editor). *Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras*, Rio de Janeiro: UFRJ; PETI - Museu Nacional (*Antropologia e Indigenismo*, nº.1), pp 16-33, 1990.
3. Cardoso de Oliveira, R. “Introdução”. In: Cardoso de Oliveira, R.; Baines, S.G. (Orgs.) *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp 9-20, 2005.

## MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL, SOB O TEMA “FAIXA DE FRONTEIRA”

Marcia Anita Sprandel

**E**m novembro de 2012, a partir da pesquisa por assunto “faixa de fronteira”, e pelo recorte “Projetos de Lei (PL)” e “Propostas de Emenda à Constituição (PEC)”, nos sites de busca de matérias legislativas do Senado e da Câmara dos Deputados, estavam em tramitação nas duas casas do Congresso Nacional 4 PECs e 22 PLs, num total de 26 (vinte e seis) matérias.

A faixa de fronteira está definida no § 2º, do art. 20 da Constituição Federal (1) e tem como legislação infraconstitucional a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979 (2), que dispõe sobre a faixa de fronteira, altera o Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.

As propostas de Emenda à Constituição são tentativas de alterar a Carta Magna. Em função de sua importância, precisam de trâmite específico, quórum qualificado e concordância das duas casas (ou seja, o texto não pode ser alterado pela casa revisora) para serem sancionadas. Diferentemente dos Projetos de Lei, as PECs não podem ser vetadas pela Presidência da República.

A análise das quatro PECs em tramitação no Congresso, aponta que duas delas têm o mesmo texto e mesmo objetivo, reduzir a atual faixa de fronteira de 150 km para 50 km. Inicialmente, o senador Sérgio Zambiasi (RS) apresentou a PEC 49/2006. Dois anos depois, o deputado federal Jorge Mendes Ribeiro Filho (PMDB/RS), apresentou a mesma PEC na Câmara dos Deputados, como PEC 235/2008.

Não é a toa que as matérias tenham sido apresentadas por parlamentares do Rio Grande do Sul, uma vez que este é um debate que tem mobilizado aquele estado (3). De um lado, a Associação Gaúcha de Empresas Florestais (Ageflor) (4), a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), e a Associação dos Municípios da Fronteira Oeste do Estado, apoiados por setores políticos e acadêmicos. Do outro, o Ministério da Defesa e Movimento Gaúcho em Defesa do Meio Ambiente, apoiados por outros setores políticos e acadêmicos.

Da leitura das PECs, suas justificativas e dos pareceres elaborados pelos relatores nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) das duas casas, percebe-se, no mínimo, a defesa de dois argumentos: uma faixa de fronteira nos moldes da CF de 1988, pensada como de defesa nacional, não se coadunaria mais com o momento alto, de integração regional e globalização; e existe uma faixa de fronteira dinamizada, ao sul do país, e outra – na região amazônica – onde o sentido de defesa ainda seria necessário.

Assim, na justificativa de sua PEC, Zambiasi afirma que o texto constitucional e a norma infraconstitucional em vigor (Lei 6634/79) (5) se encontram em descompasso com a realidade internacional:

## AS PROPOSTAS DE EMENDAS À CONSTITUIÇÃO (PECs)

	Identificação	Ementa	Autor	Localização/ Situação atual
1	PEC 49/2006	Dá nova redação ao § 2º do art. 20 da Constituição, para dispor sobre a alteração da faixa de fronteira.	Senador Sérgio Zambiasi (PTB/RS) e outros.	Plenário do Senado Federal, desde 22/03/2011, aguardando inclusão na ordem do dia.
2	PEC-235/2008	Dá nova redação ao §2º do art. 20 da Constituição, para dispor sobre a alteração da faixa de fronteira.	Deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB/RS) e outros.	Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, desde 03/06/2011, tendo como relator o deputado Sibá Machado (PT/AC).
3	PEC-409/2009	Altera a redação do art. 129, inciso VII, e do art. 144 da Constituição Federal, bem como acrescenta à Constituição Federal os artigos 144A, 144- B e 144-C, instituindo a autonomia da polícia judiciária.	Deputado Marcelo Ortiz (PV/SP).	Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, desde 21/03/2012, tendo como relator o dep. Paes Landim (PTB-PI).
4	PEC 6/2009	Altera o art. 159 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Fundo de Desenvolvimento dos Municípios de Fronteira.	Senadora Marisa Serrano (PSDB/MS) e outros.	Plenário do Senado Federal, desde 23/02/2011, aguardando inclusão na ordem do dia.

*De resto, a própria Constituição de 1988 foi concebida ainda sob os influxos da Guerra Fria, em contexto totalmente alheio à realidade presente. Vivemos o tempo da integração regional e da construção de blocos econômicos. O tecido mais sensível para que se apliquem tais dinâmicas é, em verdade, a faixa de fronteira, que hoje se vê engessada e relegada economicamente à hipossuficiência, diante da legislação que ora pretendemos atualizar. Hoje, os mecanismos de segurança, controle e informação instantânea dos quais dispõe o Estado transformam a legislação brasileira de faixa de fronteira em obsoleta e comprometedor do desenvolvimento regional. As regiões fronteiriças são sacrificadas pela geografia e pela história. Não há mais razão para que o sejam também pelo direito e pela política.*

O relator da PEC 49/2006 na CCJ, senador Eptácio Cafeteira (PTB/MA), concorda com a tese da necessidade de ressignificação das fronteiras em um mundo globalizado:

*Com a intensificação do processo de globalização, verificado sobretudo após o fim da Guerra Fria, passamos a viver em um “mundo sem fronteiras”. Sabemos que, especialmente após o advento da internet, muitas atividades e transações entre atores internacionais são realizadas a despeito da existência de fronteiras físicas entre os países em que se encontram. Além disso, conceitos tradicionais como o de soberania vêm sofrendo transformações em seu conteúdo. Diante dessas constatações, não há como negar a necessidade de rever antigos paradigmas que levaram o Estado brasileiro a fixar a faixa de fronteira em cento e cinquenta quilômetros de largura. A faixa de fronteira está tradicionalmente ligada à defesa nacional e, mais*

*precisamente, tem o cunho de proteger o território estatal de eventuais ataques de forças estrangeiras. Entretanto, não deve estar alheia à ideia de desenvolvimento regional. De fato, não há mais como persistir o atual limite para a faixa de fronteira, tal como estabelecido na Constituição, ignorando-se as mudanças provocadas no Estado brasileiro pelo fenômeno da globalização, bem como pelo processo de integração regional.*

No entanto, o senador Cafeteira propõe uma diferenciação entre o tratamento a ser dado às fronteiras que ele denomina de “centro-sul” e de “centro-norte do país”. Sugere, neste sentido, que permaneça existindo uma faixa de fronteira de até 150 km de largura ao largo das fronteiras terrestres localizadas ao norte de Mato Grosso do Sul e de 50 km de largura nos demais estados, incluindo Mato Grosso do Sul. Assim justifica sua decisão:

*Entendemos, nesse sentido, que as fronteiras do centro-sul do território brasileiro – por serem diretamente atingidas pelo processo de integração, notadamente mais intenso nessas regiões, e sobretudo em virtude de sua alta densidade populacional – devem ter disciplina diferenciada em relação às fronteiras do centro-norte, cujas especificidades locais ainda justificam a manutenção da extensão atual (baixo povoamento nas fronteiras, relativa ausência do Estado, presença de recursos naturais supostamente cobiçados por estrangeiros, entre outras).*

A PEC 49/2006 foi aprovada na forma do substitutivo do senador Cafeteira e encontra-se pronta para ser votada pelo plenário do Senado e enviada para a casa revisora.

## OS PROJETOS DE LEI (PL), PROJETOS DE LEI DA CÂMARA (PLC) E PROJETOS DE LEI DO SENADO (PLS) (7)

	Identificação	Ementa	Autor	Localização/ Situação atual
1	PL-3519/2004	Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência prévia de levantamento geológico para a definição de áreas de que tratam o inciso III do § 1º do art. 91, inciso III do § 1º do art. 225 e o art. 231, da Constituição Federal, e dá outras providências.	João Pizzolatti - PP/SC	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados - 18/11/2011. Tramitando em Conjunto (Apensada ao PL 2830/2003).
2	PLS 69/2004	Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, nos termos do artigo 231, § 6º, da Constituição Federal.	Senador Augusto Botelho	Plenário do Senado Federal, desde 07/04/2011 - aguardando inclusão na Ordem do Dia.
3	PLS 93/2007	Ratifica os títulos de alienações ou de concessões de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira e dá outras providências.	Senador Álvaro Dias	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal. 15/03/2012 - Matéria com a relatoria.
4	PL-2275/2007	Altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a faixa de fronteira, altera o Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.	Matteo Chiarelli - DEM/RS	Câmara dos Deputados (15/02/2011) Desarquivada.
5	PL-2759/2008	Revoga a Lei Federal nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a faixa de fronteira, e altera o Decreto-Lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970.	Pompeo de Mattos - PDT/RS	Câmara dos Deputados (15/02/2011) Desarquivada.
6	PL-2817/2008	Altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a faixa de fronteira.	Renato Molling - PP/RS	Câmara dos Deputados (15/02/2011) Desarquivada.
7	PL-3068/2008	Altera o art. 1º da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, modificando a largura da faixa de fronteira.	Carlos Bezerra - PMDB/MT	Câmara dos Deputados (15/02/2011) Desarquivada.
8	PL-3082/2008	Reabre o prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos estados em faixa de fronteira, altera o art. 7º do Decreto-Lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, e dá outras providências.	Homero Pereira - PR/MT	Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Pronta para pauta desde 23/03/2011.
9	PL-3321/2008	Altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, criando condições de incentivo para o desenvolvimento da faixa de fronteira da região Sul.	Afonso Hamm - PP/RS	Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados - Aprovado o parecer. Fase de recebimento de emendas, desde 12/07/2011.
10	PLS-313/2008	Institui o Estatuto de Fronteira para os municípios de linha de fronteira e cidades-gêmeas localizados na faixa de fronteira do Brasil, e dá outras providências.	Senador Sérgio Zambiasi	Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul - Em 22/10/2012, apresentado parecer pela rejeição.
11	PLS 403/2008	Altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, para substituir a exigência de maioria de capital nacional às empresas constituídas sob leis brasileiras por outras que visem ao desenvolvimento sustentável da atividade de mineração em faixa de fronteira, e dá outras providências.	Senador Delcídio do Amaral (PT/MS)	Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Desde 24/10/2011 aguardando designação do relator.
12	PL-5070/2009	Acrescenta o Inciso VII ao art. 2º da Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, para estender a competência do Conselho de Segurança Nacional no que tange à instalação e controle das organizações não-governamentais (ONGs) e entidades similares, criadas ou administradas por estrangeiros.	Osório Adriano - DEM/DF	Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Tramitando em Conjunto (Apensada à PL 3877/2004). Em 05/11/2012, a matéria é aprovada na forma de substitutivo.

## OS PROJETOS DE LEI (PL), PROJETOS DE LEI DA CÂMARA (PLC) E PROJETOS DE LEI DO SENADO (PLS) (7) - continuação

	Identificação	Ementa	Autor	Localização/ Situação atual
13	PLS 126/2009	Altera os arts. 3º, 7º, 9º, 11 e 12 da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, e os arts. 2º, 4º, 6º, 7º e 8º da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, para adequar sua terminologia à da Constituição Federal de 1988, e limitar a aquisição de terras por estrangeiros na Amazônia Legal.	Senador João Pedro (PT/AM)	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal - Matéria com a relatoria. Desde 01/03/2011.
14	PLC 302/2009	Dispõe sobre a propriedade de imóveis rurais por pessoas estrangeiras na Amazônia Legal brasileira e altera as Leis nºs 5.709, de 7 de outubro de 1971, e 6.634, de 2 de maio de 1979.	Deputado Nilson Mourão (PT/AC) e outros	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal - Matéria com a relatoria. 01/03/2011.
15	PL-6903/2010	Altera o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, e dá outras providências.	Deputado Celso Maldaner (PMDB/SC)	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 24/05/2012 - atualização do despacho: à CAINDR, CDEIC, CFT e CCJC.
16	PL-6904/2010	Altera os parágrafos 1º e 6º da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.	Deputado Celso Maldaner (PMDB/SC)	Plenário da Câmara dos Deputados. 29/03/2012. Apresentação do Requerimento de Redistribuição pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional.
17	PL-7751/2010	Consolida e atualiza a legislação federal sobre registro de atos de empresário e de sociedade empresária.	Senador Adelmir Santana (DEM/DF)	Grupo de Trabalho de Consolidação das Leis (GTCL) da Câmara dos Deputados. Aguardando Parecer. 06/06/2012.
18	PLS 40/2010	Altera o § 1º do art. 1º da Lei 9.826, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, e dá outras providências. (Inclui faixa da fronteira da região Sul nas áreas onde os empreendimentos empresariais farão jus à crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados).	Senador Sérgio Zambiasi (PTdoB/RS)	Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Aguardando realização de Audiência Pública. Desde 20/12/2011.
19	PLS 111/2010	Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências.	Senador Demóstenes Torres (DEM/GO)	Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Matéria com a relatoria. Desde 22/04/2012.
20	PLS 526/2011	Altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, com o objetivo de reduzir o limite de receita bruta decorrente de exportação para o exterior por pessoas jurídicas instaladas em ZPE localizada na faixa de fronteira da região Norte.	Senador Jorge Viana (PT/AC) e outros	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal. Aguardando audiência pública. Desde 09/11/2011.
21	PLC 90/2012	Prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos estados em faixa de fronteira e dá outras providências.	Deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS)	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. 01/11/2012 - Matéria com a relatoria.
22	PLS 380/2012	Institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da faixa de fronteira.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (SF)	Plenário do Senado Federal. 31/10/2012 - Aguardando inclusão na Ordem do Dia.

Enquanto isso, sua congênere na Câmara dos Deputados, a PEC 235/2008, do deputado Mendes Ribeiro Filho, teve seu parecer pela admissibilidade, consoante relatório do deputado José Genoíno (PT/SP). No entanto, como a matéria não chegou a ser discutida, foi arquivada no final da última legislatura e desarquivada pelo autor, que se reelegeu deputado federal. Atualmente, encontra-se novamente em exame na CCJ da Câmara, tendo como relator o deputado Sibá Machado (PT/AC), que ainda não produziu seu relatório.

A leitura do parecer do deputado Genoíno (6), no entanto, é importante para uma maior compreensão da complexidade do debate e dos motivos da demora na tramitação das duas PECs. Após afirmar a admissibilidade da matéria, o parlamentar começa a discorrer sobre o que chama de “contornos de complexidade especial que o tema apresenta”. Passa a discorrer, a partir daí, sobre Nota Técnica contrária elaborada pelo Ministério do Exército.

Segundo o relator, a Nota Técnica busca desconstruir a afirmativa de que a atual largura da faixa de fronteira estaria em descompasso com a realidade internacional de hoje, utilizando os seguintes argumentos:

*No que concerne aos interesses da defesa externa, devido ao fato de as ameaças serem imprevisíveis, mesmo na atualidade do pós-Guerra Fria, qualquer redução nessa faixa implicará restrições ao Exército quanto às Estratégias da Presença e da Dissuasão, devendo importar em incremento das pressões de organizações estrangeiras, principalmente ONGs, sobre atividades militares em Terras Indígenas (TI) e Unidades de Conservação (UC), o que resultará na limitação de um dos poucos instrumentos de controle do Estado em extensa área do território nacional, dessa forma favorecendo o “aprofundamento da desnacionalização indesejável (sem controle estatal), o que constituirá...dificuldade adicional no caso de defesa externa”, ao que acrescento a observação de que isso preocupa muito mais em se tratando de Amazônia, cabendo acrescentar que o estreitamento proposto com a PEC ensejará a necessidade de se vir a obter permissão de lideranças locais, o que afetará “diretamente o sigilo das operações, notadamente em TI, pós a Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas”, ao que também acrescento a observação de que o Brasil fez as ressalvas fundamentais relativas a tal Declaração, sendo certo, só por tais razões, que a redução proposta é de todo inconveniente aos interesses nacionais no campo de nossa indispensável defesa;*

*No que concerne à cooperação com o desenvolvimento nacional, os limites atuais da nossa faixa de fronteira facilitam o “cumprimento da Diretriz da Política de Defesa Nacional (PDN) referente à vivificação da faixa de fronteira, sobre a qual incidem programas de incentivos do governo federal, que na área da defesa são traduzidos no Programa Calha Norte, Projeto Rondon, ações cívico-sociais das Forças e outras advindas da cooperação com outros setores governamentais...”;*

*No que concerne à Garantia da Lei e da Ordem (GLO), sendo que o Exército opera na faixa de fronteira sob os auspícios das Leis Complementares nºs 97, de 1999, e 117, de 2004, a redução da faixa*

*inibirá a “atuação do Exército contra os ilícitos transnacionais... tendendo a estimular o agravamento rápido dessas situações, já que fugirão totalmente ao controle do Estado”;*

*No que concerne à “vedação da prática de determinados atos na faixa de fronteira sem o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional (CDN), em conformidade com o inciso III do §1º do art. 91 da CF/88...” é de todo conveniente aos interesses nacionais e do Exército Brasileiro que essa regra perdure, o que resultaria prejudicado na hipótese de redução da faixa;*

*No que concerne à Política de Defesa Nacional, estabelecida nos termos do Decreto nº 5.484, de 2005, esta deve nortear também a avaliação da PEC em questão, pois essa política se assenta, especialmente na premissa de que, “apesar do longo período que separa o país de conflitos que pudessem ter impacto direto no território nacional, não seria prudente imaginar que o Brasil não possa vir a enfrentar situações de antagonismos ou disputas em defesa de seus legítimos interesses, provocados, principalmente, pelo grandioso potencial de bens e riquezas de que dispõe”.*

Além disso, o Ministério do Exército apresenta os seguintes argumentos para a rejeição da PEC:

“Modificar a legislação que dá suporte à faixa de fronteira nacional, considerando-se só o aspecto econômico como vetor de integração regional, como apresentado pelo autor, se mostra pouco conveniente, pois os aspectos estratégicos, de segurança e políticos têm relevância destacada no arco fronteiro do país, conforme preconizado na Política de Defesa Nacional vigente”.

“O Brasil estabelece fronteira com quase todos os países da América do Sul, desde a época do Império, quando consolidou sua base territorial, situação esta que reforça as necessidades de exercer acentuada vigilância naquelas importantes áreas...”.

“Cabe salientar que o atual disciplinamento legal da matéria não inviabiliza a ocupação e a exploração racionais das terras e bens nela situados, nem exclui o direito de propriedade de quem as possui”.

As outras duas PECs (PEC 6/2009 e PEC 409/2009) tratam, respectivamente, da criação de um Fundo de Desenvolvimento para os Municípios de Fronteira e da possibilidade da criação de uma polícia de segurança federal, que teria entre suas atribuições exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

Para fins desta análise, apenas a PEC 6/2009 apresenta interesse, uma vez que em sua justificativa a autora, senadora Marisa Serrano (PSDB/MS), afirma que “há problemas de desenvolvimento socioeconômico em vários municípios fronteiriços”. Seu relator na CCJ, senador Antonio Carlos Junior (DEM/BA), apresentou substitutivo determinando que os recursos do fundo a ser criado não devem ser repassados aos municípios, mas sim destinados (1) a

empréstimos para os agentes econômicos dos municípios fronteiriços e (2) ao financiamento de obras de infraestrutura que facilitem o escoamento da produção. Também acatou emendas do senador Romero Jucá (PMDB/RO), que ampliam os benefícios do fundo para os municípios da área da faixa de fronteira, e não apenas àqueles localizados na área limítrofe da fronteira. Desta forma o fundo passa à denominação de Fundo de Desenvolvimento dos Municípios da Faixa de Fronteira.

Nas duas casas, projetos de lei que incidam sobre a temática da fronteira são de mérito das respectivas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Desta forma, conforme o Regimento Interno do Senado Federal, art. 103, inciso V, compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional emitir parecer sobre forças armadas de terra, mar e ar, requisições militares, passagem de forças estrangeiras e sua permanência no território nacional, questões de fronteiras e limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo, declaração de guerra e celebração de paz (Const., art. 49, II).

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional apreciar matérias referentes a, entre outros campos temáticos ou áreas de atividade, assuntos atinentes à faixa de fronteira e áreas consideradas indispensáveis à defesa nacional.

Vale ressaltar que no Senado Federal, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, funciona a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – Crepaff, cujo presidente é o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) e vice-presidente a senadora Ana Amélia (PP/RS).

No entanto, dos 22 projetos identificados, nem todos tem como temática principal a faixa de fronteira, daí o porquê de sua tramitação em outras comissões de mérito.

Numa classificação temática aleatória (ou seja, que não coincide com aquelas da tramitação legislativa), pode-se identificar que desses 22 projetos, 5 tratam de incentivos fiscais às regiões fronteiriças; 5 buscam modificar a legislação referente à presença de estrangeiros em regiões de fronteiras ou no capital de empresas que ali atuem; 3 pretendem alterar a faixa de fronteira; 3 pretendem ampliar prazos para ratificação de terras na faixa de fronteira; 2 propõe políticas nacionais e estatutos; 2 estão referidos à questões de segurança pública; e 2 ao subsolo.

*Marcia Anita Sprandel é antropóloga, assessora técnica do Senado Federal. Integra o Comitê de Migrações Internacionais da Associação Brasileira de Antropologia.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Art.20, São bens da União:
  - § 2º - A faixa de até 150 km de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.
- Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6634.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm)
- Sobre a mobilização no Rio Grande do Sul a favor da redução da faixa de fronteira ver, no site da Assembleia Legislativa daquele estado: <http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/Not%C3%ADcias/Not%C3%ADcia/tabid/3240/IdOrigem/1/IdMateria/276756/Default.aspx> Os posicionamentos contrários podem ser encontrados no mesmo site, no endereço: <http://www2.al.rs.gov.br/noticias/ExibeNoticia/tabid/5374/IdMateria/208004/language/pt-BR/Default.aspx>
- O debate da redução da faixa envolve hoje interesses de segmentos de florestamento e celulose. Um exemplo é a empresa sueco-finlandesa Stora Enso, que adquiriu áreas localizadas na faixa de fronteira e depende de liberação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do aval para a exploração do Conselho de Defesa Nacional (CDN), que é responsável por aprovar projetos que estejam situados na faixa de 150 quilômetros.
- Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6634.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm)
- Disponível em [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=577998&filename=Parecer-CCJC-19-06-2008](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=577998&filename=Parecer-CCJC-19-06-2008)
- Projeto de Lei (PL) - denominação comum a todos projetos de lei que tramitam na casa, independentemente de sua origem (Câmara ou Senado).
 

Projeto de Lei da Câmara (PLC) - denominação que recebem os projetos de lei originários da Câmara dos Deputados, quando em tramitação no Senado Federal.

Projeto de Lei do Senado (PLS) - denominação dada a projetos de lei de autoria de senadores ou senadoras, quando em tramitação no Senado Federal.

Eliza Costa



Crianças indígenas moradoras da aldeia Novo Destino, às margens do rio Amônia

## AMAZÔNIA

### Identities móveis revelam a complexidade de direitos indígenas e extrativistas

As pessoas, para se socializar, precisam assumir várias facetas de acordo com a situação em que estão. O que dizer quando esta mudança não ocorre apenas no ambiente superficial dos papéis sociais, mas também se aprofundam e se complexificam a ponto de atingir a identidade de um sujeito?

A cientista social da Universidade Federal do Rio Grande (Furg) Eliza Costa esteve na 36ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), em outubro de 2012, para falar de sua pesquisa sobre conflitos entre indígenas e não indígenas na região do rio Amônia (afluente do alto Ju-

ruá, no Acre), onde vivem famílias descendentes dos Jaminawa, Ashaninka, Santa Rosa, Konibo, Tchama e Amoaca. A pesquisa explicita o que Eliza resumiu como “um jogo de identidades escolhidas” entre as partes envolvidas. Ela conta que, em 2002, com o crescimento da região, esses descendentes de indígenas decidiram reivindicar direitos a partir da união em torno da identidade Arara, o que culminou em conflitos já que, durante vários anos, eles compartilharam o território com famílias de não índios.

De acordo com a pesquisadora “o conflito tornou-se mais intenso porque, no momento da criação

da Terra Indígena Kampa do rio Amônia (na década de 1980) alguns desses mesmos descendentes não quiseram ser identificados como índios, preferindo viver na reserva extrativista ou posteriormente num projeto de assentamento, tal como outras famílias não indígenas. E, hoje essas famílias, apesar do histórico de convivência, poderão ser expulsas, o que tem ocasionado revoltas já que não consideram justo que outros que viveram de forma tão próxima tenham mais direitos que eles”. Neste caso, uma das razões para essa diferenciação, e a aparente diferenciação de direitos, é a própria legislação brasileira. Maria do Rosário Carvalho, antropóloga da Universidade Federal da Bahia (UFBA), lembra que indígenas contam com a Lei 6001/73, que está em vigor e prevê o Estatuto do Índio. “Então, eles partem do pressuposto de que terão benefícios mais assegurados, que saúde e território lhes serão garantidos, mas isso não é um mar de rosas – a exemplo do que está acontecendo com os índios Guarani no Mato Grosso do Sul.

Os antropólogos Augusto Postigo e Roberto Rezende, ambos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), também estudaram esses conflitos no alto Juruá. Eles ressaltam que o direito à terra, do lado dos indígenas, passava por sua identidade, atestada por laudos antropológicos. Já para os extrativistas, a concessão do direito ao uso do território era feita pelo Ibama, desde que houvesse o comprometimento para a sua preservação. Eles concluem que “enquanto os indígenas ficaram ‘protegidos’ pelo

Ministério da Justiça por seu direito originário vinculado a sua identidade étnica, os extrativistas firmaram compromisso com o Ministério do Meio Ambiente de manter uma Unidade de Conservação Nacional”, o que os leva os antropólogos a crer que “parece que quem não se identifica como índio e mora na floresta cai na vala comum e nebulosa de pequenos agricultores”.

**ESCOLHA DE IDENTIDADE** A situação em determinados casos é tão crítica que a obtenção de direitos como saúde e educação pode levá-los a escolher a identidade indígena mas depois desistir dela, e tem havido casos assim”, conta. Eliza Costa, no entanto, diz que essa questão sobre identidades não é de forma alguma somente po-

Roberto Rezende, Unicamp/ ICMBio



Lió, extrativista não-descendente indígena e coqueiro que plantou há cerca de 25 anos

lítica. Maria do Rosário concorda e acrescenta que trata-se de assumir uma identidade que durante anos foi suprimida, em decorrência de uma série de fatos históricos, e isso não tem caráter apenas instrumental, mas “há uma memória de pertencimento étnico indígena, que aflora em certos momentos, por vezes através de uma liderança com mais poder de mobilização e às vezes por causa das ocupações simultâneas”, afirma a antropóloga.

O possível choque que a mobilidade identitária pode provocar em não indígenas, mais ainda quando aparenta ser instrumental no sentido do uso político que dela pode ser feito na demarcação de territórios, vem em parte da imagem de “bom selvagem”, puro e inocente, que brasileiros não indígenas criam acerca dos índios, que substitui a imagem do indígena real – o que Alcida Ramos, antropóloga da Universidade de Brasília (UnB), considera como o “índio hiper-real”, já que a imagem que dele se projeta é “mais real” que a realidade. E isso tem um papel muito importante na delimitação dessas identidades: como conclui Maria do Rosário, “o Estado ainda parece precisar de uma imagem ‘pura’ ou hiper-real do que considera ‘ser indígena’ para elaborar suas políticas enquanto a realidade é bastante mais complexa do que isto” – e, a exemplo dos recentes conflitos que vêm ocorrendo no Mato Grosso do Sul (referente ao pedido de reconhecimento das terras por parte dos índios Guaraní-Kaiowá), é uma questão longe de uma solução.

Meghie Rodrigues

## RESENHA

### A trajetória etno-histórica de uma população indígena

Os Camba-Chiquitano tiveram sua identidade e história revelada e analisada pelo historiador Giovani José da Silva em seu livro *Identidades cambiantes: os Kamba na fronteira Brasil-Bolívia* (editora UFG), lançado em novembro passado. A obra, uma adaptação do doutorado defendido em 2009 pela mesma universidade, traz uma análise sobre o desenvolvimento etno-histórico das identidades de uma comunidade indígena localizada atualmente em Corumbá (MS). O autor procurou, através de fontes orais, resgatar a história das identidades assumidas pelos ancestrais Kamba, os Chiquitanos, por meio de fontes orais. Uma parcela desses indígenas viveu na fronteira Brasil-Bolívia durante a segunda metade do século XX. A diáspora dos ancestrais está intimamente ligada a mudanças dos espaços sociais urbanos que pressionaram aqueles que rejeitaram se submeter à servidão ou à “economia de contrabando” a buscar novas áreas. O autor se debruça sobre a percepção e o entendimento de como essa comunidade elaborou identidades e práticas culturais para viver e quais estratégias adotou para que lhe fosse garantida a sobrevivência física e cultural em uma região transnacional. Os Camba-Chiquitanos reconhecem sua própria alteridade e diferença, agregando valores positivos a estigmas que recaíram sobre o grupo.

Os grupos de pesquisa aqui publicados representam apenas alguns daqueles cadastrados nos diretórios de pesquisa do CNPq, alguns dos quais foram sugestão do coordenador deste Núcleo Temático

**NOME DO GRUPO**

LABORATÓRIO NOVA  
CARTOGRAFIA SOCIAL: PROCESSOS  
DE TERRITORIALIZAÇÃO,  
IDENTIDADES COLETIVAS E  
MOVIMENTOS SOCIAIS

**LÍDER DO GRUPO**

ALFREDO WAGNER BERNO  
DE ALMEIDA

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; ANTROPOLOGIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Identidades coletivas e direitos  
territoriais; Processos de  
territorialização e políticas de  
ordenamento territorial

**INSTITUIÇÃO**

UEA

**ENDEREÇO**

R. Djalma Batista, 3578 – Flores  
Manaus – AM  
CEP: 69058-807

**NOME DO GRUPO**

ESTUDOS DE FRONTEIRAS  
LATINO-AMERICANAS

**LÍDER DO GRUPO**

JOÃO IVO PUHL

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; HISTÓRIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Cultura e identidades; Educação  
interétnica; História e memórias  
da fronteira

**INSTITUIÇÃO**

Unema

**ENDEREÇO**

Av. São João s/nº, Cavalhada  
Cáceres – MT  
CEP: 78285-000

**NOME DO GRUPO**

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS  
TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA

**LÍDER DO GRUPO**

THEREZA CRISTINA CARDOSO  
MENEZES

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; ANTROPOLOGIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Cultura, representações e  
historiografia da Amazônia;  
Linguagens, poder e desigualdade  
social; Políticas indígenas,  
indigenismo e gestão territorial

**INSTITUIÇÃO**

Ufam

**ENDEREÇO**

R. José Paranaguá, 200, Centro  
Manaus – AM  
CEP: 69005-130

**NOME DO GRUPO**

GRUPO DE PESQUISA SOBRE  
IDENTIDADES COLETIVAS,  
CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E  
PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO

**LÍDER DO GRUPO**

CARMEN LÚCIA SILVA LIMA

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; ANTROPOLOGIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Conhecimentos tradicionais; Cultura  
e meio ambiente; Identidade,  
etnicidade e relações interétnicas;  
Patrimônio e memória

**INSTITUIÇÃO**

UFRR

**ENDEREÇO**

Av. Cap. Enê Garcêz, 2413  
Aeroporto – Boa Vista – RR  
CEP: 69304-000

**NOME DO GRUPO**

LABORATÓRIO DE ANTROPOLOGIA E  
FLORESTAS – AFLORA

**LÍDER DO GRUPO**

MARIANA CIAVATTA PANTOJA FRANCO

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; ANTROPOLOGIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Políticas públicas e gestão territorial;  
Socialidade, territorialidade e  
subjetivação

**INSTITUIÇÃO**

Ufac

**ENDEREÇO**

Rod. BR 364, Km 4, Distrito  
Industrial – Rio Branco – AC  
CEP: 69915-900

**NOME DO GRUPO**

GRUPO DE ESTUDO INTERDISCIPLINAR  
SOBRE FRONTEIRAS: PROCESSOS  
SOCIAIS E SIMBÓLICOS (GEIFRON)

**LÍDER DO GRUPO**

FRANCILENE DOS SANTOS RODRIGUES

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; SOCIOLOGIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Migração, cultura e identidade;  
Ordenamento territorial,  
desenvolvimento urbano e  
representações

**INSTITUIÇÃO**

UFRR

**ENDEREÇO**

Av. Cap. Enê Garcês, 2413  
Aeroporto – Boa Vista – RR  
CEP: 69304-000

**NOME DO GRUPO**

HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA  
EM FRONTEIRAS

**LÍDERES DO GRUPO**

GIOVANI JOSÉ DA SILVA; GUSTAVO  
VILLELA LIMA DA COSTA

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; ANTROPOLOGIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Coexistência, migrações e  
sociabilidade nas fronteiras;  
Populações indígenas em fronteiras

**INSTITUIÇÃO**

UFMS

**ENDEREÇO**

Rod. MS 134 Km 03  
Nova Andradina – MS  
CEP: 79750-000

**NOME DO GRUPO**

DINÂMICAS SOCIOCULTURAIS NA  
AMAZÔNIA: IDENTIDADES,  
TERRITORIALIDADES E RELAÇÕES  
INTERÉTNICAS

**LÍDERES DO GRUPO**

CLAUDIA LEONOR LÓPEZ GARCÉS;  
PASCALE DE ROBERT

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; ANTROPOLOGIA

**LINHA DE PESQUISA**

Fronteiras: territorialidades e  
identidades na Amazônia

**INSTITUIÇÃO**

MPEG

**ENDEREÇO**

Av. Perimetral, 1901  
Terra Firme – Belém – PA  
CEP: 66077-530

**NOME DO GRUPO**

GRUPO INTERDISCIPLINAR EM  
RACIONALIDADES, DESENVOLVIMENTO  
E FRONTEIRAS – GIRA

**LÍDER DO GRUPO**

CLAUDIA LUCIA BISAGGIO SOARES

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS;  
ECONOMIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Desenvolvimento rural e urbano,  
racionalidades e autonomia

**INSTITUIÇÃO**

Unila

**ENDEREÇO**

Av. Tancredo Neves, 673  
Foz do Iguaçu – PR – CEP: 85867-970

**NOME DO GRUPO**

ANTROPOLOGIA DAS FRONTEIRAS  
CONCEITUAIS

**LÍDERES DO GRUPO**

JOÃO DAL POZ NETO;  
ELIZABETH DE PAULA PISSOLATO

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; ANTROPOLOGIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Fronteiras porosas entre secular e  
sagrado; Novos conceitos indígenas;  
Sociedades complexas; Turismo,  
cultura e identidade

**INSTITUIÇÃO**

UFJF

**ENDEREÇO**

Campus Universitário  
Martelos – Juiz de Fora – MG  
CEP: 36036-330

**NOME DO GRUPO**

SOCIEDADE, TRABALHO E POLÍTICA  
EM ÁREAS DE FRONTEIRA

**LÍDERES DO GRUPO**

ADILSON JUNIOR ISHIHARA BRITO;  
CARLO MAURIZIO ROMANI

**ÁREA PREDOMINANTE**

CIÊNCIAS HUMANAS; HISTÓRIA

**LINHAS DE PESQUISA**

Fronteiras, movimentos migratórios e  
populações indígenas; Militares,  
sociedade e fronteiras

**INSTITUIÇÃO**

UFPA

**ENDEREÇO**

R. Leandro Ribeiro s/nº – Aldeia  
Bragança – PA  
CEP: 68370-000

## O TEMPO BIOLÓGICO E A DEFESA DO ORGANISMO: UMA CONVERSA BIDIRECIONAL ENTRE A GLÂNDULA PINEAL E O SISTEMA IMUNOLÓGICO

*Regina P. Markus  
Erika Cecon*

A evolução dos organismos de unicelulares a pluricelulares exigiu um alto grau organizacional, baseado principalmente na especialização de grupos de células em órgãos e tecidos. A sincronização entre as diferentes funções é essencial para que seja garantida a sobrevivência do todo. Tal sincronia não envolve somente uma organização espacial dos diferentes componentes, mas também uma organização temporal. Embora não percebamos a influência do tempo a maioria das atividades diárias, como acordar, dormir, alimentar-se, requerem uma refinada organização temporal. Esta organização permite que nosso organismo **antecipe** funções que acontecem mais ou menos no mesmo horário.

A regularidade dessas ações não é independente de nossa vontade. Existe um sistema de grande complexidade que regula a organização temporal de diversas funções biológicas permitindo um ajuste à alternância claro/escuro. O dia e a noite são os grandes regentes de nossas funções rítmicas e a alternância claro/escuro ambiental tem que ser traduzida em termos hormonais e neurais.

Uma importante pergunta respondida na segunda metade do século XX foi: **como cada célula do corpo sabe que é dia ou noite?** Para poder marcar o tempo, o nosso organis-

mo tem um relógio interno, o chamado relógio biológico, que cicla com um período de aproximadamente 24 horas. Este relógio é autônomo, mas deve ser sempre ajustado ao tempo real, isto é, ao tempo do planeta. O relógio biológico central corresponde a um grupo de neurônios localizados no hipotálamo, uma região do cérebro responsável pelo controle de funções vitais e autônomas, tais como a fome, sede, respiração, circulação do sangue, dentre outras. Esse grupo de neurônios é conhecido pelo nome de núcleo supraquiasmático (NSQ), denominação decorrente da localização dessas células logo acima do quiasma óptico.

As células do NSQ mantêm um ritmo de aproximadamente 24 horas mesmo quando colocadas em cultura – indicando que sua atividade rítmica é independente da informação temporal proveniente do meio ambiente. Portanto, para uma adaptação aos ritmos ambientais estas células são sincronizadas diariamente à informação de claro/escuro através de uma via sináptica que conecta a retina ao NSQ. No início do século XXI foi demonstrado que a retina tem um pigmento especial (melanopsina) localizado em neurônios que conectam a retina ao NSQ, e a percepção da luz por estes pigmentos ajusta o relógio cada vez que inicia-se um novo dia (1).

Sabendo como o relógio é reajustado, vamos rapidamente entender como esta informação é enviada para todo o organismo. Os NSQs conectam-se também por via neural com a glândula pineal – uma glândula em forma de pinho localizada na base do cérebro, que é ativada pelo escuro e produz um hormônio – **melatonina**. A melatonina cai rapidamente na circulação sanguínea, informando a todas as células do organismo: **ESTÁ ESCURO!** – por isso ela também é conhecida como o hormônio do escuro.

Muitos pesquisadores queriam entender o que fazia esse hormônio – e a controvérsia na literatura era grande. Nos

anos de 1950, alguns autores diziam que era um hormônio que inibia as gônadas (ovários e testículos), enquanto outros obtinham resultados contrários. Uns afirmavam que era um hormônio que facilitava a indução do sono, enquanto outros afirmavam o contrário! Essa controvérsia só foi resolvida quando ficou realmente confirmado que a função da melatonina era marcar o escuro – e, dessa forma, os experimentos feitos com animais noturnos, como os roedores, muito usados como modelos experimentais, indicavam que a melatonina favorecia a atividade, enquanto que os feitos com humanos indicavam que esse hormônio favorecia o sono. Assim, independentemente do que o organismo está programado para fazer nessa fase de escuro (entrar em atividade ou em repouso), a melatonina é a responsável por essa informação ambiental. Quanto à reprodução, há sempre o objetivo das crias nascerem no final da primavera ou no início do verão, época com mais fartura de alimentos e com temperaturas mais adequadas para a sobrevivência do recém-nascido. Como durante as noites longas de inverno há maior produção de melatonina, há uma involução das gônadas dos animais com curto período de gestação, pois estes devem copular no início da primavera, quando os dias começam a ficar mais longos e as noites mais curtas. O inverso ocorre com os animais que precisam de longos períodos de gestação. Russel Reiter, em um artigo seminal, introduz o conceito que a melatonina informa as horas e as estações do ano para todo o organismo (1).

**QUANDO O CORPO DEIXA DE PERCEBER O DIA E A NOITE** Existem algumas situações em que o ajuste entre os ritmos internos e a informação luminosa ambiental parece falhar – são aqueles dias em que nos sentimos doentes. Em uma gripe, por exemplo, sentimos dor generalizada no corpo, não temos muita energia para realizar tarefas, sentimos sonolência durante o dia mas temos dificuldade de conciliar o sono à noite. Esse conjunto de sensações é denominado “comportamento doentio”. Nesta condição o organismo perde a capacidade de ser regulado pela alternância dia/noite, e a principal informação que regula as funções biológicas passa a ser proveniente de seu sistema imunológico ativado.

A compreensão de como a percepção do meio interno pode afetar a percepção do mundo externo tem sido buscada por nosso grupo nos últimos 20 anos e, recentemente, foi possível determinar os mecanismos moleculares, celulares e orgânicos que mostram que a glândula pineal pode

ser controlada pelo estado de higidez orgânica (quando se está saudável, mas com diferentes propensões para entrar em estado patológico).

#### **ENVOLVIMENTO DA GLÂNDULA PINEAL NA DEFESA DO ORGANISMO**

Indícios de que a glândula pineal estaria relacionada de alguma forma com o sistema imune foram notados já na década de 1970, durante os primeiros experimentos em busca da função da pineal. Animais que haviam passado por procedimento cirúrgico para retirada da glândula pineal foram acompanhados por todo seu desenvolvimento e, dentre as alterações observadas, apresentaram aceleração na involução do timo, órgão do sistema imune relacionado com a maturação de linfócitos. A partir da década de 1990, muitos estudos demonstraram que a melatonina podia atuar como um anti-inflamatório, mas havia grandes dúvidas se esta era uma função do hormônio da pineal ou uma propriedade da molécula (melatonina) quando administrada ao organismo em grandes concentrações. De fato, a quantidade de melatonina descrita para ter um efeito anti-inflamatório era cerca de 10 mil vezes maior que a máxima obtida no sangue. Mesmo não sendo uma ação hormonal da melatonina, sua propriedade anti-inflamatória continua sendo estudada até hoje com o intuito de buscar novos fármacos para aplicação em doenças inflamatórias (2).

Outro achado interessante foi feito pelo grupo do psicólogo Rand Nelson, da Universidade de Ohio (3), que verificou que a imunidade era diferente no inverno e verão, mostrando que no inverno muito mais energia é dirigida para os mecanismos de defesa do que no verão. No entanto, a conexão entre esses efeitos e o aumento de melatonina nas noites longas de inverno não eram tão evidentes como o que descrevemos acima para a reprodução. Os pesquisadores não obtinham resultados que fossem de fácil reprodução e que permitiriam comprovar que o hormônio do escuro, produzido pela glândula pineal, teria um papel relevante no controle das respostas de defesa.

Uma das mudanças conceituais importantes foi considerar que a melatonina poderia ter duas ações, uma **cronobiótica** (hormônio do escuro) e outra independente de ritmos e que poderia ser obtida quando essa molécula era administrada como um fármaco (4). Dentre as ações cronobióticas, podemos citar não só o ajuste do ritmo de sono e vigília, mas também o ajuste de diversos outros ritmos como o de temperatura, de reprodução, e o de liberação de alguns

hormônios e citocinas (mediadores do sistema imunológico). Com relação aos efeitos não-cronobióticos da melatonina, merece destaque sua participação como moduladora de diversos aspectos do sistema imunológico, tais como na proliferação das células imunológicas e na indução da produção de citocinas, e seu papel como antioxidante, um dos aspectos mais focados atualmente nos estudos da melatonina. A molécula é capaz de reagir diretamente com radicais livres, neutralizando-os, além de induzir a expressão de enzimas envolvidas nos processos antioxidantes.

Como os efeitos não-cronobióticos da melatonina eram observados com concentrações bem acima daquela liberada na corrente sanguínea durante a noite, restava saber se tais concentrações poderiam ser encontradas no organismo em alguma situação que não envolvesse administração de melatonina exógena. A constatação de que há produção de melatonina em outros órgãos que não a pineal, em determinadas condições, lançou nova luz ao entendimento dos diferentes aspectos dessa molécula tão versátil. Entretanto, a compreensão do papel da melatonina no âmbito organizacional, considerando seus diferentes papéis, locais e condições de produção, ainda está em sua fase inicial.

Os primeiros estudos de nosso grupo estavam focados no efeito da melatonina como agente anti-inflamatório (4-7). A resposta inflamatória é caracterizada, de forma geral, pelos seguintes sinais: dor, calor, rubor e tumor. A dor é decorrente da própria lesão ou agressão sofrida e também por algumas substâncias liberadas no local; o calor é devido ao aumento na irrigação sanguínea no local, o que também resulta no rubor; já o tumor é decorrente de aumento na permeabilidade vascular, de modo que células do sistema imune e líquido migram para o tecido lesionado. Ao induzir uma lesão na pata de camundongos, foi observado que o inchaço da pata apresentava uma ritmicidade, estando mais inchada durante o claro e menos inchada durante o escuro. A retirada da glândula pineal fez com que esse ritmo desaparecesse, indicando que a melatonina estaria impondo esse ritmo na lesão. Posteriormente, foram demonstradas as bases moleculares desse efeito da melatonina. Analisando ação hormonal da melatonina sobre células endoteliais, as células que revestem os vasos sanguíneos, observou-se que a melatonina inibe a permeabilidade dessa camada celular, impedindo que as células do sistema imunológico migrem da corrente sanguínea ao tecido lesionado. Assim, na presença do hormônio, ou seja, na fase de escuro ambiental, essa permeabilidade está inibi-

da, o que está de acordo com a observação de que o inchaço na pata dos camundongos é menor durante a noite.

Tornou-se intrigante, porém, o fato de que animais de hábito noturno poderiam ter sua resposta imunológica prejudicada pela melatonina justamente no período em que estão ativos e expostos a infecções. Isso nos levou, então, a investigar como a glândula pineal responde a mediadores inflamatórios.

**MELATONINA E A DEFESA DO ORGANISMO** A exposição da glândula pineal a padrões moleculares associados a patógenos (Pamps, sigla do inglês), tais como o lipopolissacarídeo (LPS) presente na membrana de bactérias, resulta em bloqueio da expressão da enzima chave para a síntese de melatonina. O mecanismo de ação responsável por esse bloqueio envolve a ativação de receptores de membrana para Pamps e a ativação de um fator de transcrição, conhecido como NF- $\kappa$ B, que regula a expressão de um pacote de genes responsáveis pela montagem da primeira resposta de defesa do organismo.

O bloqueio da produção noturna de melatonina tem duas importantes consequências. A primeira é permitir uma eficiente migração de células de defesa do sangue para o local injuriado – e a segunda é deixar de informar ao organismo o ciclo de iluminação ambiental e permitir que este se concentre de forma integral no processo de eliminação do patógeno (6).

Como sabemos, a biologia é muito complexa e os mecanismos moleculares são processos altamente modulados pelo ambiente em que são desencadeados. Este conceito genérico é verdadeiro no que tange o controle da produção de melatonina. Muito já é conhecido sobre o efeito de Pamps sobre células do sistema imunológico, em especial sobre macrófagos – células responsáveis por “capturar” e matar micróbios e agentes patogênicos em geral. Estas células normalmente não produzem melatonina. Entretanto, foi verificado que a ativação dessas células por Pamps leva à expressão da enzima chave na síntese de melatonina, resultando em produção local de melatonina pelos macrófagos. Por ser uma produção restrita em um local compartimentalizado (no tecido que está sofrendo a lesão), as concentrações de melatonina produzida por essas células chega a ser centenas de vezes maior do que a encontrada na corrente sanguínea no pico noturno. Conforme comentado anteriormente, a melatonina em altas concentrações exerce funções não-cronobióticas e que são muito relevantes na resolução do quadro inflamatório.

**RESTAURAÇÃO DA PRODUÇÃO DE MELATONINA PELA PINEAL** Através de experimentos com as células do sistema imunológico que fazem fagocitose e produzem melatonina (macrófagos), constatou-se que há produção apenas na presença de um agente patogênico (ex: bactéria, fungos). Após a morte do agressor, a produção de melatonina cessa.

A questão final para fechar o ciclo desencadeado pelo agente agressor é a restauração da produção hormonal da glândula pineal. Interessantemente, isso é realizado com o auxílio do próprio sistema imunológico. Entre as substâncias produzidas na fase de recuperação, estão os hormônios anti-inflamatórios da glândula adrenal – os glicocorticóides. Nosso laboratório mostrou que na glândula pineal esses hormônios inibem o fator de transcrição NF-kB, permitindo que novamente o escuro possa induzir a expressão da enzima chave na síntese de melatonina. Esse ciclo da influência de patógenos sobre a produção pineal e extra-pineal de melatonina foi denominado de **eixo imune-pineal**.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** A proposta da existência de um eixo imune-pineal cria um novo paradigma para o entendimento da biologia do tempo e também esclarece várias controvérsias sobre as funções da melatonina.

De acordo com os estudos acima descritos, a melatonina endógena além de ter uma função cronobiótica também atua de forma independente da alternância claro/escuro. O novo paradigma criado pela proposta do eixo imune-pineal implica que organismos atacados agudamente perdem a noção do dia e da noite. Do ponto de vista clínico, é bem conhecido o chamado “comportamento doentio”, que envolve uma incapacidade de coordenar horários para vigília e para repouso. À noite, é difícil conciliar o sono e, durante o dia, há uma vontade contínua de dormir. A falta da produção de melatonina induzida pela ativação do eixo imune-pineal poderia ser uma das causas desse “comportamento doentio”. A ativação do eixo imune-pineal é um processo que permite uma melhor defesa do organismo e deve passar a ser considerada como parte integrante da resposta imune-inata de mamíferos. Essa ativação compreende um ciclo completo que se inicia com a perda da sinalização do escuro, a resolução do fator que gerou essa resposta e a volta à produção noturna de melatonina. A questão que se impõe é o que ocorre quando esse ciclo não é completo. Apesar de ainda não serem conhecidas alterações específicas resultantes da falta de produção de melatonina noturna, certamente esses su-

jeitos não estarão vivendo em situação fisiológica apropriada. Uma das formas que temos para entender o resultado dessa falta hormonal é buscar doenças em que essa perda ocorra de forma sistemática. Um exemplo são os pacientes com doença de Alzheimer (8), que não apresentam ritmo diário de melatonina e que, quando tratados com este hormônio, apresentam um retardo na progressão da doença. Em suma, a glândula é capaz de responder não apenas ao ciclo claro/escuro ambiental, mas também é um sensor de agentes patogênicos. O paradigma do eixo imune-pineal inicia uma nova fase no entendimento da relação entre o tempo biológico e a defesa de nosso organismo. A incapacidade do organismo em sincronizar suas atividades ao meio ambiente deve gerar condições favoráveis ao estabelecimento de patologias.

**Regina P. Markus** é biomédica, doutora e livre docente em farmacologia, professora titular do Departamento de Fisiologia do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (IB-USP); Email: rmarkus@usp.br.

**Erika Cecon** é bióloga, mestre em fisiologia pelo Departamento de Fisiologia do IB-USP; Email: erika.cecon@usp.br.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Reiter, R.J. – “The melatonin rhythm: both a clock and a calendar”. *Experientia* Vol.49, no.8, pp.654-664, 1993.
2. Mauriz, J.L.; Collado, P.S.; Veneroso, C.; Reiter, R.J.; González-Gallego, J. – “A review of the molecular aspects of melatonin's anti-inflammatory actions: recent insights and new perspectives”. *J Pineal Res.* 2012 may 31. [Epub ahead of print]
3. Walton, J.C.; Weil Z.M.; Nelson R.J. “Influence of photoperiod on hormones, behavior, and immune function”. *Front Neuroendocrinol.* Vol.32, pp.303-319, 2011.
4. Cecon E. and Markus R.P. “Relevance of the chronobiological and non-chronobiological actions of melatonin for enhancing therapeutic efficacy in neurodegenerative disorders”. *Endocrine, Metabolic & Immune Drug Discovery* Vol.5, no.2, pp. 91-99, 2011.
5. Markus R.P.; Ferreira Z.S.; Fernandes P.A.; Cecon E. – “The immune-pineal axis: a shuttle between endocrine and paracrine melatonin sources”. *Neuroimmunomodulation.* Vol.14, pp.126-133, 2007.
6. Markus R.P. and Ferreira Z.S. – “The immune-pineal axis: the role of pineal and extra-pineal melatonin in modulating inflammation”. *Advances in Neuroimmunobiology,* Vol.1, pp. 95-104, 2011.
7. Fernandes P.A.C.M. and Markus, R.P. – “Melatonin and inflammation – the role of the immune-pineal axis and the sympathetic tonus”. In: *Melatonin in promotion of health.* Edited by Watson RR – Published by Taylor and Francis, 2011.
8. Markus, R.P.; Silva, C.L.M.; Franco, D.G.; Barbosa, E.M. & Ferreira, Z.S. “Is melatonin modulation of nicotinic acetylcholine receptors a relevant fact for the therapy with cholinergic drugs?”. *Pharmacology & Therapeutics,* Vol.126, pp.251-262, 2010.



Fotos de obras de Aleijadinho feitas por Coppola. Detalhe do lavabo da sacristia da Ordem Terceira de São Francisco de Ouro Preto (esq.), representando uma alegoria da ordem franciscana, e detalhe da figura de São João (dir.) da cena do Cristo no Horto das Oliveiras dos Passos da Paixão de Congonhas

## FOTOGRAFIA

# OBRA DE HORACIO COPPOLA EVIDENCIA O DIÁLOGO ENTRE O MODERNISMO BRASILEIRO E O ARGENTINO

Um conjunto de extraordinárias fotografias de obras de Aleijadinho, realizadas por um dos maiores fotógrafos argentinos, Horacio Coppola, e adquiridas recentemente pelo Instituto Moreira Salles (IMS), vem sugerir mais uma vez a grande relevância do diálogo entre modernismo brasileiro e argentino no século XX. O acervo, depois de uma temporada em São Paulo, encontra-se exposto na Casa da Cultura de Poços de Caldas (MG) até 17 de março de 2013. O argentino Coppola, nascido em 1906, e falecido aos 106 anos, em maio de 2012, é uma figura central da história da fotografia latino-ame-

ricana. Em 1932-1933 frequentou os cursos de fotografia de Walter Peterhans, na Bauhaus de Dessau. As obras do mestre alemão lhe revelaram uma forma de arte, processo de pormenores precisos, refinado jogo de tons de luz, de sugestivos contrastes entre superfícies e texturas dos diversos materiais. Nos cursos de Peterhans, conheceria Grete Stern, com quem se casaria em Londres em 1935. Coppola formaria com a grande fotógrafa alemã um sodalício na vida e na arte que duraria até 1944. De 1934 a 1935, vivendo entre Paris e Londres, ele entrou no círculo do crítico Christian Zervos, editor da

revista *Cahiers d'art*, que apresentava estudos que se estendiam em um amplo leque de temas, da arte pré-histórica até a contemporânea, destacando-se pela originalidade e a qualidade da apresentação gráfica e do material ilustrativo. Zervos, também marchand e galerista, frequentava muitos dos artistas mais importantes da vanguarda parisiense, Henri Matisse, Georges Braque, Ferdinand Léger e, sobretudo, Pablo Picasso. Ainda que privilegiando o estudo da arte moderna, Zervos publicaria algumas monografias sobre a arte das civilizações antigas. Para um desses textos, dedicado à arte da Mesopotâmia, Coppola realizou as ilustrações fotográficas, que receberam elogios do escultor Henry Moore. Com tais experiências, Coppola retornou à Argentina com a esposa, em 1935. O renovado anseio de busca das identidades nacionais na América Latina das décadas de 1930 e 1940 provocou, também, uma retomada do estudo do patrimônio arqueológico, histórico e artístico local. Os próprios círculos modernistas fomentaram esses interesses, tanto no Brasil como na Argentina. As primeiras menções ao Aleijadinho na Argentina encontram-se na revista

modernista *Sur*. No número inaugural de 1931, Coppola publicou seu primeiro ensaio fotográfico importante, *Siete temas. Buenos Aires*. Cabe destacar o precoce interesse pela obra de Aleijadinho por parte de uma das mais importantes figuras da crítica de arte do modernismo argentino, o arquiteto Angel Guido, que dedicaria ao escultor mineiro um artigo (“El Aleijadinho”, *La Prensa*, Buenos Aires, 11 de janeiro de 1931) sucessivamente ampliado em inglês (“O Aleijadinho: the little cripple of Minas Gerais”, *Bulletin of the Pan-american Union*, vol. 65, no. 8, 1931). Guido via no artista brasileiro o enxerto da antiga cultura ameríndia naquela europeia, do qual brotaria a arte moderna latino-americana, uma perspectiva não distante daquela dos escritos de Mário de Andrade.

Na Argentina, a partir de 1939, inicia a publicação dos *Documentos de Arte Argentino* por iniciativa de Mario Buschiazzo, e da Academia Nacional de Bellas Artes, ilustrados, em muitos casos, por fotografias do alemão Hans Mann, autor, em 1958, de um livro sobre os profetas do Aleijadinho em Congonhas.

Em 1944, foi publicado, na revista *Lyra* um artigo de Ramón Gómez de la Serna dedicado ao escultor mineiro e uma pequena monografia do brasileiro Newton Freitas Coutinho. No Brasil são os anos do projeto de Mário de Andrade para um órgão público de tutela do patrimônio cultural e, sucessivamente da criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), por iniciativa de Rodrigo Melo Franco de Andrade, com a colaboração do próprio Mário, do poeta

Manoel Bandeira, de Affonso Arinos de Melo Franco, de Sérgio Buarque de Holanda e de Lúcio Costa.

Sabemos pelos estudos de Jorge Schwarcz que, já em 1931, a caminho da Europa, Coppola havia passado pelo Rio de Janeiro e Salvador, travando amizade com Manoel Bandeira e, talvez através dele, com Mário de Andrade e outros artistas do movimento modernista brasileiro. A correspondência entre Newton Freitas e Mário de Andrade, conservada no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, documenta o papel de Freitas e da esposa, Lidia Besouchet, na divulgação da cultura brasileira, e particularmente da obra literária de Mário: é Freitas quem cuida da tradução ao espanhol de *Macunaíma*, ilustrada por Caribé, terminada em 1944. Ainda Freitas promove, na mesma época, a publicação em Buenos Aires da tradução dos ensaios *Aleijadinho e Álvares de Azevedo* e de um texto sobre a pintura de Portinari. Mário de Andrade, em resposta, escreve o prefácio para a obra de Freitas, *Ensaios americanos?*, de 1945. O exemplar do livro de Newton Freitas, *El Aleijadinho. Antonio Francisco Lisboa*, que está no acervo do Instituto de Estudos Brasileiros, procedente da biblioteca de Mário de Andrade, tem dedicatória ao escritor paulista. O texto abre-se com uma extensa citação do *Guia de Ouro Preto* de Manuel Bandeira, de 1938, e se encerra com uma citação muito significativa do ensaio de Mário de Andrade sobre o escultor.

Não surpreende, portanto, que também Horacio Coppola, instigado pelo interesse modernista nas origens da arte americana, depois de publi-

car, em 1943, dois cadernos sobre a arte das culturas pré-colombianas da costa setentrional e central do Peru, viajasse a Minas ao encontro do barroco mestiço do Brasil colonial.

Tais antecedentes esclarecem melhor o significado do trabalho fotográfico realizado por Coppola em Minas Gerais, que resultou numa exposição em Buenos Aires, e no livro *Esculturas de O Aleijadinho*, de 1955, contendo uma seleção de cerca de 65 fotografias e 3 poemas do espanhol Lorenzo Varela significativamente intitulados: *A lenda, Ao cedro de suas talhas, Epitáfio e balada da pedra dulce de suas estátuas, Ao fotógrafo*.

Coppola compreendeu o caráter decorativo intrínseco à poética do escultor brasileiro, que transcende a verossimilhança, utilizando as características dos materiais e das técnicas para criar uma percepção emotiva do espaço. Na obra de Aleijadinho, arquitetura, escultura e pintura integram-se para produzir uma épica monumental e popular ao mesmo tempo, traduzindo de forma única os peculiares valores religiosos e sociais da cultura mestiça do Brasil colonial. Coppola acompanha a evolução no tempo dessa concepção formal. Na igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto, a irrupção vigorosa e dinâmica da escultura ornamental do portal no tímpano, quebra violentamente o ritmo solene dos planos, marcando o começo dessa original poética decorativa. Seguem o conjunto da capela-mor, os púlpitos e o lavabo da sacristia do mesmo templo, os relevos da fachada e do púlpito da igreja de Nossa Senhora do Carmo de Sabará, aqueles do portal da fachada e do altar de São João da igreja de Nos-

sa Senhora do Carmo de Ouro Preto, até culminar no majestoso Coro dos Profetas e nos dramáticos Passos da Paixão de Congonhas do Campo.

O esmero do trabalho de interpretação de Coppola, através da escolha de cada detalhe, é registrado no seu extraordinário diário de trabalho, também adquirido pelo IMS. Ele parece explorar todas as possibilidades da iluminação, sobretudo, nos conjuntos de Congonhas. A foto da grande escadaria do santuário com as estátuas dos profetas de costas, projetando suas sombras na contraluz, reduzindo as figuras a puras silhuetas, destaca seu valor ornamental em diálogo com as elegantes curvas da arquitetura, em contraste ao tosco casario e ao empedrado que a circunda.

Por contraste, nos detalhes dos rostos dos personagens, isolados sobre um fundo neutro, enquadrados de vários ângulos, a luz revela todos os pormenores da matéria, como se fossem parte da própria intenção expressiva. Um exemplo é a tragédia da Paixão de Cristo na série de detalhes do rosto do Redentor nas diversas cenas. Os atores imóveis do eterno espetáculo sacro impelem o espectador para compartilhar seus sentimentos.

Nas belas palavras do poeta Lorenzo Varela, pelos olhos do fotógrafo volta para nós o tempo que se foi e o tempo que não passa: na perene fixidade das pedras e das talhas do Aleijadinho, Coppola redescobre a vida e os anseios da época que as esculpiu, por virtude da luz.

*Luciano Migliaccio  
é historiador da arte, professor da  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
da Universidade de São Paulo (USP).*

## TEATRO

### O EFÊMERO ETERNIZADO PELOS NOVOS REGISTROS ELETRÔNICOS

Diversas artes são caracterizadas pelo efêmero. Elas têm local e hora para acontecer. Passada essa janela de tempo e espaço elas deixam de ser a expressão artística na sua forma pura, restando, entretanto, registros e vestígios dessas artes efêmeras que são os espetáculos de dança, de música, *happenings* e de teatro. Porém, aos poucos, esses vestígios estão se popularizando com o uso de recursos que permitem o registro em formatos mais duradouros. Esses registros, apesar de não serem a arte em si, servem para popularizar e democratizar os espetáculos, engajam novos públicos (principalmente os mais jovens) e, no caso do teatro, servem até mesmo para a formação de novos atores, diretores e técnicos, e, inclusive, para que as companhias – de teatro, dança e música – consigam, eventualmente, algum suporte financeiro durante os intervalos entre os espetáculos que saem e entram em cartaz.

“O teatro é caracterizado pelo instante. Cada apresentação tem características diferentes, pois a interação entre os atores e a plateia é única. Cada apresentação é quase um novo espetáculo. Além do momento,

o espaço do palco é singular, imprime suas peculiaridades nesse tipo de arte, que vai desde a movimentação dos atores, a ênfase nas falas, e mesmo na construção da espacialidade determinada pelas luzes, sombras e objetos em cena”, explica Tallita Freitas, pesquisadora do Núcleo de Estudo em História Social da Arte e da Cultura (NEHAC) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Filmar um espetáculo não é criar algo totalmente novo, pois usa a base teatral para compor um objeto híbrido. Mas não é nem teatro nem televisão. Os formatos desse tipo de material vêm se modificando para tentar chegar a uma espécie de objeto midiático que seja mais que um registro, pura e simplesmente, e passe a ser um material de acesso ao teatro, mas com qualidades próprias. “A câmera fixa, que simplesmente registrava o palco em um enquadramento amplo era o formato mais comum até pouco menos de 10 anos atrás quando novas experiências começaram a ser testadas”, aponta Tallita. “No Brasil, um dos primeiros materiais com essa característica mais dinâmica é o espetáculo *7 minutos* de Antônio Fagundes. No registro em vídeo dessa peça já há elementos da estética televisiva de forma mais perceptível. Há cortes, edição e um trabalho de composição mais refinado”, diz a pesquisadora.

“Na verdade, pouco tempo antes do projeto com Fagundes, adaptei um outro espetáculo de Antunes Filho para o formato de vídeo. A diferença foi que o diretor, nesse caso, me deixou completamente livre para fazer as adaptações necessárias. A conver-

sas foram mais focadas com o elenco, que já tinha uma grande noção de que seria um processo diferente. O projeto com Antônio Fagundes, entretanto, foi mais complexo do ponto de vista do produto final e do objetivo e passou por reuniões com os atores e diretor para definição da produção. E havia um objetivo claro de lançar o produto pela ‘Globo Marcas’ na época, ou seja, havia um apelo comercial claro”, relata Antônio Carlos Rebelo, diretor de televisão e uma das referências na área sobre o assunto.

**TELETEATRO** Rebelo, aliás, é um dos precursores desse tipo de registro do efêmero no Brasil. Diretor da TV Cultura de São Paulo, foi responsável pelo *Teleteatro*, da emissora. No modelo tradicional, o programa partia de planos amplos, valorizando o espaço do palco. A TV Cultura também foi uma das primeiras a registrar espetáculos de dança e apresentações de música erudita.

“Na minha concepção a televisão tem que ter essa função educativa também. As novelas no país têm qualidade incomparável no cenário internacional. Mas trazer novos formatos para o público é importante. Esse público que assiste TV acaba tendo contato com o teatro e o movimento que se espera é que eles descubram algo novo e procurem ir ao teatro para conhecer essa expressão artística. A diferença está principalmente na maior complexidade – de

textos, de intenções e atuações, por exemplo – que o teatro oferece”, explica Rebelo.

**PRECONCEITO E ACEITAÇÃO** O registro em vídeo e sua readequação à linguagem televisiva ainda não é unanimidade. Parte dos diretores e atores ainda veem com reticência o processo. “Durante a minha pesquisa, por volta de 2007, a ideia geral era de que esse tipo de produto – ou subproduto – não era



Cleston Teixeira/Cennarium

Filmar peças teatrais é uma forma de registrar e divulgar os espetáculos.

algo interessante para aqueles que trabalhavam com o teatro. Muitos afirmavam que era o tipo de relação ‘parasitária’, que esse tipo de produção roubaria o público do teatro. Cinco anos depois tenho a impressão que há uma menor rejeição do registro e comercialização do teatro adaptado para o vídeo. Mas isso talvez porque as iniciativas são recentes no país”, observa Tallita.

“Na França, EUA e Japão esse tipo de produção é muito bem aceita. Registros de ópera, por exemplo, são facilmente encontrados nesses

mercados. Mesmo no Brasil há um público que já está acostumado e procura esse tipo específico de produto”, completa. “Aqui os espetáculos que têm maior aceitação do público amplo são as comédias. O *Terça Insana* foi um relativo sucesso comercial. Agora novos gêneros parecem ganhar maior atenção”.

“Na França, onde fiz intercâmbio profissional, em meados da década de 1970, já havia o interesse por registros de teatro em vídeo. Eles

entendiam que era uma forma de educar e formar público. No Brasil, além da TV Cultura, o Sesc tem um grande trabalho nessa linha. Em um trabalho recente chegamos a captar mais de 300 horas de espetáculos de dança para o acervo do Sesc, algo importante como registro histórico, mas que atinge também as pessoas que não tiveram acesso à apresentação *in loco*”, diz Rebelo que trabalha agora em

outro projeto ambicioso para o Ministério da Cultura: fazer o registro e editar em moldes televisivos uma série de 10 peças teatrais para serem exibidas na televisão.

**INDO AONDE NÃO HÁ TEATRO** O que se pode dizer é que esse novo formato venceu a resistência inicial dos diretores e atores e, aos poucos, o público também passa a se familiarizar com esse tipo de produto. E a tecnologia avança para atrair cada vez mais pessoas interessadas dos dois lados da questão. Se o registro em

vídeo e a comercialização já não são novidades, outros canais de distribuição também ganham destaque.

**CENNARIUM.COM** Um deles é a internet que, com opções de maiores velocidades e equipamentos de acesso – como computadores, tablets e smartphones – cada vez mais baratos, também entra na equação de popularização do teatro em vídeo. Já há portais se especializando em distribuir os vídeos de peças teatrais gravadas no formato *streaming*, onde os espectadores assistem *on line* aos espetáculos. E, ao invés de comprar ou alugar um DVD, elas podem pagar uma mensalidade e assistir a um número pré-programado de peças.

“A ideia é complementar esse processo da distribuição dos vídeos de teatro. O público que se interessa por esse tipo de produto muitas vezes não tem outra opção para assistir as peças. No Brasil nem toda cidade tem um teatro, por exemplo. Então é importante que esses indivíduos tenham opções, tanto para formação do público, como para a formação dos atores, que podem assistir produções profissionais”, afirma Cleston Teixeira, diretor de

conteúdo de um desses serviços, o *cennarium.com*.

De acordo com Teixeira, passada a resistência inicial, as companhias de teatro viram nesse tipo de iniciativa uma ótima oportunidade de divulgar seu trabalho para centros urbanos que ficam longe dos mercados tradicionais. “É uma forma de democratizar as produções teatrais e chega a dar algum retorno financeiro, para companhias que podem ficar meses sem um espetáculo enquanto montam a próxima peça. Nesse meio tempo as peças gravadas servem tanto como material promocional como fonte de algum recurso”, explica.

Há também outros modelos se consolidando paralelamente a tudo isso, como os impulsionados por demandas educativas que chegam às companhias teatrais e que fazem surgir espetáculos direcionados – como adaptações de obras de literatura – que são captados em vídeo e comercializados para as escolas através da internet, por exemplo. “Além do retorno econômico captado junto ao público, a outra forma de fomento tradicional das companhias de teatro eram os incentivos de programas governamentais. Com essas novas opções proporcionadas pelas tecnologias, há outras formas dessas companhias – e isso inclui diretores, atores, técnicos e outros profissionais envolvidos – se manterem de diversas outras formas”, pondera Teixeira.

## CINEMA

### QUANDO A REALIDADE PARECE FICÇÃO, É HORA DE FAZER *MOCKUMENTARY*

“Quando a realidade parece ficção, é hora de fazer documentários.” Esse slogan da TV Brasil para o programa *DOC TV*, resume um pouco do espírito renascentista do cinema documentário nos últimos 20 anos. Na esteira dessa efervescência documentarista mundial, um gênero específico tem animado cineastas independentes e, também, produções de maior orçamento. Trata-se de uma espécie de “filho bastardo” do documentário e da ficção, um híbrido muitas vezes renegado entre os estudos mais puristas. Falamos do *mockumentary*, *fake documentary* ou, em português, pseudodocumentário: uma obra de ficção enunciada de forma a emular um filme documentário.

*Mockumentaries* são muito mais comuns do que imaginamos. Muitas vezes, o espectador mais desavisado mal se dá conta deles. Os *mockumentaries* circulam pelos mais variados canais de comunicação: rádio, TV, cinema e, atualmente, internet. Assim como a tecnologia digital beneficiou o cinema documentário, *web* e câmeras superportáteis também ajudam a produzir *mockumentaries*. O gênero tem an-



Cena da peça *Tem francesa no morro*

Enio Rodrigo Barbosa



Imagens: Divulgação

Cena de *Sleep dealer* (2009), filme de ficção em longa-metragem (esq.) e o curta *Why cybraceros?* (1997), obras de Alex Rivera

tecedentes célebres, como a adaptação para o rádio do romance *A guerra dos mundos*, de H. G. Wells (1939), sob a batuta do gênio Orson Welles, além de puros exemplares de prestígio, como *Zelig* (1983), de Woody Allen, ou o *cult movie* *This is spinal tap* (1984), filme de Rob Reiner (no papel do documentarista Marty DiBergi) que relata a trajetória estelar de uma banda fictícia. Vários filmes independentes, de baixíssimo orçamento, optam pela estratégia “mockumentária”, obtendo repercussões inesperadas. Na era da internet, o fenômeno se intensifica. *The blair witch project* (1999), de Daniel Myrick e Eduardo Sánchez, é outro exemplo célebre de *mockumentary* de ampla repercussão. A partir dele, a própria indústria do cinema retoma o interesse por esse gênero “maldito”, lançando filmes como *Contatos de 4º grau* (2009), de Olatunde Osunsami, ou *Apollo 18* (2011), de Gonzalo López-Gallego. O espanhol *Rec* (2007), de Jaume Balagueró e Paco Plaza, assim como

o *disaster movie* *Cloverfield* (2008), de Matt Reeves, também têm lá suas afinidades com o atraente campo do “mockumentário”.

É bom salientar, porém, que *mockumentaries* não são obrigatoriamente irônicos, debochados, satíricos ou paródicos. Podem ser absolutamente cínicos e melancólicos – por vezes combinam-se muito bem ao *thriller* e ao cinema de horror. Mesmo o drama baseado em fatos reais já recorreu ao método “mockumentário”, como *No lies* (1973), de Mitchell Block, curta-metragem extremamente perturbador, no qual uma atriz representa uma mulher que fora estuprada. O roteiro foi baseado em gravações de mulheres estupradas de fato, entrevistas obtidas nos arquivos da polícia.

**FALANDO DO APARTHEID** Quem assistiu a *Distrito 9* (2009), de Neill Blomkamp, conheceu um bom exemplo de filme contemporâneo de longa-metragem, de produção bem cuidada, alinhado à tradição dos *mockumentaries*. Ele expande um

dos *mockumentaries* mais genuínos e criativos dos últimos anos, *Alive in Joburg* (2006), do mesmo diretor sul-africano. Com recurso à retórica e prosódia típicas do cinema documentário, *Alive in Joburg* relata uma situação de contatos imediatos de 3º grau em Johannesburg, África do Sul, em que os habitantes da cidade se veem às voltas com a incômoda presença de alienígenas, os quais não tardam a ser discriminados – uma metáfora do *apartheid*. Para realizar *Alive in Joburg*, Blomkamp recorreu a uma estratégia de deslocamento de discurso (descontextualização): entrevistou pessoas que viveram o fluxo migratório na pele na capital sul-africana, transformando os depoimentos reais dos refugiados em uma espécie de documentário sobre alienígenas indesejados pela população local.

*Distrito 9* expande o tema do curta *Alive in Joburg* para longa-metragem, com produção mais esmerada. O título do filme foi inspirado no Distrito 6, uma área residencial na Cidade do Cabo que ficou conhe-



**Recife frio (2009), curta de Kleber Mendonça Filho especula sobre estranho fenômeno climático que afeta Recife**

cida por conta de 60 mil moradores que foram expulsos na década de 1970, durante o regime do apartheid. Como em *Alive em Joburg*, explora a problemática ligada à convivência inter-racial ou intercultural. Mistura de *Cidade de Deus* (dirigido por Fernando Meirelles e Kátia Lund, 2002), *A mosca* (David Cronenberg, 1986) e *A metamorfose* (1915) de Kafka, *Distrito 9* usa alienígenas como metáfora e retórica documental/televisiva para mostrar como o absurdo e o fantástico po-

dem fazer parte da nossa realidade mais corriqueira.

Outro exemplo de jovem cineasta contemporâneo pertencente a um suposto “clube dos mockumentaristas” é o americano de origem latina Alex Rivera. Rivera usa seu cinema altamente criativo como ferramenta para seu ativismo político. É nesse panorama que ele realizou *Sleep dealer* (2008), filme beneficiado pelo Sundance Institute. Não é exatamente um *mockumentary*; trata-se de um filme de ficção, no contexto do cinema independente, com traços documentais. O espírito “mockumentarista” do filme estaria em suas ramificações transmídia, especialmente no pseudo-*website* oficial da empresa Cybraceros, citada no filme. Mas o fato é que, conforme explica o próprio diretor, a idéia de *Sleep dealer* remonta a 1997, quando Rivera lê um artigo da revista *Wired* sobre *telecommuting*, ou o impacto da internet nas relações de trabalho. No artigo era debatida a hipótese de um futuro em que trabalhadores cumprissem suas funções profissionais sem sair de casa. Rivera cruzou essa hipótese com a realidade dos imigrantes e imaginou um futuro em que trabalhadores estrangeiros não precisassem mais deixar seus países. O diretor conta que não soube como expressar visualmente essa ideia até se deparar com o documentário *Why Braceros?* (1959), filme de propaganda produzido pelo California Grower’s Council no final dos anos 1940, e encontrado por Rivera nos Prelinger Archives. O programa Braceros foi estimulado pelo governo americano durante

a Segunda Guerra Mundial, e consistia no oferecimento de postos temporários de trabalho para mexicanos nas lavouras dos EUA. Rivera então realizou *Why cybraceros?* utilizando imagens do documentário original (*Why Braceros?*), cenas especialmente gravadas em vídeo e animações digitais bastante simples e esquemáticas. O diretor disponibilizou seu *mock promotional film* na internet e teve uma resposta de público e crítica surpreendente.

Como *Sleep dealer*, *Why cybraceros?* também trata do tema da exclusão social e dos fluxos migratórios – porém pela via da especulação satírica, na tradição de obras como o *Micromegas* (1752) de Voltaire. No *mock promotional film* de Rivera, o governo dos EUA lança um programa revolucionário em que trabalhadores mexicanos operam de forma remota máquinas em solo americano. Com isso, é sanado um grande problema social: a necessidade da mão de obra mexicana, sem o inconveniente da presença física dos *chicanos*.

No âmbito da internet, os *mockumentaries* se multiplicam em razão geométrica. Muitas vezes, tais filmes curtos aderem a atitudes de protesto e criticismo social, valendo-se das propriedades dos vídeos virais e assumindo a roupagem dos *mock promotional films* (falsas peças de propaganda ou falsos institucionais). Exemplo de *mockumentary* viral (ou *mock promotional film*, bem ao estilo de *Why cybraceros?*) pode ser o projeto Radi-Aid (<http://www.africafornorway.no/>), com vídeo disponível no YouTube. Em resumo, trata-se de uma galhofa com a suposta inversão dos fluxos

de capitais e a instabilidade política e econômica mundial.

No Brasil, exemplo de *mockumentary* inspirado é *Recife frio* (2009), filme de Kleber Mendonça Filho, sobre um estranho fenômeno meteorológico que altera radicalmente o clima de Recife-PE, cidade que começa a ter temperaturas abaixo de zero, neve e a aparição de pinguins nas praias. Outro belo representante do gênero é *Avós*, de Michael Wahrmann, curta-metragem selecionado para o Festival de Berlim de 2010. O pequeno Léo comemora seu 10º aniversário. Ganha meias de uma avó e cuecas de outra. Do avô, Léo ganha uma velha câmera Super-8, com a qual procura documentar a tentativa de trocar os presentes com as avós. Filmes em Super-8 de Marcos Bertoni, como *Projeção* (ANO), *Recuerdos da República* (ANO) e *Biografia não-autorizada de Edir Macedo* (ANO), também operam em maior ou menor grau no regime dos *mockumentaries*, assim como o célebre e premiado *Ilha das Flores* (1988), de Jorge Furtado, ou o singelo *Sobre cinema e diálogos* (2011), de Yuri Wesserman.

**OLHAR ACADÊMICO SOBRE O TEMA** Em outubro passado, Bill Nichols, autor de *Introdução ao documentário*, professor e pesquisador americano da San Francisco State University, veio ao Brasil para uma série de palestras, entre elas, a que tratou do assunto: “Confundindo filmes: *mockumentaries* e outras formas de documentário irônico”, em evento do Centro de Estudos em Cinema Documentário (Cepecidoc) da Universidade

Estadual de Campinas (Unicamp). Para Nichols, os dois livros mais famosos sobre o *mockumentary* confundem o gênero com ficção que fingem ser documentário – o que constitui um equívoco em sua opinião. Nichols assinala que normalmente os *mockumentaries* são identificados como filmes de ficção que emulam documentários. Em sua opinião, porém, o fenômeno é bem mais sutil, diz respeito a particularidades da manipulação da ironia no discurso audiovisual. Segundo Nichols, o momento inicial é de indecisão, em que o espectador primeiramente assiste a um *mockumentary* sem saber que se trata de um pseudodocumentário. Nichols observa que a ironia confunde o que os psicólogos cognitivos chamam de esquema ou *schema*. Instala-se, nesse fenômeno muito sutil, subjetivo e particular, o suposto “encanto” do *mockumentary*, algo que Nichols traduz como uma espécie de “efeito Magritte” – a ideia inquietante de que “C’est n’est pas une pipe”.

Nichols desafia a ideia de que *mockumentaries* ridicularizam / “arremedam” (*mock*) documentários em particular, bem como a noção de que *mockumentaries* são ficção. Segundo o professor e pesquisador, *mockumentaries* não estão realmente ridicularizando ou parodiando qualquer documentário em particular, eles satirizam *nossa* ideia pré-concebida de documentário. Em resumo, Bill Nichols observa que os *mockumentaries* enquadram a ideia dos documentários, aquilo que desejamos encontrar num documentário.

Alfredo Suppia

## PATRIMÔNIO

# ACERVO BRASILEIRO PERMANECE ESQUECIDO PELO GOVERNO E PELA POPULAÇÃO

Praças, parques, matas, ilhas, paisagens, centros históricos. O Brasil possui 19 sítios considerados patrimônio histórico da humanidade pela Unesco. Trata-se de um acervo variado, repleto de arquiteturas, monumentos, obras artísticas, áreas de preservação ecológica e cultura popular. As áreas reconhecidas pela Unesco vão da Cidade Histórica de Ouro Preto (MG) – primeira a ser reconhecida pela organização – até as paisagens cariocas entre a montanha e o mar – o sítio mais recente, reconhecido este ano – passando pelas ruínas de São Miguel das Missões (RS), o plano piloto de Brasília (DF) e a Serra da Capivara (PI).

Apesar do reconhecimento internacional, essas áreas sofrem com a má preservação, a falta de políticas públicas de conservação e manejo, e até o desconhecimento da maioria da população sobre sua história. Tal variedade, indicativa de grande riqueza cultural, acaba por se constituir num problema para a preservação e o manejo. “Conservar centros históricos, como os de Salvador, Maranhão e Goiás, não é o mesmo que preservar a Missão Jesuítica de São Miguel, no



**Praça de São Francisco, na cidade de São Cristóvão, em Sergipe, considerada patrimônio histórico da humanidade, desde 2010, pela Unesco**

Rio Grande do Sul. A conservação de áreas protegidas, como as reservas da Mata Atlântica, do Cerrado e do Pantanal, demanda conhecimentos científicos e políticas de conservação e gestão que não são equivalentes àquelas exigidas pela Praça de São Francisco, em São Cristóvão (SE)”, salienta o historiador Lúcio Menezes, professor e pesquisador do Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

**DESCASO NO PELOURIHO** Apesar do reconhecimento internacional, pouco tem sido feito em prol deste vasto patrimônio histórico e cultural. Para o governo brasileiro estes são locais estratégicos, sob a alçada de órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que regulamenta as fases de obtenção de licença ambiental para as obras de engenharia que impactem ou des-

truam o patrimônio arqueológico. Mesmo assim, esse rico patrimônio histórico sofre com a falta de investimento e de ações concretas para sua preservação e manejo.

São muitos os relatos de depredação e descaso. Um caso emblemático é o do Pelourinho (BA), um verdadeiro símbolo nacional, que sofre com o descaso e a violência. A ausência de programação cultural, a criminalidade e a má conservação do Pelourinho chamaram a atenção até da organização World Monuments Fund, que trabalha pela proteção de monumentos e patrimônios ao redor do globo. A instituição, que visitou 30 cidades em todo o planeta, listou neste ano o centro histórico de Salvador como um dos patrimônios mundiais mais ameaçados pelo descaso governamental ou pela ação da natureza.

Por outro lado, alguns sítios sofrem degradação justamente pelo excesso

de visitação. É o caso de Ouro Preto (MG). “Os locais mais frequentados, como Ouro Preto, enfrentam uma ação destrutiva oriunda da própria visitação intensa, assim como a reconstrução de edifícios para usos muito distantes dos originais, na forma de cafés ou outros afins”, explica o historiador Pedro Paulo Abreu Funari, professor do Departamento de História da Unicamp. Pode-se dizer que existem dois lados de uma mesma moeda no patrimônio histórico e cultural brasileiro. Em uma face, estão os locais mais conhecidos e frequentados e que, portanto, acabam recebendo mais incentivos do governo. Na outra, estão os sítios menos conhecidos e visitados, que muitas vezes são esquecidos pelo governo e recebem pouco – ou nenhum – recurso. “Ouro Preto, grande símbolo do país, conta com uma atenção especial e tem recebido muitos investimentos. O Parque da Serra da Capivara, em meio ao sertão, não recebe tantos turistas, é imenso e exigiria recursos muito mais urgentes, mas ressentese da falta de verbas e atenções”, aponta Funari.

Mas em um ponto os dois cenários se unem: na falta de planejamento para seu manejo. Os sítios mais populares sofrem depredação pela visitação intensa e falta de estrutura. Já os menos conhecidos sofrem com o abandono. Nas duas situações, o planejamento é fundamental. As ações de planejamento podem contribuir não apenas para melhorar a visitação e a estrutura para receber os turistas, mas também para a arrecadação de recursos que poderiam ser revertidos para

a própria preservação dos sítios, além de contribuir especialmente para a conscientização da população em conhecer e conservar parte de sua cultura e sua identidade.

“Não basta ter título, não basta ter reconhecimento internacional, não basta fazer parte de uma lista, é preciso ter projeto, grandes ações, e que devem ser ações do Estado e não de entidades privadas que se beneficiam de reduções de impostos ou de propaganda, mas algo permanente e de longa duração com envolvimento dos representantes das comunidades atingidas pelas decisões políticas”, aponta a arqueóloga Neli Galarce Machado, professora e Coordenadora do Setor de Arqueologia e do Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates.

**O PATRIMÔNIO E O POVO** Outro grande desafio para a preservação desses sítios é envolver a própria população residente acerca da riqueza do acervo histórico e cultural. A maioria dos brasileiros desconhece o vasto patrimônio nacional – até mesmo quando mora nele. “Não é preciso nem mesmo fazer uma etnografia para saber que boa parte da população que convive cotidianamente com os centros históricos simplesmente desconhece que eles são chancelados pela Unesco como patrimônio da humanidade”, afirma Menezes. Não é possível pensar na conservação e no manejo desses sítios sem considerar a população que vive neles. Segundo os pesquisadores, não adianta apenas incentivar o turismo ou conquistar título internacional de patrimônio histórico, assim como não se podem criar projetos de

restauração ou preservação sem antes consultar os próprios moradores dessas áreas, incentivar sua participação e respeitar sua realidade. “Um dos principais desafios que os gestores e moradores dessas áreas enfrentam é viver neles, viver com cautela, viver com segurança e sustentabilidade. O que exige programas permanentes de educação patrimonial, ambiental e ações educativas com a comunidade e especialmente com os turistas e interessados no tema”, aponta Machado.

As políticas públicas de patrimônio cultural devem considerar, portanto, as representações e cosmologias das comunidades. E a população local deve estar envolvida na gestão dos bens e dos sítios, para que esse patrimônio seja efetivamente preservado, conhecido e reconhecido como parte da cultura. “No mundo todo, o grande segredo para o êxito na preservação está na incorporação das pessoas, algo que nem sempre é prioritário na nossa prática. Com isso, é possível envolver as pessoas, diminuir os custos econômicos e maximizar os resultados educacionais e culturais”, afirma Funari.

**DESAFIO MUNDIAL** O problema, porém, não é exclusivo do Brasil, onde preservar sua história é um desafio constante. Recentemente, o governo italiano encabeçou uma polêmica ao aceitar financiamento de uma única empresa privada para realizar a restauração do Anfiteatro Flaviano – o conhecido Coliseu. O fato levantou um debate fervoroso não apenas sobre corrupção e mau uso do dinheiro para conservação do patrimônio do país, como também

expôs o péssimo estado de preservação que muitos locais históricos na Itália, como o Palácio Dourado de Nero, que teve parte do telhado e do jardim destruído em 2010, e Pompeia, cujas ruínas do edifício conhecido como “Casa dos Gladiadores” desabou no mesmo ano. A situação do Coliseu é especialmente grave pois também corre o risco de ver alguns setores desabarem.

Em contraponto, a União Europeia tem ostentado exemplos notáveis de conservação, restauro e investigação de locais históricos (reconhecidos ou não pela Unesco), por meio do “Prêmio do Patrimônio Cultural da União Europeia”. Em 2012, foram premiados 27 exemplos considerados notáveis, como a recuperação total do Edifício Averof, na Grécia, uma das mais importantes obras do neoclassicismo europeu, que hoje abriga as instalações da escola de arquitetura da Universidade Técnica Nacional; e o programa educativo da Fundação Norueguesa do Patrimônio, em que professores e alunos participaram na limpeza e na recuperação de pequenos marcos nas florestas. Além disso, no ano passado foi realizada pela primeira vez uma votação que recompensou com um prêmio público um dos melhores exemplos de recuperação de uma cidadela europeia, atribuído ao projeto fortificações de Pamplona, na Espanha. Os prêmios contam com o apoio do Programa Cultura da UE, que já investiu, desde 2007 quando foi lançado, 30 milhões de euros no co-financiamento de projetos consagrados ao patrimônio.

*Chris Bueno*

# P O E S I A

---

## RÉGIS BONVICINO

### HONG KONG

É a eternidade e a sinceridade  
na traseira de um ônibus  
É o terraço do antigo edifício do Bank of China  
à noite

É uma cortina de fog  
É o novo Bank of China  
acima da linha das luzes, pontiagudo  
É um míssil de Beijing

É o monge taoísta a caráter pisando firme  
no tapete vermelho do Regency Hyatt  
É a água de uma cachoeira caindo na linha do trem  
da janela do quarto

a China liquidando Hong Kong  
É um mendigo que se automutila e vai à caça de  
seu income  
É um garoto mordendo um cigarro pela manhã  
É uma gravata pendurada num cabide

inspired by Italy  
É Jobim e Astrud Gilberto num alto-falante  
de Lamma Island  
É um prato de vagem com carne moída

É uma droga que emagrece macacos obesos  
É o design vanguardista da garrafa do Jasmine tea  
Cai o prédio velho do mercado da Tung Choi  
Street, espinafre d'água

É um chinês desdentado numa aquarela  
É a careca do poeta Yu Jian produzindo energia  
limpa e renovável  
no saguão de um hotel  
É um ataque de budas de neon

É uma dançarina exagerada de tango  
É um túmulo com terraço e vista para o mar  
É um papagaio da Amazônia num poleiro de ouro  
Uma flûte de champanhe Perrier-Jouët

É Tin Chan Temple  
um buda gigante  
geladeira de Coca-colas no abdôme  
É “Delay no more”

adesivos em Ladies Market  
Diu lay lo mo, fuck your mother  
É um audi com vidros fumados  
É Hermès

A lua cheia, pela metade  
É uma nuvem sobre o mar  
uma pantera  
O sol mais tarde

## TATUAGEM

Flávia, salve-se deste mundo  
com uma tatuagem  
eis algumas possibilidades:

Olhos, cílios e rímel de Cleópatra

Uma ave imóvel num relógio

O sexto dedo do panda

Uma frase:  
a flor de plástico morre duas vezes,  
árvores antes que seja tarde

Um morcego assassino da espécie nureon

O sol escuro de solaria

Mosca negra, de tórax robusto, antenas agudas

Qualquer cabeça num capuz

Um velho se masturbando  
diante de um túmulo

Um boxeador de músculos flácidos

Um índio da tribo Akuntsu

*Régis Bonvicino nasceu na cidade de São Paulo, em 1955. Formou-se em direito pela USP, em 1978. Estreou na imprensa, já como escritor, em 1975, no Jornal do Arena. Trabalhou como articulista do Jornal da Tarde, da revista Isto é, e da Folha de S. Paulo até 1989, entre outros empregos. Fundou, em 2001, e codirige, ao lado de Charles Bernstein, a revista Sibila, que, em 2007, tornou-se exclusivamente eletrônica: <<http://www.sibila.com.br>>. Seus poemas estão traduzidos para inglês, espanhol, francês, chinês, catalão, finlandês, dinamarquês e outras línguas. Boa parte deles se encontra reunida no volume Até Agora (SP, Imprensa Oficial, 2010). Os poemas aqui apresentados são inéditos e fazem parte de seu próximo livro, ainda sem título.*

ANTONIO GERALDO FIGUEIREDO FERREIRA

## EM BOA COMPANHIA

you ri, eu sei que pode ser engraçado, tem moleque que faz isso, sentado um bom tempo sobre a mão, até adormecê-la de todo, então uma punheta pela mão da moça tal, ela bem ali, outra nele mesmo, os olhos fechados, fazendo as suas vontades melhor do que ele próprio faria quando faz, ou do que ela, se fizesse de verdade, mas o ermellino não é mais criança, sei, sei, todo mundo sabe que ele tem problema, não bola muito bem, ninguém liga, essa é a verdade, ninguém ouve, ninguém está nem aí com ninguém, isso é que é, nesse caso só eu, fazer o quê?, escuto o coitado por uma espécie de dever de ofício, não é assim que se diz?, é, é, um coitado, sim, se abriu comigo porque sente que dou alguma atenção, o que nem é certo, converso mais ou menos com ele porque tenho de entrar no almoxarifado duas ou três vezes por semana, pego o que tenho de pegar, assino o papel e disfarço meia dúzia de palavras, é, um pouco de medo, também, afinal, falam tanta coisa, vai saber, o homem trancado ali sozinho, listando aquele mundo de coisas, só podia mesmo que birutar, não acha?, bom, é parente do homem, sim, a solange confirmou, mas faz o que tem de fazer, concorda?, é mais fácil você tomar o pé na bunda, espertão, bem, somando tudo o que conversamos lá dentro, nesses anos todos de firma, dá uma conversa só, acredita?, não pelo pouco do amontoado, mas pelas continuções sempre de onde paramos exatamente o diálogo, na maioria das vezes nem me lembro, ele faz um apanhado, então, e retoma certinho, avança um bocado, dou a trela medida, pro troço não desandar demais, sei lá, aqueles montes de estantes e caixas, sabe como é, né?, negócio estranho, confesso, a sensação de que nos encontramos uma única vez, percebe?, pô, sinvaldo, você fica com essas frescuras de *transforma-se o amador na coisa amada*, porra, é sério, ele é sozinho no mundo, mesmo no meio de tanta gente, no fundo você também é, eu sou, mas não sabemos, ou sabemos escondidos de nós, essa é a verdade, para de rir, cacete, ele já tentou se matar, todo mundo sabe disso, uma perna já pra fora da janela, ia pular, não deixei, tive que fazer força, mesmo, ele ia, sim, vocês é que inventaram história, disseram que ele estava me esperando, e coisa e tal, que homem que é homem se mata sem volta, que não é essa coisa de mulher, que toma comprimidinho pra não encarar o fim e acaba no hospital, fazendo faxina no estômago, não sei, pode até ser, como é que você tem coragem de trocar de novo?, olha, vou ser bem sincero com você, no fundo, às vezes, naqueles dias fodidos em que a gente fica com a pá virada, sabe, até tenho vontade, também, mas falta a coragem, diz que você nunca pensou, ah, não vem com essa, não, não é só questão de loucura ou macheza, não, pra falar a verdade eu tenho sim um puta respeito por um cara que tem colhão de meter um ponto-final nessa porra, e, que amor o quê, rapaz, vai tomar no cu, sinvaldo, vê se leva alguma coisa a sério na vida, caralho, concordo que o ermellino seja meio estranhão, mas, olha, na semana passada é que ele me contou essa história, você fica brincando, quase me esqueci do principal, é, foi do jeito que o carlos contou, mesmo, até me arrepio, olha, coloquei o material no carrinho, ia dando a corda de sempre na conversa, patati, patatá, o calor à noite, comentei minha dificuldade em pegar no sono, andava dormindo mal, mesmo, então ele me segredou que já não tem mais problema de insônia, fica deitado sobre o braço toda noite, bastante tempo, soltando o peso de acordo, estancando bem a circulação, depois se vira, coloca aquela mão adormecida, insensível e estranha no rosto, devagar, disse que só então consegue fechar os olhos sem medo, que só desse jeito passou a dormir de um sono só, a noite inteira, um novo homem depois que descobriu isso, fala que não é esquisito, fala que não é triste, fala

*Antonio Geraldo Figueiredo Ferreira nasceu em Mococa, SP. Estudou na USP, onde se graduou em letras e ingressou na pós-graduação. Na década de 1990, abandonou a academia e foi morar em Arceburgo, MG. Publicou o livro peixe e míngua, poemas (Nankin Editorial), e outros textos em jornais e revistas. Os fragmentos acima foram retirados do livro as visitas que hoje estamos (Editora Iluminuras), recentemente publicado.*

## Artigos Ensaaios

<http://cienciaecultura.bvs.br>

[cienciaecultura@sbcnet.org.br](mailto:cienciaecultura@sbcnet.org.br)

A seção **Artigos & Ensaaios** da revista *Ciência e Cultura* possui quatro páginas destinadas a atender demandas espontâneas da comunidade científica que não se encaixem dentro do Núcleo Temático de cada número. A seção abriga textos com uma reflexão sobre temas da atualidade científica e de interesse da sociedade como um todo, nas grandes áreas do conhecimento.

A formatação dos artigos deverá seguir as **normas** publicadas abaixo. Os textos serão avaliados e sua publicação seguirá agenda de interesse editorial da revista. Não é recomendada a submissão de artigos e ensaios de interesse exclusivo de grupos de especialistas ou que tenham sido anteriormente publicados, em veículos da comunidade científica ou mídia em geral.

### NORMAS

**SEÇÃO ARTIGOS & ENSAIOS** Possui 4 páginas, destinadas a um texto de 17,5 mil caracteres com espaçamento (sem imagens) ou 16 mil (com até 3 imagens).

**FORMATO** Cada artigo terá o máximo de 3 gráficos, tabelas ou imagens, considerados fundamentais para a ilustração e melhor entendimento do texto. Esse material deve ser enviado em arquivo separado e com antecedência, para sua confecção e checagem junto ao articulista. O envio de número superior a esse deverá oferecer a opção de escolha para a edição, se houver necessidade de corte.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** As citações e referências serão indexadas numericamente no texto, em ordem crescente, e aparecerão no final do artigo, sob o título **Notas e Referências**, se ambas ocorrerem; ou **Notas, ou Referências**, se apenas uma das duas ocorrer. Existe, ainda, a opção **Bibliografia consultada**, sem citações referenciadas e numeradas ao longo do texto.

**RODAPÉ** Notas de rodapé não são utilizadas.

**CRÉDITO** A assinatura do articulista virá logo abaixo do título e suas qualificações – que devem ser encaminhadas **sempre** no corpo do texto e não exceder cinco linhas – serão editadas ao final. Modelo: *José da Silva é biólogo, professor titular do Instituto de Bioquímica da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Centro de Pesquisa em Biologia Molecular do Instituto XYZ.*

**PRAZOS** Os textos serão avaliados por membros do conselho editorial da revista. A qualidade de texto, informação e pertinência dos artigos e ensaios são essenciais para a sua aprovação. Uma vez aprovados, os textos serão publicados de acordo com a relevância e urgência dos temas

abordados. Depois de aprovados, os textos passarão por um processo de revisão editorial e reenviados para checagem dos autores, que deverão devolvê-los, com devidos ajustes e/ou aprovação em, no máximo, 48 horas.

**DESTAQUES** Os destaques dentro do texto – como palavras ou expressões que se queira salientar, devem vir em **negrito** – citações de frases e capítulos deverão receber **aspas**; palavras estrangeiras e títulos de obras aparecerão em **italico**. Deve-se evitar o excesso de destaques por página.

**REFERÊNCIAS** O padrão de referências adotado segue exemplificado abaixo:

1. Berriman, M.; Haas, B.J.; LoVerde, P.T.; *et al.* "The genome of the blood fluke *Schistosoma mansoni*". *Nature*, Vol.460, no.7253, p.352-258. 2009.
2. Elias, N. *O processo civilizador- uma história de costumes*. Vol.I Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1990.
3. Tavares, J.V. "A violência como dispositivo de excesso de poder. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Vol.37, p.132. Junho de 1993.
4. Diaz, M., *op cit.* p.345-347. 1987.

**ENVIO DE MATERIAL** Os textos devem ser produzidos em arquivo Word. Ilustrações e gráficos devem ser enviados em arquivo separado, com os detalhes necessários para sua identificação, como: crédito, legenda, fonte etc.

**SIGLAS** As siglas constantes no texto devem **sempre** aparecer por extenso na primeira vez em que forem utilizadas.

**CONTATO** É necessário que cada articulista coloque seus dados para eventual contato (e-mail ou tel) quando alguma dúvida surgir no processo de edição.

### Realização



Sociedade Brasileira para o  
Progresso da Ciência

### Produção Editorial



### Apoio



Ministério da  
Ciência, Tecnologia  
e Inovação

